

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NICOLE LAIS BAZZANEZE

**EMPREGO FORMAL FEMININO E CICLOS ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE
ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD ENTRE 1990 E 2015**

**Porto Alegre
2017**

NICOLE LAIS BAZZANEZE

**EMPREGO FORMAL FEMININO E CICLOS ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE
ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD ENTRE 1990 E 2015**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Janice Dornelles de Castro

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Bazzaneze, Nicole Lais
EMPREGO FORMAL FEMININO E CICLOS ECONÔMICOS: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD ENTRE 1990 E 2015 /
Nicole Lais Bazzaneze. -- 2017.
113 f.
Orientadora: Janice Dornelles de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Economia feminista. 2. Ciclos econômicos. 3.
Mulheres no mercado de trabalho. 4. Diferenças de
gênero. I. Dornelles de Castro, Janice, orient. II.
Título.

NICOLE LAIS BAZZANEZE

**EMPREGO FORMAL FEMININO E CICLOS ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE
ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD ENTRE 1990 E 2015**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Janice Dornelles de Castro

Aprovada em: Porto Alegre, ___ de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Janice Dornelles de Castro – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn
UFRGS

Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete
UFRGS

Dedico este trabalho a minha orientadora, Janice Dornelles de Castro, pela paciência infinita; a Alice Lacerda Godzienski e Lais Capoani da Silva, pessoas que eu confio mais que a revisão do WORD; as minhas outras amigas, que não foram ludibriadas em conferir meu TCC com promessas de aparecer na dedicatória; aos meus pais, que mesmo com muitas indiretas pra eu arranjar um emprego, ainda assim permitiram que eu me dedicasse exclusivamente a este projeto; e a você, que provavelmente está lendo isto em busca de fontes (me cita nas tuas referências).

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar as relações do emprego formal feminino brasileiro com os ciclos econômicos de 1990 até 2015. Objetiva-se identificar as flutuações empregatícias formais das mulheres frente às crises e crescimentos nos anos estabelecidos. Com essa finalidade, é preciso entender como autores caracterizam os ciclos econômicos e suas relações com o emprego feminino, a forma que a estruturação do mercado de trabalho brasileiro causa divergências (ou não) em relação à força laboral das mulheres no âmbito mundial e, por fim, que conclusões os dados nacionais, retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, permitem inferir. Os achados indicam que, apesar de distintas recessões não terem necessariamente o mesmo impacto sobre as mulheres, o emprego formal feminino nacional no geral exibiu variações brutas mais favoráveis do que o masculino ou do que os das pessoas em outras formas de contratos. Isto colocou o caso brasileiro em um patamar similar ao de países como Estados Unidos e Inglaterra, mesmo que o Brasil ainda apresente algumas diferenças em relação a esse grupo.

Palavras-chave: Economia feminista. Ciclos econômicos. Mulheres no mercado de trabalho. Diferenças de gênero.

ABSTRACT

This work proposes to investigate the formal labour relations of Brazilian women with the business cycles between 1990 and 2015. The aim is to identify the formal female work fluctuations compared against the crisis and growths periods of the established years. With this goal in mind, it is necessary to understand how some authors characterizes the business cycles and its relations with the female labour force; the way the structure of the Brazilian labour market results in divergences (or not) with regard to the women workforce in a global context; and which conclusions the national data, taken from *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*, allows to infer. The findings indicate that, although distinct recessions do not necessarily have the same impact on women, the national female formal work overall displayed gross variations more favourable than the male one or the other contracts one. This puts the Brazilian situation in a similar threshold as of countries like United States and England, even if it still show some differences to this group.

Keywords: Feminist economics. Business cycles. Women on labour market. Gender differences.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação trimestral do PIB brasileiro	46
Tabela 2 - População ocupada.....	48
Tabela 3 - Percentual de crescimento da população ocupada em relação ao período anterior	50
Tabela 4 – Total de mulheres empregadas como MFPE	51
Tabela 5 – Taxa de crescimento do total de mulheres empregadas como MFPE	51
Tabela 6 – Total de homens empregados como MFPE	52
Tabela 7 – Taxa de crescimento do total de homens empregados como MFPE	53
Tabela 8 – Empregadas mulheres com carteira assinada por idade.....	53
Tabela 9 – Taxa de crescimento de empregadas mulheres com carteira assinada por idade	54
Tabela 10 – Empregadas mulheres com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga).....	55
Tabela 11 – Taxa de crescimento de empregadas com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga).....	56
Tabela 12 – Empregadas mulheres com carteira assinada por área de atividade (classificação atual).....	57
Tabela 13 – Taxa de crescimento de empregadas com carteira assinada por área de atividade (classificação atual).....	58
Tabela 14 – Empregados homens com carteira assinada por idade.....	59
Tabela 15 – Taxa de crescimento de empregados homens com carteira assinada por idade	59
Tabela 16 – Empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga).....	60
Tabela 17 - Taxa de crescimento dos empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga)	61
Tabela 18 – Empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação atual).....	62
Tabela 19 –Taxa de crescimento dos empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação atual)	63
Tabela 20 - Total de empregadas classificadas na categoria outros por idade.....	64

Tabela 21 - Taxa de crescimento de empregadas classificadas na categoria outros por idade	64
Tabela 22 - Total de empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)	65
Tabela 23 - Taxa de crescimento das empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)	66
Tabela 24 – Total de empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)	67
Tabela 25 - Taxa de crescimento das empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)	68
Tabela 26 - Total de empregados classificados na categoria outros por idade.....	69
Tabela 27 – Taxa de crescimento de empregados classificados na categoria outros por idade	69
Tabela 28 - Total de empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)	70
Tabela 29 - Taxa de crescimento dos empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)	71
Tabela 30 - Empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia atual).....	72
Tabela 31 - Taxa de crescimento dos empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)	73
Tabela 32 - Total de mulheres como empregadas domésticas por tipo de contrato .	74
Tabela 33 - Taxa de crescimento de mulheres como empregadas domésticas por tipo de contrato	74
Tabela 34 - Total de homens como empregados domésticos por tipo de contrato ...	75
Tabela 35 - Taxa de crescimento de homens como empregados domésticos por tipo de contrato	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO LITERÁRIA DE CICLOS ECONÔMICOS	12
2.1	CICLOS ECONÔMICOS EM MARX.....	13
2.2	CICLOS ECONÔMICOS EM KEYNES.....	15
2.3	CICLOS ECONÔMICOS EM SCHUMPETER	17
2.4	ECONOMIA FEMINISTA E CICLOS ECONÔMICOS.....	20
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
3	REVISÃO LITERÁRIA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	26
3.1	BREVE TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO.....	26
3.1.1	Anos 1850 – 1930	27
3.1.2	Anos 1930 – 1990.....	28
3.1.3	Anos 1990 - 2000.....	30
3.1.4	3.1.4 Anos 2000 - 2010.....	31
3.2	EMPREGO FEMININO	32
3.2.1	Divisão setorial	35
3.2.2	Trabalho precário	38
3.2.3	Dualidade no emprego feminino	40
3.2.4	Desemprego	41
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
4	EMPREGO FORMAL FEMININO NO BRASIL ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD.....	43
4.1	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.....	44

4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	46
4.2.1	Períodos de recessão e expansão	46
4.2.2	Pessoas ocupadas	47
4.2.3	Emprego Formal	49
4.3	ANÁLISE DOS DADOS	76
4.3.1	Visão geral do emprego formal feminino	76
4.3.2	Emprego formal feminino e ciclos econômicos	79
4.4	DISCUSSÃO FINAL.....	98
5	CONCLUSÃO.....	103
	REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Como posto por Machado, Oliveira e Wajnman (2005), a mulher do início do século XX não se reconheceria na mulher do final deste período. Foi uma época de profundas transformações sociais, culturais e institucionais, em especial em seus últimos anos. O emprego surge como uma variável de empoderamento por possibilitar que elas auferissem renda própria e trabalhassem fora de casa (SEN, 1999), enquanto também tem efeitos mais profundos na economia ao resultar em uma maior produtividade (THE WORLD BANK, 2001).

Este trabalho se propõe a investigar as relações do emprego formal feminino brasileiro com os ciclos econômicos de 1990 até 2015. Como este elemento é afetado durante as recessões e expansões do PIB? Suas flutuações diferem do emprego formal masculino e do de mulheres em outras formas contratuais? Como esta variável se situa em um cenário global?

Desta maneira, o objetivo geral consiste em identificar as flutuações empregatícias formais das mulheres frente às crises e crescimentos nos anos estabelecidos. Como esta categoria não existe em um vácuo, para obter um cenário completo é necessário contrastar suas repercussões com outros grupos, explicitados nas questões do parágrafo anterior. A fim de realizar isto, é preciso entender como autores caracterizam os ciclos econômicos e suas relações com o emprego feminino, a forma que a estruturação do mercado de trabalho brasileiro causa divergências (ou não) em relação à força laboral das mulheres no âmbito mundial e, por fim, que conclusões os dados nacionais permitem inferir.

Assim, no capítulo 2 será feita uma revisão literária sobre ciclos econômicos. As três primeiras seções tratam, respectivamente, de como Marx, Keynes e Schumpeter definem estas movimentações. O quarto item é destinado à uma explanação da economia feminista e como a literatura apresenta o trabalho das mulheres frente aos episódios de expansão e retração da economia.

Já o capítulo 3, também em caráter de recapitulação bibliográfica, expõe uma breve trajetória do mercado de trabalho no Brasil, desde seus primórdios até a década de 2010, e a maneira que este processo resultou em peculiaridades presentes ainda na atualidade. Depois, passa a descrever o emprego feminino no país, com

estratificações objetivando analisar pontos como sua divisão setorial e precariedade, por exemplo.

O último capítulo é destinado a examinar dados publicados pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). É explicado de forma concisa a sistemática da PNAD, os elementos escolhidos para a análise são apresentados e na sequência estes são comparados entre si. Por fim, alguns dos resultados obtidos são contrastados com informações presentes na seção 2.4 deste trabalho.

As metodologias utilizadas abrangem revisões literárias e a análise comparativa de dados. As fontes foram coletadas ao explorar a bibliografia de artigos e livros sobre economia feminista, bem como trabalhos de conclusão de curso inseridos na temática de mercado de trabalho.

Os achados indicaram que, apesar de distintas recessões não terem necessariamente o mesmo impacto sobre as mulheres, o emprego formal feminino nacional no geral exibiu variações brutas mais favoráveis do que o masculino ou do que os das pessoas em outras formas de contratos. Isto colocou o caso brasileiro em um patamar similar ao de países industrializados, como Estados Unidos e Inglaterra, mesmo que o Brasil ainda apresente algumas diferenças em relação a esse grupo.

2 REVISÃO LITERÁRIA DE CICLOS ECONÔMICOS

Ciclos econômicos podem ser entendidos como movimentos de expansão e contração da economia. O *National Bureau of Economic Research* (NBER) coloca o conceito como movimentos de redução e aumento da atividade agregada, em especial o que tange o emprego e o produto. O NBER define recessão como dois ou mais trimestres consecutivos de crescimento negativo do PIB, podendo-se inferir que a expansão é caracterizada como dois ou mais trimestres consecutivos de crescimento positivo do PIB (KNOOP, 2010; LIMA, 2005).

Apesar do nome, os ciclos econômicos não apresentam um padrão de movimento cíclico, regular e previsível, e suas fases são assimétricas, com duração e intensidade variáveis (KNOOP, 2010). Como posto por Keynes: “[...] a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina ” (KEYNES, 1996, p 294).

Os ciclos não são iguais ao longo da história: a origem das suas flutuações, características particulares e duração total não são necessariamente similares. Ainda assim, são em sua maioria associados com grandes mudanças no mercado de trabalho, com a variação no emprego sendo considerada o maior custo social resultante (KNOOP, 2010; MILLARD; SCOTT; SENSIER, 1997; ROUBINI; MIHM, 2010; SCHUMPETER, 1997).

Desemprego é uma variável contracíclica, porém a sua movimentação é muito mais intensa na contração da economia do que em sua expansão. As mudanças no emprego geradas durante a recessão têm efeitos duradouros – choques negativos durante a crise resultam em um aumento permanente das taxas de desemprego. Esse aspecto é responsável por dois terços das mudanças cíclicas no PIB, impulsionando grande parte das alterações na produção (KNOOP, 2010; MILLARD; SCOTT; SENSIER, 1997).

Segundo Knoop (2010, p 19), “...any plausible theory of business cycles has to give a prominent role to the cyclical behavior of the labor market”. Ao se adentrar teorias mais específicas, será objetivado evidenciar suas movimentações de acordo com os diferentes economistas.

Em um primeiro momento deste capítulo será feita a revisão dos ciclos econômicos nas teorias de Marx, Keynes e Schumpeter. A escolha desses autores se

deve a suas contribuições primordiais no entendimento da relação entre ciclos econômicos e crescimento (VERCELLI, 1984), não existindo assim um enfoque único no aspecto de crise.

Em seguida será caracterizada a economia feminista, para no final esclarecer como a literatura trata das movimentações do emprego formal feminino nos ciclos econômicos.

2.1 CICLOS ECONÔMICOS EM MARX

Para Roubini e Mihm (2010), Karl Marx foi quem inicialmente viu o capitalismo como intrinsecamente instável, com as crises sendo parte integrante do sistema. Ele é tido por Schumpeter como o primeiro economista a apresentar uma teoria coerente de ciclos econômicos, e não apenas da fase de recessão (LIMA, 2005).

Sherman (1967) diz que há dois elementos que descrevem o ciclo de negócios em Marx: excedente de oferta e insuficiência de demanda. É importante notar que o último ponto não é consenso entre os estudiosos de Marx, sendo o excedente de oferta mais bem aceito como explicação (SHERMAN, 1967). Assim, esse trabalho não explorará o lado da insuficiência da demanda: ela será tida como incapaz de iniciar o movimento cíclico sozinha (LIMA, 2005).

O ciclo é apresentado como crescimento do capital decorrente da exploração da classe trabalhadora. Mudanças nas condições do mercado de trabalho e seus efeitos na distribuição de renda entre capital e trabalho fazem com que a expansão seja acompanhada de flutuações na atividade econômica, gerando o ciclo (FLASCHEL, 2009). A fase de auge, quando a oferta de trabalho se encontra em seu ápice e os salários estão elevados, antecede de forma imediata a as crises (LIMA, 2005).

Nessa fase, a demanda por bens de capital é superior à sua produção de fato. Assim, os preços dos equipamentos e maquinários sobem mais rápido do que o dos produtos que eles criam. A demanda por máquinas então é superior a demanda dos consumidores, o que junto a seus custos elevados causa uma queda nos lucros. A demanda por matéria prima cresce de forma ainda mais rápida. Com exceção dos salários, os custos de produção crescem mais rapidamente do que a receita dos produtos. A queda dos lucros resulta em expectativas negativas, o que diminui o nível de investimento e inicia assim a recessão (SHERMAN, 1967).

A motivação última do capitalista é o lucro. Assim, expectativas irreais de rentabilidade resultam em uma produção maior (ou menor) do que o mercado é capaz de absorver. No caso de superprodução, as empresas diminuem seu nível de investimento e demitem os trabalhadores, gerando uma depressão (SHERMAN, 1967). As crises então decorrem da superprodução de capital fixo, que acarreta um excesso de produtividade relativa do capital circulante (LIMA, 2005).

Com a oferta superior a demanda, é necessário que os preços dos bens caiam até o patamar que o mercado consiga absorver os produtos. Esse ajuste é parte da recessão, porém ele permite que eventualmente os custos também diminuam, o que torna a produção mais rentável e atrativa ao investidor, permitindo dessa forma a recuperação da atividade econômica em um momento posterior (SHERMAN, 1967).

Há uma relação complicada entre investimento e ciclo econômico. Na fase de prosperidade, o novo investimento geralmente é uma melhora qualitativa pois se traduz em inovação tecnológica, que estimula o crescimento a longo prazo. Na fase de recessão, porém, os investimentos anteriores em máquinas se traduzem em capacidade ociosa, que por sua vez barra novos investimentos. Assim, Marx coloca que a duração do ciclo pode ser explicada em parte pela vida útil do capital em equipamentos e sua necessidade de substituição (SHERMAN, 1967).

Embora os salários aumentem na fase de expansão, eles crescem menos do que as receitas, o que possibilita manter a margem de lucro frente a ampliação dos custos de produção (SHERMAN, 1967).

Nessa fase, um aumento dos salários não se traduz em um aumento da porcentagem desses no produto nacional. O que de fato aumenta percentualmente é a parte dos lucros. Marx diz que o salário médio é mantido no nível de custo de vida dos trabalhadores. Com uma maior produtividade na expansão econômica, menos horas de trabalho são necessárias para chegar ao patamar que paga o custo de vida da mão de obra, com então mais horas sendo dedicadas ao excedente de lucros do capitalista. As inovações tecnológicas também vêm com o intuito de diminuir a quantidade fundamental de trabalhadores e equipamentos para a realização da produção, o que pressiona para baixo os salários (SHERMAN, 1967).

A resistência da classe trabalhadora e dos sindicatos possibilita que os salários não diminuam tão rapidamente quanto a renda durante a recessão. Isso significa que a os salários passam a ter uma maior porcentagem no produto nacional. O aumento dessa porcentagem, mesmo com a redução de seus valores totais, diminui a

velocidade da queda do consumo, o que encoraja a volta dos investimentos até o ponto da recuperação (SHERMAN, 1967).

Cabe notar que a variação nos salários apenas reage ao ciclo econômico. Aqui a falta de investimento é a responsável pelo desemprego e menores salários, e não o contrário (SHERMAN, 1967).

2.2 CICLOS ECONÔMICOS EM KEYNES

Para Keynes, a variação cíclica da eficiência marginal do capital causa o ciclo econômico, embora essa flutuação seja frequentemente intensificada por mudanças em outras variáveis importantes da economia no curto prazo (KEYNES, 1996).

A explicação de Keynes começa nas etapas finais do período de *boom*. Nesse momento há uma mudança nas expectativas em relação ao futuro devido à queda na eficiência marginal do capital – até esse ponto, tinha-se uma visão otimista forte o suficiente para compensar a quantidade crescente de bens de capital, os altos custos de produção e altas taxas de juros. Essa mudança resulta em uma forte preferência pela liquidez, que aumenta a demanda por dinheiro e as taxas de juros, conseqüentemente agravando a situação (FLASCHEL, 2009; KEYNES, 1996). Keynes argumenta o seguinte:

O auge da expansão que acaba por levar a uma crise resulta, portanto, da combinação de uma taxa de juros, que num estado correto de expectativa seria demasiadamente alta para permitir o pleno emprego, e de um estado enganoso de expectativa que, enquanto dura, impede essa taxa de juros de ser, de fato, um obstáculo. O boom é uma situação em que o excesso de otimismo triunfa sobre uma taxa de juros que, julgada a sangue-frio, seria considerada alta demais (KEYNES, 1996, p. 30).

Aqui entra o multiplicador. Ele é uma relação entre investimento e renda e, com certas simplificações, entre o emprego total e o emprego ligado ao investimento. O efeito multiplicador, então, é como uma mudança em uma variável se transmite para outras (KEYNES, 1996).

O efeito multiplicador faz com que um menor nível de investimento reduza a renda agregada, que por sua vez força as famílias a gastarem menos, o que diminui mais ainda a renda agregada. Ele é responsável por fazer com que mesmo uma pequena diminuição nas expectativas e investimentos resulte em uma grande queda na demanda agregada (KNOOP, 2010).

Com a queda na demanda agregada, o nível de preços também cai. A rigidez dos salários nominais faz com que haja um aumento no salário real. Esse aumento obriga as empresas a demitirem seus funcionários e diminuir a produção, reduzindo a produção agregada e contraindo a economia (KNOOP, 2010).

A baixa na atividade econômica significa que o processo de acumulação no passado gera agora vários bens de capital ociosos e acumulação de estoque de produtos não acabados, que devem ser vendidos antes que ocorra uma recuperação na eficiência marginal do capital (FLASCHEL, 2009). Os preços devem cair o suficiente para que a produção diminua a ponto de que os estoques atuais sejam negociados. Volta-se então ao ponto do parágrafo anterior, de diminuição na produtividade e demissão dos empregados. A redução do capital circulante é um elemento de desinvestimento presente na depressão (KEYNES, 1996).

Keynes argumenta que a acumulação de estoques atrasa a velocidade do colapso, porém também torna a recuperação mais lenta, principalmente por seu efeito deflacionário (KEYNES, 1996).

Há três maneiras de acabar com a recessão: através de expectativas otimistas; mudanças no mercado de trabalho; ou intervenção governamental. Keynes acreditava que a última era a mais plausível de todas (KNOOP, 2010; ROUBINI; MIHM, 2010).

Sobre o primeiro modo de recuperação, Flaschel (2009) diz que quando o estoque de capital atingir um patamar baixo o suficiente para estar de acordo com o nível da atividade econômica, pode-se passar a ter expectativas mais otimistas em relação à rentabilidade dos investimentos. Um crescimento nos investimentos resulta em um aumento da renda e do desempenho econômico, assim como em uma melhor eficiência marginal do capital. Um aumento na confiança dos agentes econômicos faz com que diminuía a preferência por liquidez e as taxas de juros, reforçando as expectativas positivas. Essas movimentações propícias podem tanto tirar a economia da depressão e alavancar um novo boom, como ser apenas uma breve recuperação; depende da intensidade dos seus fatores (FLASCHEL, 2009)

Keynes, porém, acredita ser impossível dar exclusivamente a iniciativa privada a função de regular o volume de investimentos. As flutuações no mercado de títulos durante a recessão enfraquecem o consumo no momento em que ele é mais necessário (KEYNES, 1996). Não há também nenhum mecanismo que garanta que o mercado financeiro e as expectativas dos agentes econômicos se recuperem no tempo necessário (KNOOP, 2010).

O segundo caso se caracteriza por os trabalhadores reduzirem seus salários nominais, tendo em mente que aqui o salário é rígido, porém não fixo. Isso resulta em uma diminuição dos salários reais e uma movimentação ao pleno emprego. O problema é não ter nenhuma forma de prever quão demorado seria esse processo (KNOOP, 2010).

A intervenção governamental então se caracteriza como a opção mais plausível. Aqui o governo tentaria estabilizar a demanda agregada, o que aumentaria o consumo e os preços, e reduziria os salários reais e o desemprego involuntário. Além disto, seria uma forma de aumentar a confiança dos agentes econômicos, o que resultaria em mais investimento (KNOOP, 2010).

Keynes acredita que a maneira mais eficaz de o governo aumentar a demanda agregada é adquirindo bens e serviços. Com esse gasto, o efeito multiplicador entraria em ação, aumentando a demanda agregada e direcionando a economia ao pleno emprego (KNOOP, 2010).

Na teoria de Keynes, o desemprego passa a ser parte do equilíbrio (LIMA, 2005). Os mercados, incluindo o de trabalho, atuam com competição imperfeita. Os trabalhadores têm níveis diferentes de habilidades, e assim negociam seus salários individualmente. Assim, os empregados não se preocupam com o nível de salário real necessário para que haja equilíbrio entre oferta e demanda de emprego, mas sim com o que trabalhadores com habilidades semelhantes recebem (KNOOP, 2010).

A demanda agregada é o que realmente determina o grau de desemprego. Como já mencionado, com uma queda na demanda, investidores diminuem seu nível de investimento, o que resulta em menores salários reais e demissões, e diminui mais ainda a demanda (ROUBINI; MIHM, 2010). Qualquer alteração no investimento que não seja contrabalançada com uma flutuação condizente na propensão a consumir resulta em uma variação no emprego (KEYNES, 1996).

2.3 CICLOS ECONÔMICOS EM SCHUMPETER

Schumpeter acreditava que os ciclos econômicos eram a manifestação mais importante da dinâmica de uma economia capitalista (FESTRÉ, 2002). Ele coloca o empresário inovador como o responsável por impulsionar o desenvolvimento de forma espontânea através de inovações (FLASCHEL, 2009).

É importante notar que aqui o termo inovação não é sinônimo de invenção. Invenções, embora possam ser radicalmente novas, são abundantes e de conhecimento geral; inovações, por sua vez, são a execução de novas combinações e podem ser realizadas em cinco principais âmbitos: um novo bem (ou um bem de qualidade diferenciada); um novo método de produção; novos mercados; novas fontes de matéria prima; e novas maneiras de organização da indústria (FESTRÉ, 2002; FLASCHEL, 2009; SWEDBERG, 2015).

O processo de inovação resulta no deslocamento de fatores de produção já existentes, dado o pressuposto de pleno emprego. O crédito é o principal meio de financiamento das inovações, sendo responsável por permitir o redirecionamento de mão de obra e capital para novas combinações (FESTRÉ, 2002; FLASCHEL, 2009).

Cabe notar, porém, que esse processo não tem resultados imediatamente positivos – essas novas combinações ainda não são provadamente efetivas; os trabalhadores podem não ter o treinamento necessário, reduzindo assim a produtividade; e as novas tecnologias podem fazer com que muito do capital social se torne obsoleto. Estaria em vigor nesse momento o que Schumpeter chama de destruição criativa, na qual novas combinações podem resultar em contrações da economia e desemprego (KNOOP, 2010).

Passado esse momento inicial de adaptação, há a fase de prosperidade do ciclo, caracterizada por um aumento de preços no setor afetado pela inovação, assim como o crescimento da economia como um todo. Por mais que as indústrias baseadas na tecnologia antiga tenham uma diminuição de rendimentos, há um aumento da demanda agregada por moeda graças ao crédito cedido ao empreendedor. (FESTRÉ, 2002).

A inovação é disseminada para outros setores. Ela atrai empreendedores não inovadores, que investem recursos objetivando a sua replicação. O aparecimento em massa de cópias da inovação promove mudanças no sistema econômico e inicia o processo de ciclo. (FESTRÉ, 2002; LIMA, 2005; SWEDBERG, 2015).

Nessa fase os preços dos meios de produção sobem decorrente da demanda do empreendedor não inovador. O custo da mão de obra aumenta, porém é compensado por os trabalhadores gastarem mais do seu salário em consumo. Aqui a inovação concorre diretamente com a tecnologia antiga e individualmente algumas firmas possam apresentar prejuízo – elas continuam em atuação, muito em parte por serem bem estabelecidas e conseguirem mais facilmente crédito junto aos bancos.

Apesar desse cenário, a economia como um todo atua em excedente líquido. (FESTRÉ, 2002; SCHUMPETER, 1997).

O crescimento tecnológico não é constante e nem acontece de forma homogênea entre todas as indústrias. A reprodução não é imediata, havendo um tempo entre o investimento do capital e a consolidação da produção. Se os empreendimentos surgissem de forma independente, isto é, sem que houvesse várias outras imitações surgindo decorrente do sucesso da inovação original, não existiria o processo de ciclo econômico (SCHUMPETER, 1997). Schumpeter argumenta que:

O aparecimento de empresários em grupos, que é a única causa do boom, tem sobre o sistema econômico um efeito qualitativamente diferente do de um aparecimento contínuo, [...] Enquanto as perturbações causadas por um aparecimento contínuo de empresários poderiam ser absorvidas continuamente, o aparecimento em grupo necessita de um processo de absorção especial e distinto, [...] Esse processo é a essência das depressões periódicas, que portanto podem ser definidas, do nosso ponto de vista, como o combate do sistema econômico no sentido de uma nova posição de equilíbrio, sua adaptação aos dados alterados pela perturbação trazida pelo boom (SCHUMPETER, 1997, p 217).

O aparecimento em massa de novos produtos e sua consolidação como parte integrante da economia resulta na queda dos preços e inicia a recessão. Há um processo de adaptação à situação, e esse estágio de incerteza reduz a capacidade de tomada de decisões e faz com que possíveis novos empreendedores escolham não investir. A diminuição da demanda empresarial por meios financeiros, aliada ao pagamento dos empréstimos cedidos aos empreendedores, conduz a economia à depressão (FESTRÉ, 2002; FLASCHEL, 2009; SCHUMPETER, 1997).

Schumpeter diz que os movimentos contrários ao crescimento da economia colocam um fim ao desenvolvimento econômico vigente. Aqui as hipóteses fundamentais dos agentes econômicos se alteram e grandes quantias de valores são destruídas. O desenvolvimento que segue passa a ser um novo e não só o uma continuação do antigo, embora tudo indique que ele se moverá em uma direção similar a anterior (SCHUMPETER, 1997).

Ainda assim, a depressão é vista como uma fase transitória, e a recuperação é tida como inevitável. Com a volta da estabilidade do sistema, há o terreno para uma nova inovação surgir (FESTRÉ, 2002).

Para Schumpeter, a reação do mercado de trabalho não é imediata aos acontecimentos. Embora a redução da demanda de trabalho devesse ser um sintoma

muito inicial do fim da prosperidade, os salários e o nível de emprego em geral não caem tão rapidamente quanto o esperado, da mesma forma que na prosperidade há desempregados e os salários não sobem imediatamente (SCHUMPETER, 1997).

Schumpeter argumenta que há duas categorias de desemprego: o desemprego “normal”, o qual ocorre quando a economia está nas proximidades do equilíbrio; e o desemprego decorrente de flutuações durante o desequilíbrio, subdividido em desemprego por fatores externos a firma e desemprego resultante dos distúrbios causados da inovação tecnológica (desemprego tecnológico) (BOIANOVSKY; TRAUTWEIN, 2008).

O desemprego tecnológico está associado aos ciclos econômicos, não se restringindo apenas à substituição de trabalhadores por máquinas, mas abrangendo todo tipo de efeito no emprego causado pela realocação de trabalho e capital como consequência da destruição criativa (BOIANOVSKY; TRAUTWEIN, 2008).

As fricções são a causa última da maioria, se não todos, os tipos de desemprego. Por fricções entende-se todo atraso ao equilíbrio, como custos de mudar de profissão e de transação, resistência a mudanças de preços, contratos de longo-termo, etc (BOIANOVSKY; TRAUTWEIN, 2008).

O desemprego normal decorre da visão de que a competição e o próprio estado de equilíbrio são imperfeitos, não havendo então a condição de pleno emprego. A presença de competição monopolística e rigidez de preços se traduz no equilíbrio atingido com desemprego e excesso de capacidade produtiva (BOIANOVSKY; TRAUTWEIN, 2008).

2.4 ECONOMIA FEMINISTA E CICLOS ECONÔMICOS

A Economia Feminista não é um conjunto homogêneo de ideias. Ela consiste em temas e abordagens plurais, derivando tanto de diferentes correntes do feminismo (desde o liberal, até o radical e o socialista), de diversas fontes teóricas (neoliberal, institucional, marxista, pós-keynesiana, ...) e de distintos procedimentos metodológicos. O próprio nível de ruptura com os paradigmas vigentes varia: há quem considere ser suficiente apenas agregar as mulheres à análise, como também existe a visão de ser necessária uma transformação na disciplina de economia (BERIK; RODGERS, 2007; CARRASCO, 1999, 2006; PEIRÓ; BELAIRE-FRANCH; GONZALO, 2012; PETERSON, 2005).

Assim, o ponto em comum das vertentes desse campo é a centralidade do gênero para poder entender os vieses que permeiam as relações econômicas, e dessa forma construir um campo que abranja as perspectivas e realidades de tanto homens quanto mulheres. Gênero aparece como uma construção cultural, sendo o significado social dado às diferenças biológicas entre os sexos (BERIK; RODGERS, 2007; CARRASCO, 1999; KUIPER; SAP, 1995; PEIRÓ; BELAIRE-FRANCH; GONZALO, 2012; PETERSON, 2005).

Esse enfoque revela como é inadequado o tratamento das teorias vigentes em relação às desigualdades entre homens e mulheres. Desde teorias radicais até as neoliberais, elas apresentam a semelhança de inviabilizar a condição feminina dentro e fora da esfera econômica. É assim questionado o viés androcêntrico da economia, que exclui as mulheres e as atividades realizadas por elas, o que impede a análise de suas restrições e situações específicas (CARRASCO, 1999).

No que tange o âmbito do mercado de trabalho, é feita a crítica aos pressupostos supostamente neutros de suas teorias – em especial, a conceituação do que é considerado trabalho e a já mencionada omissão dos aspectos de gênero colocam a mão de obra feminina como secundária, apesar de dados contraditórios à essa ideia (CARRASCO, 1999). É importante notar o aspecto qualitativo presente nessa esfera. Graças a natureza de gênero integrada em seus processos, os resultados terão diferenças qualitativas para homens e mulheres. Dessa forma, a consequência de movimentos cíclicos no emprego pode variar por gênero (SMITH, 2009). Rubery e Rafferty (2013) colocam que:

[...] gender differences in recessionary effects are related to the different characteristics and roles of women both in the labour market – as indicated by differences by gender in job allocation, working time and pay – and in the household economy and welfare state. These differences may not only influence the immediate outcomes of a downturn for women compared to men but also the pattern of changes taking place within the business cycle and associated incentives for economic restructuring (RUBERY; RAFFERTY, 2013, p. 415).

Embora haja uma extensa literatura sobre as disparidades de gênero nos salários e na participação laboral, a pesquisa sobre diferenças entre homens e mulheres no desemprego e a sua relação com os ciclos econômicos é mais escassa. (PEIRÓ; BELAIRE-FRANCH; GONZALO, 2012). Há três hipóteses básicas sobre

como os ciclos afetam o emprego feminino: a hipótese de amortecedor¹ a hipótese de segmentação, a hipótese de substituição. (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; BETTIO *et al.*, 2013; MILLER, 1990; RUBERY; RAFFERTY, 2013; SMITH, 2009; UN WOMEN, 2014).

A hipótese de amortecedor coloca que as mulheres são as últimas a serem contratadas na fase de crescimento e as primeiras a serem demitidas na recessão, por terem laços mais fracos com o mercado de trabalho decorrente da sua posição marginal nele. Essa “flexibilidade” resulta em elas amortecerem o desemprego dos homens, sendo consideradas um “exército cíclico de reserva” à disposição da demanda dos empregadores (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; BETTIO *et al.*, 2013; MILLER, 1990; RUBERY; RAFFERTY, 2013; SMITH, 2009; UN WOMEN, 2014).

Em concordância com essa hipótese, é importante para os ciclos a maneira que as empresas realizam os cortes de empregos. Caso a decisão seja baseada em senioridade, as mulheres são desproporcionalmente afetadas por, na média, terem posições de menores status (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; BERIK; RODGERS, 2007).

A hipótese da segmentação diz que a segregação ocupacional por gênero é rígida no curto prazo. Assim, a demanda por mão de obra feminina está diretamente ligada a demanda das indústrias e empregos dominados por mulheres. Isto significa que elas podem ser mais ou menos afetadas de acordo com os setores mais atingidos durante as movimentações econômicas (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; HEIDENREICH, 2016; MILLER, 1990; RUBERY; RAFFERTY, 2013; SMITH, 2009; UN WOMEN, 2014).

Embora a segregação ocupacional presente no início da crise possa sofrer mudanças durante o decorrer do ciclo, ela geralmente molda o padrão de demissões que segue. Por exemplo, caso certo emprego dominado por homens seja desproporcionalmente afetado por uma recessão, os afastamentos resultantes afetariam a porcentagem total da segmentação entre os gêneros (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; RUBERY; RAFFERTY, 2013).

A hipótese de substituição enuncia que a necessidade de reduzir custos durante a crise pode criar novas oportunidades de emprego feminino por elas

¹ No original, buffer hypothesis

receberem salários menores. Elas seriam contratadas para substituírem os homens demitidos, o que também afetaria os níveis de segregação (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; MILLER, 1990; RUBERY; RAFFERTY, 2013; SMITH, 2009).

É importante notar que as hipóteses não são necessariamente excludentes e podem atuar ao mesmo tempo. Também é possível que certos efeitos aconteçam em grupos e setores específicos em momentos diferentes do ciclo. Ainda, a importância desses processos pode variar de acordo com as características de cada recessão (RUBERY; RAFFERTY, 2013). Dessa forma, diferentes países podem ter diferentes repercussões na variação laboral das mulheres (FLORO; DYMSKI, 2000; UN WOMEN, 2014).

Para possibilitar uma visão geral, será feita uma separação em dois grupos, tendo como base a volatilidade do emprego feminino. Os resultados são majoritariamente obtidos através da observação da crise de 2008, podendo assim variar para futuras recessões. O motivo de não ser feita a divisão dos grupos em países industrializados e em desenvolvimento como consta no relatório de 2014 da UN WOMEN, *The Global Economic Crisis and Gender Equality*, é que o segundo conjunto apresenta resultados mais heterogêneos, que dependem da estrutura do mercado de trabalho e quanto a recessão afetou o local em questão, por exemplo. Assim, locais tidos como em desenvolvimento podem apresentar efeitos iguais à outra categoria (UN WOMEN, 2014).

O primeiro grupo seria então o caso de países como Estados Unidos e Inglaterra. Aqui a mão de obra feminina varia menos do que a masculina, em parte graças a segregação de gênero presente nos empregos. Os homens estão em indústrias cíclicas, como manufatura e construção, enquanto as mulheres se fazem presentes em campos mais resistentes as recessões, como serviços em educação e saúde (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; BETTIO *et al.*, 2013; EWING; LEVERNIER; MALIKT, 2005; PEIRÓ; BELAIRE-FRANCH; GONZALO, 2012; RAZZU; SINGLETON, 2016; RUBERY; RAFFERTY, 2013; SMITH, 2009).

Essas menores movimentações cíclicas das ocupações femininas também podem ser explicadas pelos efeitos de trabalhador agregado² e de trabalhador desencorajado³. O primeiro coloca que durante recessões as mulheres entram no mercado de trabalho para compensar a queda da renda de casa decorrente de o

² No original, *added worker effect*

³ No original, *discouraged worker effect*

homem ser demitido. O segundo efeito diz que as mulheres saem do mercado de trabalho durante as situações adversas, não contando assim nas estatísticas oficiais de desemprego. (BETTIO *et al.*, 2013; DARBY; HART; VECCHI, 2001; EWING; LEVERNIER; MALIKT, 2002; HEIDENREICH, 2016; SMITH, 2009; UN WOMEN, 2014).

Apesar de parecerem contraditórias, essas situações podem acontecer ao mesmo tempo, em diferentes grupos. O efeito do trabalhador desencorajado, em especial, é mais comum em mulheres entre 45 e 54 anos. Se ele for mais intenso que o efeito do trabalhador agregado, o emprego feminino irá reforçar a movimentação econômica de crise – caso contrário, terá resultados contracíclicos (BETTIO *et al.*, 2013; DARBY; HART; VECCHI, 2001; SMITH, 2009; UN WOMEN, 2014).

Mesmo com uma menor variação em seus níveis laborais, elas ainda perdem proporcionalmente mais empregos nas indústrias menos resistentes a crises, sugerindo um efeito amortecedor. Ocorre também um ajuste assimétrico apenas entre as mulheres: a queda na participação delas no mercado de trabalho durante a recessão é maior do que seu aumento na recuperação – assim, os homens, apesar de mais atingidos em um momento inicial da contração econômica, tem mais oportunidades durante o crescimento (BETTIO *et al.*, 2013; DARBY; HART; VECCHI, 2001; RUBERY; RAFFERTY, 2013).

O segundo grupo seria composto por países como Filipinas e Tailândia. Nesse caso, há uma aglomeração de mulheres em setores voltados para a exportação, como por exemplo as indústrias de eletrônica, manufatureira, têxtil e de vestuário, que têm sua competitividade internacional proveniente de baixos custos de produção (BRAUNSTEIN, 2000, 2008; UN WOMEN, 2014).

A volatilidade dessas áreas às movimentações do ciclo econômico resulta durante recessões que as mulheres sejam desproporcionalmente demitidas (FLORO; DYMSKI, 2000). Existem países que fogem a essa regra, como a Indonésia: durante a crise de 2008, elas aumentaram percentualmente a sua participação em trabalhos pagos – a contrapartida é que foram em empregos precários (UN WOMEN, 2014).

A pressão por baixos custos é traduzida em baixos salários. A segregação das mulheres nesses setores resulta dessa forma em um aumento na disparidade salarial entre os gêneros (BERIK; RODGERS, 2007).

Existe o argumento que essa inequidade de gênero específica é benéfica ao crescimento econômico. Essas indústrias obtiveram crescimento rápido ao buscar

contratar trabalhadoras, especialmente as provenientes de áreas rurais. Os pequenos salários contribuíram para manter (ou até diminuir) os custos e melhorar o desempenho das exportações. O aumento decorrente nas divisas estrangeiras ajudou a financiar bens de capitais e produtos intermediários, o que contribuíram para a produtividade e o crescimento econômico (BERIK; RODGERS, 2007).

É importante notar que expansão econômica não significa necessariamente um aumento no bem-estar da população. Esse tipo de crescimento é desfavorável na medida em que se baseia na expansão de empregos precários, com praticamente nenhum direito trabalhista e salários mínimos. Por essa situação recair especialmente sobre as trabalhadoras, ela também reforça o menor valor social das mulheres (BERIK; RODGERS, 2007).

Para os países de ambos os grupos, as inequidades de gênero no emprego formal feminino afetam negativamente o crescimento. Elas são ineficientes, distorcem a economia e não maximizam a capacidade produtiva (BRAUNSTEIN, 2008; KLASSEN; LAMANNA, 2009).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesse capítulo permite concluir os ciclos não são uniformes em suas causas e consequências. Dessa forma, para podermos compreender as movimentações laborais femininas do Brasil entre 1990 e 2015, é necessário antes entendermos qual a estrutura do mercado de trabalho do país nesse período.

No próximo capítulo será então feita uma revisão literária do mercado de trabalho brasileiro e ocorrerá a tentativa de entender quais são os atributos da sua mão de obra feminina formal.

3 REVISÃO LITERÁRIA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Como posto no capítulo anterior, para entender a forma que os ciclos econômicos repercutem no emprego formal feminino no Brasil, é preciso entender o funcionamento do mercado de trabalho no país. O seu processo de formação impacta ainda hoje questões de emprego e renda. A dinâmica dessa esfera se constrói sobre arranjos de desigualdade econômica e social mesmo em momentos de crescimento do PIB, o que explica as disparidades regionais e a presença de um elevado nível de pobreza estrutural e reprodução da miséria (DEDECCA, 2005; DEDECCA; LOPREATO, 2013; THEODORO, 2005).

A maneira que homens e mulheres participam do mercado de trabalho determina o cenário em que se sucede as crises e as recuperações. O contexto brasileiro de inequidades sociais desemboca em desvantagens para as trabalhadoras, o que faz com que elas vivenciem de forma diferente os efeitos dos ciclos (BERG *et al.*, 2010). Assim, é necessária uma contextualização histórica de como esse mercado veio a surgir no Brasil para entender as relações que o permeiam ainda hoje.

O capítulo é dividido em duas partes: breve trajetória do mercado de trabalho, subdividido nos períodos 1850 até 1930, 1930 até 1990, 1990 até 2000 e 2000 até 2010; e, por fim, emprego formal feminino, com subtópicos sobre a divisão setorial, o trabalho precário, sua dualidade e o desemprego.

3.1 BREVE TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO

O motivo de contemplarmos essa revisão a partir de 1850 é por este ser um ponto de ruptura na história econômica e social brasileira com a proibição do tráfico de escravos (BARBOSA, A. De F., 2016; THEODORO, 2005). Theodoro (2005) coloca que até essa década não existiam outras maneiras de organização da produção no Brasil além da escrava.

Anterior a esse período tem-se a chamada “anomalia” colonial: apesar de existir um mercado mundial na qual o capitalismo se encontra em fase de expansão, o mercado de trabalho interno ao país era inexistente na medida em que não era possível vender sua força de trabalho. Nesse sistema, as condições de produção e reprodução não eram separadas (BARBOSA, A. De F., 2016; THEODORO, 2005).

3.1.1 Anos 1850 – 1930

A abolição do tráfico de escravos significou o enfraquecimento do sistema escravocrata nacional, tendo em vista as péssimas condições de reprodução que essa parte da população estava sujeita. Dessa forma, o principal fator de produção se torna inelástico: apesar da descoberta de terras de melhor qualidade e de um mercado internacional em expansão, o suprimento de mão de obra escrava passa a impedir uma maior produtividade (BARBOSA, A. De F., 2016; DEDECCA, 2005; THEODORO, 2005).

O Estado brasileiro optou pelo incentivo à mão de obra imigrante para resolver essa restrição, apesar da possibilidade de se utilizar o trabalho de homens livres e libertos, em especial através da migração interestadual destes. O motivo dessa escolha não é consenso na literatura (BARBOSA, A. De F., 2016; DEDECCA, 2005; THEODORO, 2005). Theodoro (2005) diz que:

São sobretudo os grandes fazendeiros do Oeste Paulista – à época a região mais dinâmica da produção do café – que vão achar perigoso manter-se dependente do trabalho dos ex-escravos, desconfiando ainda da possibilidade de se contar com os livres e libertos, tidos como avessos às atividades laborais. Além do mais, também era objetivo dessa elite política o “branqueamento da nação” (Lamounier, 1988, p. 147). Apresentarão, assim, a proposta de imigração subvencionada, o que permitirá a chegada em massa de trabalhadores europeus financiada em grande parte pelo governo. A substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da abolição. (THEODORO, 2005, p. 94)

O crescente número de livres e libertos ficou então limitado a atividades de subsistência, pequenos serviços urbanos ou até a própria privação de trabalho. Décadas mais tarde, esse cenário excludente resultaria no nascimento do setor informal da economia, além de explicar a abundância de trabalhadores à disposição do processo de industrialização (THEODORO, 2005).

A adoção de mão de obra livre não ocorreu de forma homogênea, constituindo um mosaico de relações de trabalho. Existia casos como o colonato do Oeste Paulista, que se enquadrava em um quase assalariamento; ao mesmo tempo em que ocorriam situações análogas a servidão, como os “moradores de condição” da região açucareira nordestina, que se compromissavam a trabalhar para grandes proprietários em troca de uma parte da terra (BARBOSA, A. De F., 2016).

Dessa maneira, o mercado de trabalho no Brasil não surgiu ao acaso: ele nasceu graças à ação direta do Estado sobre a escravidão e foi moldado com as decisões que beneficiaram a mão de obra imigrante em detrimento da nacional (THEODORO, 2005). Até 1930, porém, ele é regionalmente fragmentado, com pouca migração entre estados e com o predomínio de relações não assalariadas (BARBOSA, A. De F., 2016). Desde seu primórdio já havia a exclusão de parcela da população, sobretudo a negra (COSTA, 2010).

3.1.2 Anos 1930 – 1990

Após 1930 passa a ser feita a integração entre o mercado de trabalho e o sistema econômico em nível nacional. Inicia-se a regulamentação das relações trabalhistas. É criada a carteira de trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Estado estabelece várias medidas objetivando construir uma força laboral adequada à indústria que surgia. O assalariamento passa a ser instituído, embora ele ainda não contemple todos os profissionais (DEDECCA, 2005; THEODORO, 2005).

O fim do distanciamento de mercados regionais possibilitou a migração de trabalhadores, em especial nordestinos, para a industrialização da região sudeste (DEDECCA, 2005; THEODORO, 2005). A mão de obra nacional se apresenta em abundância, excedendo a demanda imediata (BARBOSA, A. De F., 2016). Esse aspecto, combinado com os fluxos populacionais em direção às grandes cidades, resulta no aparecimento do setor informal urbano (GONÇALVES, 2002).

O setor informal passa a desempenhar um papel importante de manutenção da ordem social. Ele permitiu amenizar as pressões provindas dos excluídos do mercado de trabalho formal, que sem nenhuma oportunidade de emprego poderiam iniciar uma revolta (GONÇALVES, 2002).

Apesar da oferta de profissionais ser maior que a necessidade do período, até a década de 1980 os níveis de desemprego são relativamente baixos. O padrão de industrialização e desenvolvimento instaurado apresentava uma alta capacidade de gerar empregos (DEDECCA, 2002). Mesmo assim, em 1976, um quinto da força de trabalho urbana não era assalariada e mais de um terço dos assalariados urbanos não possuíam carteira de trabalho assinada. Na esfera rural, um terço dos trabalhadores eram assalariados e dois terços dos assalariados não tinham carteira de trabalho (BARBOSA, A., 2016).

Esse mercado de trabalho pouco institucionalizado, com extenso número de contratos informais, significa que parte expressiva da população ocupada não usufruía do sistema de proteção social estabelecido em 1940 (DEDECCA, 2005). A modernização concebia uma estrutura produtiva guiada pelas grandes empresas e o setor público, ao mesmo tempo em que nutria atividades econômicas que estavam fora da esfera assalariada ou se relacionavam com esse âmbito através de relações precárias. Isto resultou em um aumento da disparidade econômica e social (DEDECCA, 2002).

Assim, uma particularidade do caso brasileiro seria esse mercado de trabalho heterogêneo e seus consequentes efeitos na desigualdade social. O próprio modelo de regulação do país, ao impedir o surgimento de mecanismos de redistribuição de renda, passa a refletir a desarmonia entre o acelerado desenvolvimento econômico e a ausente proteção social. A massa existente de subassalariados, sem cidadania nem dignidade em suas ocupações, tem sua origem no processo excludente de transformação de escravos em trabalhadores livres (BARBOSA, A. De F., 2016; DEDECCA, 2005).

Por volta de 1980 acontece a primeira crise nítida. Até esse momento, o Brasil tinha passado por breves períodos de retração, como por exemplo os impactos da crise de 29. Na década de 80, então, a produção industrial apresentou uma queda de em torno de 25%; o nível de emprego do setor teve uma diminuição semelhante. Pela primeira vez aparece o desemprego em massa no país, embora ele tenha se restringido às zonas urbanas com maior densidade de indústrias (DEDECCA, 2005).

Não existia qualquer medida de proteção contra o desemprego. (THEODORO, 2005). Isto significa que o desempregado precisava se voltar para alguma atividade irregular para sobreviver ou financiar a busca de um novo posto de trabalho (DEDECCA, 2005). A forte retração sofrida pelas ocupações formais resulta em um agravamento das desigualdades estruturais (COSTA, 2010).

Graças a movimentos de recuperação da economia, em 1989 o nível do emprego industrial voltou a um patamar similar ao de 1980. Com o desemprego vigente nos anos de crise, a década teve como fator central a piora da distribuição de renda (DEDECCA, 2005).

A democratização veio com o objetivo de propiciar um desenvolvimento econômico concomitante com desenvolvimento social. A Constituição de 1988 construiu fundações para um crescimento do mercado aliado à justiça social. A

esperança era de que os anos 90 fossem caracterizados pela retomada da prosperidade econômica junto de distribuição de renda e geração de novos postos de emprego (DEDECCA, 2005).

3.1.3 Anos 1990 - 2000

Frustrando as expectativas anteriores, o início da década foi marcado por crise, aumento da desigualdade social e desemprego. A política de liberalização da época vinculou o problema do emprego à regulação excessiva do mercado de trabalho, desconsiderando assim as raízes históricas e estruturais dessa questão (DEDECCA, 2005).

Os anos 90 começaram com uma grave recessão. A falta de crédito internacional para financiar o déficit das contas externas impediu que a política vigente continuasse por mais tempo, sendo posta em situação de espera de 1991 até 1993 (DEDECCA, 2005). Dedecca (2005) diz que:

O impeachment do presidente Fernando Collor, resultado de uma grande mobilização nacional, dificultou ao novo presidente empossado dar imediatamente continuidade à política implementada desde 1990. Somente no final de 1993, ela foi retomada. Ao longo de 1994 um novo plano econômico foi adotado, com diretrizes fiéis às já presentes no anterior, cujo sucesso esteve estreitamente ligado a uma grande injeção de recursos externos. (DEDECCA, 2005, p. 105)

Deu-se continuidade ao plano de abertura econômica e privatizações, que provocaram um processo de reestruturação da produção. Apesar de inicialmente ter um impacto positivo, o Plano Real resultou no crescimento do desemprego (COSTA, 2010; DEDECCA, 2005).

Dessa maneira, a precarização das condições de trabalho e o fenômeno do desemprego assumem dimensões nunca antes registradas no país (GONÇALVES, 2002). A alta contração do nível de emprego visou em especial os postos de profissionais menos qualificados, com pouco tempo de serviço e baixo nível educacional. Coube novamente ao setor informal absorver tanto os migrantes que chegavam a esfera urbana, como aqueles retirados do setor formal (DEDECCA, 2002). Entre 1990 e 2000, o grau de informalidade saltou de 37,6% para 50,8% e cerca de 3,3 milhões de vagas de trabalho formais foram eliminados (COSTA, 2010).

3.1.4 3.1.4 Anos 2000 - 2010

A dificuldade de financiamento externo fez com que a instabilidade econômica advinda da década anterior perdurasse até 2003. Apesar dessa situação, o cenário de substituição de bens nacionais por importados e a decorrente maior nacionalização do padrão de consumo resultou na recomposição da base produtiva do país. Mesmo com a economia apresentando um crescimento pequeno, a dinâmica do período restaurou o nível de emprego e freou o movimento ascendente de informalidade e desemprego (DEDECCA, 2010).

A aceleração do crescimento entre 2003 e 2007 se traduziu na geração de postos de trabalhos formais. O recuo do desemprego foi contido apenas em 2009, graças ao contexto de crise econômica internacional (DEDECCA, 2010). Para o enfrentamento dessa recessão mundial, foi importante o mercado brasileiro ter apresentado em sua história recente um crescimento mais homogêneo, sem concentração única em certas regiões-chaves. Essa descentralização facilitou uma melhor distribuição de renda e a expansão do emprego por todo território nacional. No momento mais agudo da recessão, as políticas de investimento sustentaram o mercado interno e a criação de postos de trabalho, impedindo no Brasil a queda da atividade produtiva como um todo. Assim, o nível de emprego formal caiu durante apenas 3 meses, e o círculo virtuoso entre produção, emprego e renda foi reativando ainda em 2009 (DEDECCA; LOPREATO, 2013).

A relação convergente entre o crescimento do produto e o do emprego não é espontânea, e decorreu tanto da capacidade de aproveitar os estímulos externos para fortalecer o mercado interno, como da criação de políticas setoriais, de infraestrutura e sociais, que aproveitaram a já existente matriz de instituições públicas e privadas (DEDECCA; LOPREATO, 2013). Para Cardoso (2009), os principais responsáveis pela recuperação do emprego formal foram a expansão e diversificação do crédito interno, o aumento e descentralização do gasto público social, um regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas, aumento e diversificação do saldo exportador, e uma melhora das ações de intermediação e fiscalização das relações e condições da força de trabalho.

Sobre o primeiro ponto, embora os nexos causais da expansão das operações de crédito e o emprego formal não sejam automáticos, existe forte correlação entre ambos (CARDOSO, 2009). Cardoso (2009) diz que:

[...] há correlação positiva entre essa expansão recente do crédito e o nível de ocupação da força de trabalho, sendo que aquela que se assalaria com carteira neste processo, tende a ter maiores chances de sustentabilidade no tempo. Isto porque esses novos postos de trabalho, gerados a partir do crédito, tiveram por trás vetores da demanda empresarial e pública, e não aqueles imperativos de sobrevivência que caracterizam a ocupação por conta própria. Por este motivo, a expansão e a diversificação do crédito são fatores importantes a explicar por que [...] registra-se aumento de participação do emprego formal e queda do trabalho por conta própria no período recente. (CARDOSO, 2009, p. 370-371)

No que tange os gastos públicos, os que foram direcionados para a expansão de serviços sociais, como saúde e educação, resultaram em um aumento direto de contratação com vínculos formais. Esses postos de trabalho tendem a ser permanentes e cumulativos no tempo. Já os gastos na forma de transferências monetárias diretas a indivíduos, por sua natureza regular, ajudaram a sustentar demandas locais por comércio e serviços, além de serem um fator de estabilidade e previsibilidade para decisões de empresas privadas que dependem desse consumo (CARDOSO, 2009).

A respeito do terceiro aspecto, o regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas criado em 1996 foi uma forma de incentivo direto à formalização e fortalecimento desses negócios e de seus vínculos empregatícios. Por sua vez, o ponto sobre o incremento geral das exportações tem como resultado a expansão de ocupações agrícolas e de parte dos segmentos industrial e comercial: constatou-se que empresas exportadoras geraram mais emprego do que similares não exportadoras (CARDOSO, 2009).

O último item tratado por Cardoso (2009) relaciona uma melhor gestão no Ministério do Trabalho e Emprego, com o aumento do serviço de intermediação de mão de obra junto aos trabalhadores e um gerenciamento mais eficaz do mercado de trabalho. Como consequência, o incremento de trabalhadores registrados sob ação fiscal se tornou superior ao de empresas fiscalizadas. Tanto na intermediação como na fiscalização, essas intervenções contribuíram para a expansão do mercado de trabalho formal nesse período (CARDOSO, 2009).

3.2 EMPREGO FEMININO

No início do século passado começou a ocorrer o aumento do acesso feminino ao trabalho remunerado no Brasil. O expansivo processo de industrialização e

urbanização desse período impactou diretamente a vida das mulheres, que começaram a ser vistas como mão de obra em potencial, tanto como operárias de fábricas, como trabalhadoras de terras para cultivo. Inicialmente, a necessidade econômica do emprego feminino era oposta pela moral burguesa, que pregava ser dever da mulher permanecer em casa cuidando do marido e dos filhos, e pelo movimento operário, que via elas como uma ameaça ao trabalho masculino (MÉNDEZ, 2005).

Foi a partir de 1970, porém, que passou a acontecer de forma mais significativa a entrada das mulheres na força de trabalho brasileira. Esse acréscimo ocorreu de forma intensa e constante, e, embora tenha desacelerado na década de 90, persiste até os dias atuais. De 1976 para 2010 a proporção de mulheres que trabalham ou procuram emprego saltou de 29% da população feminina total para 48,9%, transcorrendo um aumento de mais de 10 milhões de trabalhadoras nesse período (ALVES, 2013; BRUSCHINI, 1994, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; HOFFMANN; LEONE, 2004; MÉNDEZ, 2005; MONTAGNER, 2004; NEVES, 2000; QUIRINO, 2012; WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997).

Dessa forma, elas desempenharam um papel mais relevante do que os homens na expansão da População Economicamente Ativa (PEA), dado que eles possuem taxas de atividade mais estáveis (BRUSCHINI, 1994; QUIRINO, 2012). Os números masculinos, porém, ainda são superiores: em 2010, a taxa de participação deles era de 67,1%, contra os já mencionados 48,9% das mulheres (ALVES, 2013).

A explicação desse crescimento contínuo da força de trabalho feminina passa por questões econômicas, culturais e demográficas. Sobre o primeiro aspecto, os anos 70 foram marcados pela já mencionada crescente urbanização e industrialização, que propiciaram um cenário favorável a entrada de mão de obra, inclusive a de mulheres. Já os períodos subsequentes de crise impossibilitaram a expulsão delas do mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998), além de influenciar novas entrantes por uma estratégia de complementação de renda frente a deterioração dos salários reais dos trabalhadores. Durante essa época também foi redefinido o conceito de necessidade econômica, com uma maior expectativa de consumo não só de famílias nos estratos de renda média, como também das situadas nas camadas mais baixas (BRUSCHINI, 1994; NEVES, 2000; WAJNMAN, 2006; WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997).

Do ponto de vista cultural, aconteceram profundas transformações relativas ao valor das mulheres. Os movimentos feministas dos anos 70 influenciaram uma nova configuração da identidade feminina, mais voltada ao trabalho produtivo, e na conseqüente ressignificação de seus papéis sociais (BRUSCHINI, 1994, 2000; OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998).

No âmbito demográfico, a queda da taxa de fecundidade contribuiu para liberar as mulheres para o mercado (BRUSCHINI, 1994; OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009). Essa diminuição possibilitou a conciliação entre o trabalho monetário e o doméstico (WAJNMAN, 2006), que continua a ser considerado como responsabilidade majoritariamente feminina, mesmo quando ela está empregada¹. Assim, os valores associados a participação da mulher na força de trabalho passaram a se sobrepor aos valores associados a um número elevado de filhos² (BRUSCHINI, 2000).

Esse cenário permitiu o ingresso de esposas em postos de trabalho (BRUSCHINI, 1994, 2000): considerando a posição que as mulheres ocupam nas famílias, as casadas tiveram o maior aumento das taxas de atividade (BRUSCHINI, 2007), ao ponto de alguns estudiosos nomearem essa movimentação das mulheres como “revolução das conjugues” (WAJNMAN, 2006). Entre 1977 e 2001, esse grupo respondeu por um aumento de 76% no nível de atividade econômica feminina no Brasil (IZAKI; SOARES, 2002). O crescimento da sua participação reflete também dois aspectos: as que começaram a trabalhar jovem não se afastaram do mercado com a idade e algumas mulheres mais velhas adentraram a força de trabalho (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Cabe aqui um breve parêntese: o perfil etário das trabalhadoras também mudou, em especial a partir do final da década de 80. O pico existente nas idades de 22 – 24 anos se desfez, com um aumento desproporcional das taxas do grupo de 25 até 44 anos. As mulheres envelheceram sem deixar de trabalhar, enquanto que nos anos noventa entrou em vigor uma maior restrição à mão de obra de pessoas

¹ A dupla jornada será tratada adiante

² Bruschini (1994) diz que, em famílias muito pobres ou em que a mulher é o único adulto disponível, ocorrem outros arranjos, como redes de vizinhos ou parentes para cuidarem da (s) criança (s) enquanto a responsável trabalha.

inexperientes e em idade escolar, o que afetou as trabalhadoras mais jovens (RIOS-NETO; WAJNMAN, 2000; WAJNMAN, 2006).

Um dos aspectos demográficos que melhor explica a inserção feminina na força de trabalho é o aumento de seus níveis educacionais (BRUSCHINI, 2000; MENEZES-FILHO; SCORZAFAVE, 2006; OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009; WAJNMAN, 2006). Esse fator é responsável pela variação estatística de 50% das taxas de participação das mulheres entre 1977 e 2001 (IZAKI; SOARES, 2002). Em 2005, 83% das trabalhadoras que possuíam 15 anos ou mais de escolaridade estavam ativas, contra uma taxa de 53% das brasileiras no geral (BRUSCHINI, 2007).

Apesar desse quadro, o aumento do nível de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho das mulheres não alteraram os padrões de divisão sexual do trabalho (MÉNDEZ, 2005). Embora a participação delas deixe, aos poucos, de ser considerada secundária, elas ainda ocupam espaços diferenciados, com uma maior presença em ambientes precários (IPEA *et al.*, 2011). Se faz necessário, assim, entender em que setores elas estão.

3.2.1 Divisão setorial

A segmentação entre homens e mulheres ainda hoje os posiciona em diferentes tipos de ocupações e locais de trabalho. O problema é a tendência das esferas femininas a serem de pior qualidade, o que pode se traduzir em menores salários, redução (ou inexistência) da mobilidade ascendente na profissão³ e falta de proteção da legislação trabalhista (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009; WAJNMAN, 2006). Essa situação de persistência da segregação, porém, não implica em ela estar aumentado. As trabalhadoras realizam novos padrões de escolhas profissionais, vencendo barreiras e preconceitos. Entretanto, elas ainda são influenciadas por processos socializadores (reproduzidos nos ambientes familiares, escolares, através da mídia, ...) que as conduzem rumo a atividades consideradas mais “próprias” ao público feminino; e por uma “sabedoria de conciliação”, na qual escolhem ocupações compatíveis com as responsabilidades (futuras ou atuais) do lar (BRUSCHINI, 1994).

³ Chamado de “teto de vidro”, esse fenômeno será tratado mais para frente.

Apesar de aumentar o número de mulheres com participação em setores considerados masculinos, elas ainda estão majoritariamente concentradas em “guetos” ocupacionais femininos (BRUSCHINI, 2007; NEVES, 2000). Elas são mais empregadas no setor de serviços, mas mesmo nessa área há subdivisões por gênero (IPEA *et al.*, 2011; MENEZES-FILHO; SCORZAFAVE, 2006; WAJNMAN, 2006): o Censo de 2010 aponta que as trabalhadoras respondiam por 92,7% das pessoas ocupadas em serviços domésticos; 75,8% em educação; e 74,2% em saúde humana e serviços sociais (IBGE, 2012). Dessa forma, as mulheres estão sobrerrepresentadas em categorias que representam uma extensão de seu trabalho de cuidados (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009). Méndez (2005) diz que:

[...] o mercado de trabalho preservou um tipo de padrão de divisão sexual do trabalho que reservava às mulheres atividades compatíveis com suas vocações “naturais”. Tanto o trabalho doméstico quanto os serviços de educação e saúde são vistos como funções que exigem cuidado, destreza, delicadeza, qualidades estas que — conforme a cultura misógina — seriam parte da formação subjetiva das mulheres (MÉNDEZ, 2005, p.61).

Como visto, os novos rumos da economia nos anos 90 resultaram em uma redução drástica do emprego formal, em especial na indústria, ao mesmo tempo em que fomentaram os serviços, setor com caráter informal e flexível. O crescimento da participação feminina nesse período indica essa ter sido a principal via de acesso delas ao mercado de trabalho, principalmente no emprego doméstico e no comércio de mercadorias (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009; WAJNMAN, 2006). Essas novas ocupações ocorreram em um cenário de precariedade e diminuição generalizada de pessoas com carteira assinada (WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997).

Esse aumento de trabalhos precários ajudou, por vias transversas, a diminuir a segregação de gênero na medida em que os homens, ao perderem seus postos na área industrial, passaram a adentrar redutos de emprego tradicionalmente femininos, como a prestação de serviços (HOFFMANN; LEONE, 2004; LAVINAS, 2000; LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998). Assim, o caso brasileiro dessa época se diferencia do cenário internacional em que as mulheres prejudicavam os homens na busca por lugar no mercado de trabalho. No Brasil dos anos 80 e 90, o que aconteceu foi justamente o inverso: os espaços tradicionalmente masculinos interromperam a tendência de se abrir para as

trabalhadoras ao mesmo tempo em que aumentou a participação masculina em esferas comumente relegadas às mulheres (WAJNMAN, 2006).

Mesmo quando inseridos no mesmo setor, as movimentações econômicas não afetam da mesma maneira os rendimentos de homens e mulheres. O gênero marca de forma nítida o comportamento salarial (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000). As mulheres não possuem menores credenciais produtivas – inclusive, sua escolaridade média é superior à dos homens – o que significa que esse diferencial provém da discriminação pura e simples (BERG *et al.*, 2010; WAJNMAN, 2006).

Embora os homens trabalhem em média mais horas no mercado do que as mulheres, a diferença de rendas ainda se mostra presente mesmo ao padronizar os resultados pelo tempo trabalhado: o diferencial de 66% observado em 2003, após essa padronização, cai para 33%, que ainda é um número expressivo (WAJNMAN, 2006). Wajnman (2006) argumenta que não há evidências de uma discriminação alocativa e, na média, as ocupações femininas não remuneram menos, então o que resta para explicar esse diferencial é o preconceito por gênero. A tendência, porém, é de queda nessa discrepância de salários (QUIRINO, 2012).

Já a situação de ocupação, mas sem remuneração pelas atividades realizadas, é predominantemente feminina. Esse cenário é praticamente inexistente para os homens e, quando ocorre, é em proporções significativamente inferiores às das mulheres. Elas são mais afetadas por essa circunstância nas áreas de comércio, reparação/construção e hospedagem/alimentação (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009). Assim, parte expressiva das trabalhadoras está em situação de precariedade, seja pela informalidade acentuada, que não garante direitos trabalhistas a elas; seja pela remuneração baixa ou inexistente (BERG *et al.*, 2010; BRUSCHINI, 2000; QUIRINO, 2012; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998).

Como visto no capítulo anterior, o setor de serviços apresenta um comportamento anticíclico, com certa estabilidade de emprego frente às oscilações da economia (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009). A generalização da precariedade, porém, pode (ou não) vir a apresentar resultados discordantes na análise a ser realizada no capítulo 4. Assim, é preciso entender melhor como o precário se manifesta.

3.2.2 Trabalho precário

As desigualdades de gênero ainda demarcam o mercado brasileiro e as mulheres trabalham proporcionalmente mais em ocupações precárias (BRUSCHINI, 2000; HIRATA, 2010; IPEA, 2015). Os dados do Censo 2010 mostram que 31,22% das ocupadas atuam sem carteira assinada; 20,28% são trabalhadoras domésticas; e 3,40% não recebem remuneração por suas atividades. Para os homens, essas porcentagens são de 26,27% sem carteira assinada; 1,29% como trabalhadores domésticos; e 1,64% sem remuneração por suas atividades (IBGE, 2012). Não é só o aspecto quantitativo que varia, mas o âmbito qualitativo associado é diferente dependendo do gênero: um exemplo clássico é a questão do trabalho doméstico pago, que quando realizado pela mão de obra masculina tem características diferentes daquele feito pela feminina. Nesse caso, há uma valorização profissional do homem, reconhecimento de maior competência técnica e melhor remuneração, enquanto para as mulheres essa ocupação é desvalorizada, temporária e com baixos salários (NEVES, 2000).

Dessa forma, a atividade doméstica remunerada é onde a precariedade melhor se expressa. Pode-se citar como razão as longas jornadas de trabalho, o baixo nível de carteira assinada e um dos menores salários entre os rendimentos femininos (BRUSCHINI, 2007; WAJNMAN, 2006). O desmerecimento dessa área resulta na falta de proteção social e em acessos desiguais a direitos trabalhistas para essas profissionais (IPEA, 2015). Em 2010, mais de 5 milhões de mulheres eram trabalhadoras domésticas e 66,7% destas não tinham carteira assinada, contra a já mencionada média feminina de 31,22% (IBGE, 2012). Apesar de longe do ideal, esse quadro já foi pior: em 1990, 78,8% das domésticas não tinham carteira de trabalho assinada (WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998).

O trabalho doméstico se constituiu de maneira histórica como um reduto feminino negro, sendo um legado patriarcal e escravocrata (IPEA, 2015; OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009). Em 2009, 12,9% das mulheres brancas estavam ocupadas nele, enquanto esse número era de 21,8% para as mulheres negras. 29,3% das brancas e 24,6% das negras possuíam carteira de trabalho assinada, o que impactava diretamente nos rendimentos: as com carteira assinada ganhavam em média R\$ 568,50 (acima do salário mínimo), contra os R\$ 321,10 das que trabalhavam na informalidade. Ainda, a distinção salarial entre negras

e brancas é menor dentro do grupo das com carteira assinada, o que reforça a importância da formalização (IPEA *et al.*, 2011).

As diferenças de raça entre as mulheres extrapolam o âmbito do trabalho doméstico remunerado: a junção de raça e gênero tem efeitos perversos. A mulher negra é a mais relegada a trabalhos precários no mercado brasileiro, com pouca ou nenhuma proteção social (BENTO, 2000; MONTAGNER, 2004). Em 2007, 36,5% das mulheres brancas estavam ocupadas no mercado informal, enquanto esse número saltava para 50,6% entre as mulheres negras (OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009).

Historicamente, as mulheres brancas conseguiram melhoras no mercado de trabalho, o que não aconteceu com as mulheres negras. Inclusive quando a comparação é feita para níveis similares de escolaridade, as mulheres negras e pardas tem menores salários médios do que as mulheres brancas. Elas são sistematicamente excluídas dos locais que podem ser de interesse para a mulher branca. Apesar das mudanças ao longo dos anos e a conquista de novos espaços, as diferenças entre brancas e não brancas ainda permanecem, o que mostra o poder dos processos discriminatórios (BENTO, 2000; MONTAGNER, 2004; OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO, 2009).

Não obstante uma inserção mais precária no mercado de trabalho nacional para as mulheres, isto não as desobriga dos afazeres domésticos, com mais de 90% reportando ter essa responsabilidade. Isto constitui a chamada dupla jornada: apesar delas trabalharem em média menos horas no mercado laboral do que os homens, ao somar o trabalho doméstico não remunerado, a jornada total delas passa a ser superior (BRUSCHINI, 2007; DEDECCA, 2004; IPEA, 2010, 2015).

Essa sobrecarga influi diretamente na participação das mulheres na esfera do trabalho pago. A possibilidade de conseguir um emprego é afetada e há o aumento da precariedade (por fazer com que a mão de obra feminina dependa de fatores como o trabalho ser perto do lar ou em tempo parcial, ou de aceitar o emprego apenas caso consiga terceiros para cuidarem dos filhos ou de familiares doentes, etc.), além de influenciar a ascensão profissional delas através de uma menor disponibilidade de tempo e da generalização do estereótipo de que todas tem esse impedimento, mesmo quando não é o caso (IPEA, 2010).

Essa responsabilidade atinge de formas diferentes as mulheres: quanto maior a sua renda, menor a proporção das que dizem realizar afazeres domésticos. Assim,

esse é mais um fator de precarização na medida em que a dupla jornada tende a estar associada à baixa remuneração, dado que maiores salários possibilitam contratar trabalhadoras domésticas e comprar eletrodomésticos para facilitar essas tarefas (DEDECCA, 2004; IPEA, 2015).

Dessa forma, o emprego feminino não é uniforme (WAJNMAN, 2006). Para além das diferenças aqui apresentadas, a própria condição de precariedade não é universal para todas as mulheres. Isto constitui uma situação de bipolaridade: em contraponto a forte presença nas ocupações informais, cresce a conquista de bons empregos e a penetração em áreas de prestígio social, como medicina (BRUSCHINI, 2007; HIRATA, 2010; QUIRINO, 2012). Para um melhor entendimento das movimentações laborais das mulheres, é preciso esclarecer qual a forma dessa dualidade.

3.2.3 Dualidade no emprego feminino

Como mencionado, o emprego feminino é caracterizado por uma situação de bipolaridade. Ao mesmo tempo em que há trabalhadoras com empregos extremamente precários e salários ínfimos, que continuam a enfrentar dificuldades para atingir condições semelhantes às dos homens, em outro extremo se apresentam profissionais com boa remuneração e prestígio social. Dessa maneira, a presença delas no mercado de trabalho também ocorre em boas ocupações: além de tradicionais guetos femininos (como, por exemplo, magistério e enfermagem), elas se expandiram, em especial durante a década de 90, para áreas como medicina, direito, engenharia e arquitetura (BRUSCHINI, 2007; HIRATA, 2010; IPEA, 2010; QUIRINO, 2012).

Entre 1993 e 2004, a parcela das profissionais evoluiu de 22,5% para 34,4% na magistratura, de 35,1% para 45,9% como advogadas, de 36% para 41,3% na medicina, de 11,6% para 14% na engenharia e de 51,5% para 54,1% na arquitetura. O ingresso das mulheres nessas áreas se deve tanto a intensa revolução cultural dos anos 60 e 70, que impulsionaram as mulheres às universidades em busca de um projeto de vida que não fosse apenas doméstico, quanto a abertura de novas possibilidades nessas profissões, que passaram a apresentar um maior nível de especialização e assalariamento (BRUSCHINI, 2007).

Apesar da conquista de novos espaços de trabalho, as mulheres ainda estão sujeitas a discriminação por gênero (BRUSCHINI, 2007). Além da discriminação salarial, elas são passíveis à segregação hierárquica em suas profissões, o chamado “teto de vidro”, que resulta no menor acesso feminino à cargos de chefia e supervisão (BRUSCHINI, 1994; IPEA, 2010). O relatório realizado pelo IPEA em 2010, *Mulher e trabalho: avanços e continuidades*, coloca que:

[...] a probabilidade de as mulheres serem promovidas é sistematicamente inferior à dos homens – mesmo em empresas multinacionais, nas quais a mobilidade ascendente é superior às nacionais para ambos os sexos. Também há evidência de que, pelo menos nas empresas nacionais, as mulheres levam mais tempo para serem promovidas do que os homens. (IPEA, 2010, p.11)

A representação feminina em cargos de comando é assim desproporcionalmente menor que sua participação na força de trabalho. Isto ocorre mesmo nas situações em que as trabalhadoras possuem capacidade produtiva idêntica à de seus colegas homens (IPEA, 2010). Como vimos anteriormente, isto influencia no comportamento do emprego feminino na fase de recessão, uma vez que, por terem posições de menores status, são mais vulneráveis a demissões com base em senioridade (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012; BERIK; RODGERS, 2007).

Com o cenário aqui descrito e as informações do capítulo 2, já podemos formular algumas hipóteses acerca de como o emprego formal feminino varia nos ciclos econômicos. Porém, para de fato conseguir uma visão ampla, é preciso tratar do outro lado da moeda: a questão do desemprego.

3.2.4 Desemprego

Condizente com o cenário apresentado na seção 3.1, o desemprego feminino passou a se expandir de forma especial a partir da década de 90. Esse não foi um problema com raízes demográficas, tendo em vista a diminuição do crescimento populacional, mas sim da já vista dificuldade de geração de postos de trabalho decorrente da crise no período (HOFFMANN; LEONE, 2004; MONTAGNER, 2004), somada a pressão causada pelo aumento das taxas de atividade das mulheres e o acirramento da competição entre os gêneros por empregos tradicionalmente femininos (BRUSCHINI, 2007; LAVINAS, 2000; LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000).

Assim, aqui também está presente o viés de gênero, dado que nessa época as taxas de desemprego das mulheres pararam de acompanhar as curvas do desemprego masculino e começaram a aumentar mais rapidamente (LAVINAS, 2000). Esse cenário persiste até os dias atuais: em 2009, a taxa de desocupação dos homens era de 6%, e das mulheres, 11%. Cabe notar que, em concordância com o explanado anteriormente, as negras e as brancas possuem resultados diferenciados: o primeiro grupo com taxas de 12%, e o segundo grupo, com 9% (IPEA *et al.*, 2011).

As flutuações do PIB têm efeitos diferentes nas taxas de desemprego por gênero e por grau de escolaridade: o desemprego feminino se mostra como mais sensível à dinâmica econômica que o masculino, com impactos mais intensos sobre elas. Em especial, o emprego das mulheres com alto nível de instrução é mais afetado tanto na fase de crescimento quanto na fase recessiva (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo estabelece um quadro geral do mercado de trabalho brasileiro, com especial atenção à atividade feminina, bem como as peculiaridades do país nesse âmbito. Ao considerarmos as informações contidas no capítulo anterior, a visão aqui estabelecida permite influir hipóteses sobre a movimentação do emprego formal feminino brasileiro.

Assim, espera-se que a variável a ser analisada tenha movimentações similares aos dos países industrializados, dada a importância do setor de serviços para a ocupação das mulheres. Porém, o nível de precarização de seus trabalhos, com relações empregatícias mais vulneráveis, pode acabar por influenciar – ou não – de uma forma inesperada. Dessa maneira, o próximo capítulo se dispõe a examinar as movimentações do emprego formal feminino no Brasil em relação aos ciclos econômicos.

4 EMPREGO FORMAL FEMININO NO BRASIL ATRAVÉS DOS DADOS DA PNAD

Como mencionado anteriormente, a importância do setor de serviços para a absorção da força laboral feminina brasileira levanta a hipótese de esta variável ter movimentações similares ao de trabalhadoras de países como Estados Unidos e Inglaterra. Entretanto, a precariedade presente no mercado de trabalho do Brasil, com consequentes laços empregatícios mais frágeis, pode desembocar em resultados diferentes dos esperados. Desta forma, este capítulo se propõe a investigar os dados do emprego formal feminino no país, e suas consequentes flutuações durante os ciclos, ao longo do período de 1990 até 2015.

Progressivamente, o levantamento de informações disponíveis sobre o mercado laboral brasileiro se torna extensivo e diversificado (NIGRI, DE *et al.*, 2001). O problema é sobre como melhor lidar com estes elementos disponíveis, que provém de diversas fontes não compatíveis entre si e, em muitos casos, que não são nem internamente conciliáveis (RIOS-NETO; WAJNMAN, 2000).

Para diminuir esta questão, escolheu-se utilizar somente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela é uma das mais importantes pesquisas domiciliares nacionais (SOUZA, P., 2013), sendo a segunda principal fonte de dados populacionais, atrás apenas do Censo Demográfico. A PNAD acontece anualmente no período investigado, com exceção dos anos em que ocorre o Censo Demográfico (1991, 2000, 2010) e, por motivos excepcionais, em 1994 (IBGE, 2016). Seus dados são comumente usados para análises descritivas que englobam calcular, interpretar e comparar proporções, totais, médias, razões e taxas sobre a população (SILVA; PESSOA; LILA, 2002).

A primeira seção objetiva explicar brevemente a metodologia da PNAD e as mudanças ocorridas nos anos contemplados neste trabalho. A segunda parte é destinada a apresentação dos dados escolhidos, com o terceiro ponto a tratar da análise destas informações. Por último, é feita uma discussão com base na revisão de economia feminista do capítulo 2.

4.1 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

A PNAD incorpora em seu desenho tudo o que constitui um plano amostral complexo: a amostra é estratificada, há a conglomeração de elementos em várias etapas, as probabilidades (em um ou mais estágios) não são iguais, e é feito o ajuste de pessoas amostrais para fins de calibração (SILVA; PESSOA; LILA, 2002). Souza (2013) explica que:

A PNAD, por exemplo, utiliza uma amostra estratificada que – simplificando – termina por dividir o país em três estratos ou “áreas censitárias”. O primeiro engloba os municípios pertencentes a dez regiões metropolitanas (RMs), que necessariamente são incluídos na amostra: RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Isso garante que a pesquisa seja representativa para cada RM e, portanto, para o conjunto de RMs. O segundo contém os chamados municípios autorrepresentativos (AR), que, em função do seu porte, também são necessariamente incluídos na amostra. Finalmente, há o estrato de municípios não autorrepresentativos (NAR), que correspondem ao restante do país. Destes, apenas uma pequena fração é selecionada e considerada representativa de todo o conjunto. Ou seja, os municípios menores têm menor probabilidade de inclusão. (SOUZA, 2013, p. 302)

Das mudanças que ocorreram no período analisado, cabe explicitar que a partir de 1992 o conceito de trabalho se ampliou, incluindo na sua classificação pessoas ocupadas por posição na ocupação, trabalhadores para o próprio consumo, trabalhadores na construção para próprio uso e trabalhadores domésticos, separando este último dos demais empregados. A partir de 2002, passou-se a adotar a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Domiciliar (CNAE-Domiciliar) para, respectivamente, a classificação das ocupações e das atividades investigadas (IBGE, 2016). Até 2001, esta divisão era feita em: agrícola, indústria de transformação, indústria de construção, outras atividades industriais, comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares das atividades econômicas, transporte e comunicação, social, administração pública, e outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas (IBGE, 2002)¹. Assim, aqui a análise destes fatores fica

¹ Na síntese de indicadores de da PNAD de 2001, **agrícola** é composto por agricultura, silvicultura e pecuária, pesca e piscicultura e extração vegetal; **outras atividades industriais** por extração mineral e serviços industriais de utilidade pública; **prestação de serviços** por serviços de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, pessoais, domiciliares, e de diversão, radiodifusão e televisão; **serviços auxiliares das atividades econômicas** por serviços técnico-profissionais e serviços auxiliares das atividades econômicas; **social** por serviços comunitários e sociais, médicos,

separada em dois períodos: 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001 pela ordenação antiga e 2002 até 2009 e 2011 até 2015 por a nova categorização.

Sobre sua abrangência, a pesquisa de fato se tornou nacional a partir de 2004. Neste ano foram inclusas as áreas rurais dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá (BARBOSA, R. J., 2014; IBGE, 2016). Na questão de dados internos, em 2012 é feita a retirada a categoria de 10 até 14 anos nas análises de emprego que não sejam específicas ao tema de trabalho infantil. Isto pode gerar alguma inconsistência na investigação: enquanto se é capaz de realizar a conversão em tabelas separadas por faixas etárias, dados que não tem esta divisão incluem esta população mais jovem até o ano de 2011. A disparidade de resultados é amenizada na medida em que os números do emprego formal para 10 até 14 anos, para o período aqui analisado, sempre tem os menores valores entre as categorias de idades, além de não haver registros deles em alguns dos anos anteriores a sua exclusão oficial.

O desenho amostral mantém a seleção de cidades constante entre os períodos de Censos Demográficos, o que significa que caso certo local apresente algum tipo de viés em relação a qualquer programa, este será repetido em todos os anos até a próxima mudança de municípios. Isto resulta em disparidades à registros administrativos sobre os mesmos temas (por exemplo, RAIS, Cadastro Único, etc). Outro ponto é que a forma que a pesquisa se constitui tem tendência a subrepresentar grupos geograficamente concentrados, captando melhor populações espalhadas (BARBOSA, R. J., 2014; SOUZA, P. H. G. F., 2013).

Apesar dos pontos levantados, a PNAD ainda tem elevada importância nacional, com uma longa série histórica, grande alcance territorial e alto nível de padronização através dos anos. Mesmo quando comparada com os Censos Demográficos, tidos como a principal fonte de dados populacionais, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios sempre possuiu um número mais extenso de perguntas: nos anos 90 e 2000, somente sua seção sobre mercado de trabalho tem mais quesitos que os questionários completos de qualquer edição do Censo Demográfico (BARBOSA, R. J., 2014). Assim, ela se mostra como a ferramenta mais adequada para o objetivado por este trabalho.

odontológicos e veterinários, e ensino; **administração pública** por administração pública e defesa nacional e segurança pública; e **outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas** por instituições de créditos, de seguros e de capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras e atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Antes de adentrar a análise do tema proposto, será brevemente explanado e explicitado quais dados serão utilizados, bem como suas proveniências dentro da PNAD. Esta parte tem como objetivo tornar a pesquisa mais transparente e permitir uma maior fluidez do diagnóstico propriamente dito. Com exceção da de número 1, todas as tabelas mencionadas estão anexadas ao fim do trabalho.

4.2.1 Períodos de recessão e expansão

Para poder analisar os períodos de diminuição e crescimento da atividade econômica, é preciso retomar a definição proposta no capítulo 2. Desta forma, neste trabalho a recessão será caracterizada por dois ou mais trimestres consecutivos de crescimento negativo do PIB, e a expansão, por dois ou mais trimestres consecutivos de crescimento positivo do PIB (KNOOP, 2010). Utiliza-se os dados do Produto Interno Bruto com ajustes sazonais. No Brasil, as movimentações sazonais impactam o PIB com queda no primeiro e quarto trimestres e aumento no segundo e terceiro trimestres. Visa-se conhecer as flutuações desta variável de forma autônoma do efeito sazonal, o que justifica o uso do ajuste (MACEDO, 2010).

Há duas principais fontes usadas, ambas oriundas do IBGE: a publicação *Indicadores do IBGE – Produto Interno Bruto* para o segundo trimestre de 1995 (sem disponibilidade online dos dois últimos trimestres deste ano), com ano base de 1980 = 100; e as *Tabelas Completas das Contas Nacionais Trimestrais* do segundo trimestre de 2017, com ano base de 1995 = 100. A diferença de anos base não se coloca como um problema na medida em que a análise é feita sobre uma variação percentual.

	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
1990	-3,09%	-7,95%	8,01%	-2,22%
1991	-4,87%	7,02%	1,42%	-2,50%
1992	-0,81%	-0,62%	-0,40%	1,34%
1993	2,19%	2,09%	-1,36%	1,38%
1994	2,57%	0,00%	2,08%	4,62%
1995	3,27%	-3,88%	(1)	(1)
1996	0,80%	-0,48%	4,02%	-1,07%

	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
1997	0,77%	0,99%	1,25%	0,74%
1998	-2,08%	1,61%	0,27%	-1,19%
1999	-0,07%	0,59%	0,19%	1,49%
2000	1,77%	0,46%	1,02%	1,33%
2001	0,41%	-0,44%	-0,75%	0,25%
2002	1,35%	1,43%	1,20%	1,17%
2003	-1,24%	-0,33%	1,02%	1,22%
2004	1,82%	2,06%	1,41%	0,87%
2005	-0,30%	2,40%	-0,84%	0,93%
2006	1,71%	0,45%	1,37%	1,18%
2007	2,07%	1,77%	0,78%	1,86%
2008	1,59%	1,95%	1,49%	-3,94%
2009	-1,65%	2,00%	2,48%	2,47%
2010	1,80%	1,50%	1,08%	1,27%
2011	1,07%	1,22%	0,01%	0,33%
2012	-0,03%	0,71%	1,58%	0,26%
2013	-0,11%	2,29%	0,44%	0,02%
2014	0,47%	-1,29%	0,25%	0,35%
2015	-1,24%	-2,32%	-1,36%	-0,91%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (1995, 2017).

Nota: (1) Não disponível na biblioteca online do IBGE.

Isto posto, podemos apontar os períodos em que houveram recessão e crescimento. Cabe notar que a economia pode apresentar em um ano mais de um tipo de movimentação e, como visto no capítulo 2, estas flutuações não tem necessariamente a mesma intensidade, causa e duração. Assim, os anos que apresentaram movimentos recessivos² foram 1990 até 1992, 1999, 2001, 2003, 2009 e 2015 e, os com expansão econômica, 1991, 1993 até 1995, 1997 até 2002, 2004, 2006 até 2014. Para uma visão mais ampla, pode-se também considerar os dados do Banco Mundial, que apontam para resultados anuais negativos do PIB em 1990, 1992, 2009 e 2015, e positivos, porém inferiores a 1%, em 1998, 1999 e 2014 (THE WORLD BANK, 2017).³

4.2.2 Pessoas ocupadas

Apesar de o foco ser o emprego formal, este não existe num vácuo. Uma das formas destes dados terem significado é compará-los com o universo das pessoas

² Como mencionado, aqui se considera a partir do segundo trimestre consecutivo. Por exemplo, o 4º trimestre de 1998 teve crescimento negativo, o que continuou no primeiro trimestre de 1999. Neste caso, 1999 é considerado como um ano com um período recessivo e 1998, não. O mesmo, mas sobre crescimento positivo, vale para a expansão.

³ Os resultados são de acordo com o crescimento do PIB em dólares americanos.

ocupadas, objetivando propiciar uma visão mais vasta às movimentações da variável aqui estudada.

Levando em conta a discussão realizada no capítulo 3, compete aqui a observação de que os dados de pessoas ocupadas são os únicos utilizados que dissecam os trabalhadores por sua raça, dado que o presente trabalho refere-se às tabelas publicadas pela PNAD, e não seus microdados. Como visto, a precariedade atinge de forma mais significativa as mulheres não brancas, o que torna relevante para esta análise ver especificamente como o emprego formal destas mulheres reage aos ciclos econômicos; entretanto, isto não é possível com as informações usadas.

Como dito na seção 4.1, apenas de 2012 em diante que não se considera as idades de 10 até 14 anos para estes resultados. A divisão por raça de pessoas ocupadas foi uma das mudanças implementadas a partir de 1992, sendo este o ano inicial para estes elementos. Outro aspecto é que não são todos os anos presentes, logo as taxas de crescimento dizem respeito ao período anterior ali exposto, como indicado abaixo. Na tabela a seguir também não consta em valores separados a porção que não declararam a raça, o que resulta na soma de negras, pardas, brancas, amarelas e indígenas ser diferente dos números apresentados sob a categoria mulheres.

Tabela 2 - População ocupada

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES NEGRAS	MULHERES PARDAS	MULHERES BRANCAS	MULHERES AMARELAS	MULHERES INDÍGENAS
1990	62.100.499	40.017.504	22.082.955	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
1992	65.395.491	40.028.416	25.367.075	1.450.918	9.679.881	14.084.651	131.033	20.053
1993	66.569.757	40.585.159	25.984.598	1.386.271	9.890.801	14.516.413	144.945	41.521
1995	69.628.608	41.863.309	27.765.299	1.419.299	10.472.153	15.672.221	151.177	43.643
1996	68.040.206	41.324.833	26.715.373	1.653.817	9.588.103	15.292.515	129.445	49.375
1997	69.331.507	41.977.258	27.354.249	1.483.135	10.227.644	15.476.458	114.416	51.928
1998	69.963.113	42.312.927	27.650.186	1.655.658	10.321.653	15.416.505	177.825	75.223
1999	71.676.219	42.813.014	28.863.205	1.599.838	10.805.931	16.249.268	153.122	52.193
2001	76.098.344	45.126.762	30.971.582	1.777.431	11.445.099	17.534.025	164.016	46.879
2002	78.958.866	46.334.235	32.624.631	1.864.035	12.227.515	18.285.864	169.088	75.983
2003	80.163.481	46.935.090	33.228.391	1.970.075	12.711.653	18.319.573	156.014	70.423
2004	84.596.294	49.241.975	35.354.319	2.183.769	13.767.231	19.165.652	168.381	68.082
2005	87.189.389	50.493.724	36.695.665	2.432.441	14.694.038	19.270.018	222.621	74.480
2006	89.318.095	51.399.705	37.918.390	2.656.584	14.844.958	20.088.636	207.998	118.836
2007	89.898.568	51.864.098	38.034.470	3.008.234	14.774.548	19.887.923	229.151	121.954
2008	92.394.585	53.192.743	39.201.842	2.861.825	15.966.033	19.983.101	260.023	129.136
2009	92.689.253	53.196.476	39.492.777	2.912.950	16.116.042	20.176.297	192.717	94.349
2011	93.493.067	54.077.579	39.415.488	3.391.140	15.496.723	20.137.424	226.589	163.612
2012	93.915.433	54.055.174	39.860.259	3.294.402	16.445.439	19.770.181	238.520	111.717
2013	95.880.293	55.010.702	40.869.591	3.405.401	16.797.579	20.304.820	238.631	123.160

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES NEGRAS	MULHERES PARDAS	MULHERES BRANCAS	MULHERES AMARELAS	MULHERES INDÍGENAS
2014	98.620.522	56.040.253	42.580.269	3.873.555	17.810.269	20.493.733	235.354	167.358
2015	94.820.067	54.306.363	40.513.704	3.820.673	16.852.438	19.464.638	220.116	155.839

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Dados não disponíveis na PNAD de 1990.

4.2.3 Emprego Formal

Aqui a comparação será feita do emprego feminino frente ao masculino e das celetistas com pessoas envolvidas em outras formas de contrato. Para a análise a ser realizada na seção 4.3, dois principais dados serão sinônimos de emprego formal: militares e funcionários públicos estatutários (MFPE), e empregados com carteira assinada. Eles vão ser tratados separados na medida em que o segundo grupo é, ao longo do tempo, entre 2,5 e 3,6 vezes maior, o que significa que as flutuações do primeiro grupo poderiam vir a ser desprezadas caso estes valores fossem apresentados juntos.

Antes de 1992, não há a categoria militares e funcionários públicos estatutários: ali, os empregados são divididos apenas em com carteira assinada e sem. A partir deste ano, a divisão é entre as duas categorias mencionadas e mais uma terceira, outros, que seria sobre aqueles que trabalham com outras formas empregatícias – sendo considerado aqui como o mesmo que o setor informal por se tratar de laços trabalhistas mais frágeis.

Apesar de apenas em 2012 a PNAD parar de incluir nas tabelas aqui utilizadas as idades de entre 10 até 14 anos, estas faixas etárias nunca apareceram nas informações sobre militares e funcionários públicos estatutários. Novamente, não são todos os anos que possuem dados, logo as taxas de crescimento dizem respeito ao período anterior presente. Isto é sinalizado em todas as tabelas. Como mencionado no item 4.1, em 2002 houve uma mudança de classificação das áreas de atividades do emprego de carteira assinada, o que significa uma quebra em dois períodos para a análise.

Os números presentes nas tabelas 4 até 9, 14, 15, 20, 21, 26 e 27, foram retirados, a partir de 1992, da seção 4.29 da PNAD: *empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria de emprego, segundo sexo e os grupos de idade*. Antes disto, a fonte é a tabela 3.21, *empregados*

no trabalho principal, por carteira de trabalho assinada pelo empregador, segundo sexo e os grupos de idade. Já as aqui numeradas de 10 até 13, 16 até 19, 22 até 25 e 28 até 31 são resultados da tabela 3.22 da PNAD para 1989 e 1990 (empregados no trabalho principal, por carteira de trabalho assinada pelo empregador, segundo sexo e ramos de atividade), e 4.31 nos outros anos [empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria de emprego e sexo, segundo ramos das atividades].⁴

Ao fim da parte 4.3, será explicitado as movimentações dos trabalhadores domésticos. Embora os valores totais os contemplem, dada a vulnerabilidade desta carreira, ela será também examinada em separado. Entretanto, sua análise se dará em uma subseção própria, e não ao longo do texto com as outras variáveis. Na metodologia antiga, estes números estavam englobados no setor de prestação de serviços e, na metodologia nova, deveriam ter uma categorização a parte, embora não sejam mostrados em nenhum dos anos na tabela correspondente⁵. Assim, estes dados foram retirados do item 4.21 da PNAD, *peças de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal, segundo o sexo, a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, publicada a partir de 1992.*

Tabela 3 - Percentual de crescimento da população ocupada em relação ao período anterior

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES NEGRAS	MULHERES PARDAS	MULHERES BRANCAS	MULHERES AMARELAS	MULHERES INDÍGENAS
1990	2,44%	1,88%	3,47%	-	-	-	-	-
1992	5,31%	0,03%	14,87%	-	-	-	-	-
1993	1,80%	1,39%	2,43%	-4,46%	2,18%	3,07%	10,62%	107,06%
1995	4,59%	3,15%	6,85%	2,38%	5,88%	7,96%	4,30%	5,11%
1996	-2,28%	-1,29%	-3,78%	16,52%	-8,44%	-2,42%	-14,38%	13,13%
1997	1,90%	1,58%	2,39%	-10,32%	6,67%	1,20%	-11,61%	5,17%
1998	0,91%	0,80%	1,08%	11,63%	0,92%	-0,39%	55,42%	44,86%
1999	2,45%	1,18%	4,39%	-3,37%	4,69%	5,40%	-13,89%	-30,62%
2001	6,17%	5,40%	7,30%	11,10%	5,91%	7,91%	7,11%	-10,18%
2002	3,76%	2,68%	5,34%	4,87%	6,84%	4,29%	3,09%	62,08%
2003	1,53%	1,30%	1,85%	5,69%	3,96%	0,18%	-7,73%	-7,32%
2004	5,53%	4,92%	6,40%	10,85%	8,30%	4,62%	7,93%	-3,32%
2005	3,07%	2,54%	3,79%	11,39%	6,73%	0,54%	32,21%	9,40%
2006	2,44%	1,79%	3,33%	9,21%	1,03%	4,25%	-6,57%	59,55%
2007	0,65%	0,90%	0,31%	13,24%	-0,47%	-1,00%	10,17%	2,62%
2008	2,78%	2,56%	3,07%	-4,87%	8,06%	0,48%	13,47%	5,89%
2009	0,32%	0,01%	0,74%	1,79%	0,94%	0,97%	-25,88%	-26,94%

⁴ Como mencionado, a partir de 2012 estas tabelas tratam de pessoas com 15 anos ou mais.

⁵ A tabela em questão é a 4.31.

	TOTAL	HOMENS	MULHERES	MULHERES NEGRAS	MULHERES PARDAS	MULHERES BRANCAS	MULHERES AMARELAS	MULHERES INDÍGENAS
2011	0,87%	1,66%	-0,20%	16,42%	-3,84%	-0,19%	17,58%	73,41%
2012	0,45%	-0,04%	1,13%	-2,85%	6,12%	-1,82%	5,27%	-31,72%
2013	2,09%	1,77%	2,53%	3,37%	2,14%	2,70%	0,05%	10,24%
2014	2,86%	1,87%	4,19%	13,75%	6,03%	0,93%	-1,37%	35,89%
2015	-3,85%	-3,09%	-4,85%	-1,37%	-5,38%	-5,02%	-6,47%	-6,88%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(5) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 4 – Total de mulheres empregadas como MFPE

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1992	2.127.499	14.030	145.563	299.743	784.191	622.721	220.071	40.847
1993	2.179.007	12.310	156.624	291.328	800.113	647.866	221.853	48.125
1995	2.528.886	14.112	160.869	339.326	922.097	781.100	261.418	49.435
1996	2.474.767	17.015	153.343	276.008	889.117	821.818	279.423	38.043
1997	2.449.191	15.952	124.081	280.916	894.262	821.438	266.425	46.117
1998	2.489.106	18.252	132.619	239.327	917.494	836.349	293.266	51.799
1999	2.581.001	23.254	142.167	250.760	922.345	862.614	336.722	42.606
2001	2.680.744	11.152	117.256	254.429	918.401	900.708	415.738	62.696
2002	2.811.397	13.149	131.106	257.375	922.220	977.773	440.091	69.110
2003	2.943.646	10.368	131.046	271.671	884.284	1.050.301	501.641	94.335
2004	3.120.684	11.771	132.392	272.518	965.250	1.108.877	545.341	84.535
2005	3.114.062	8.375	140.632	282.016	892.525	1.108.385	568.627	112.660
2006	3.267.635	7.847	114.624	269.466	909.791	1.181.409	651.385	133.113
2007	3.495.294	8.903	122.261	331.461	927.169	1.265.527	701.945	138.028
2008	3.645.179	8.029	122.372	331.585	1.023.298	1.230.817	774.858	154.220
2009	3.787.405	6.631	131.740	368.364	1.024.962	1.280.442	818.504	156.762
2011	3.854.670	8.167	133.190	329.231	1.110.715	1.267.969	831.296	174.102
2012	4.048.397	8.202	138.555	372.218	1.110.431	1.327.394	892.200	199.397
2013	4.154.061	13.511	148.332	323.560	1.218.710	1.339.484	916.404	194.060
2014	4.255.357	9.670	124.033	318.493	1.206.961	1.330.953	1.043.601	221.646
2015	4.228.435	9.973	68.555	288.650	1.175.569	1.382.114	1.075.331	228.243

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Tabela 5 – Taxa de crescimento do total de mulheres empregadas como MFPE

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1993 (1)	2,42%	-12,26%	7,60%	-2,81%	2,03%	4,04%	0,81%	17,82%
1995 (2)	16,06%	14,64%	2,71%	16,48%	15,25%	20,57%	17,83%	2,72%
1996	-2,14%	20,57%	-4,68%	-18,66%	-3,58%	5,21%	6,89%	-23,04%
1997	-1,03%	-6,25%	-19,08%	1,78%	0,58%	-0,05%	-4,65%	21,22%
1998	1,63%	14,42%	6,88%	-14,80%	2,60%	1,82%	10,07%	12,32%

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1999	3,69%	27,41%	7,20%	4,78%	0,53%	3,14%	14,82%	-17,75%
2001 (3)	3,86%	-52,04%	-17,52%	1,46%	-0,43%	4,42%	23,47%	47,15%
2002	4,87%	17,91%	11,81%	1,16%	0,42%	8,56%	5,86%	10,23%
2003	4,70%	-21,15%	-0,05%	5,55%	-4,11%	7,42%	13,99%	36,50%
2004	6,01%	13,53%	1,03%	0,31%	9,16%	5,58%	8,71%	-10,39%
2005	-0,21%	-28,85%	6,22%	3,49%	-7,53%	-0,04%	4,27%	33,27%
2006	4,93%	-6,30%	-18,49%	-4,45%	1,93%	6,59%	14,55%	18,15%
2007	6,97%	13,46%	6,66%	23,01%	1,91%	7,12%	7,76%	3,69%
2008	4,29%	-9,82%	0,09%	0,04%	10,37%	-2,74%	10,39%	11,73%
2009	3,90%	-17,41%	7,66%	11,09%	0,16%	4,03%	5,63%	1,65%
2011 (4)	1,78%	23,16%	1,10%	-10,62%	8,37%	-0,97%	1,56%	11,06%
2012	5,03%	0,43%	4,03%	13,06%	-0,03%	4,69%	7,33%	14,53%
2013	2,61%	64,73%	7,06%	-13,07%	9,75%	0,91%	2,71%	-2,68%
2014	2,44%	-28,43%	-16,38%	-1,57%	-0,96%	-0,64%	13,88%	14,22%
2015	-0,63%	3,13%	-44,73%	-9,37%	-2,60%	3,84%	3,04%	2,98%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

(1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1992.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 6 – Total de homens empregados como MFPE

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1992	1.844.573	80.436	206.834	267.095	567.478	443.450	208.426	70.854
1993	1.929.774	80.603	198.631	276.208	636.771	457.341	207.812	72.408
1995	2.098.496	86.885	214.061	281.269	669.595	516.132	240.343	89.637
1996	2.096.053	72.693	212.150	268.313	685.488	540.004	238.344	79.061
1997	2.050.002	67.348	228.760	268.901	674.879	505.589	224.168	80.357
1998	2.066.385	52.351	217.152	245.611	691.102	546.012	245.881	68.276
1999	2.151.948	55.662	221.103	249.824	667.311	599.306	266.530	91.087
2001	2.232.429	62.221	164.602	244.124	702.911	651.584	319.726	86.804
2002	2.231.599	38.003	180.828	235.553	690.339	670.933	313.004	102.939
2003	2.351.062	67.242	181.775	258.837	702.271	684.634	347.161	108.255
2004	2.450.516	71.056	193.201	239.113	698.391	722.324	410.521	115.910
2005	2.383.325	59.043	173.381	211.975	678.959	716.172	429.143	113.231
2006	2.633.814	74.592	190.607	247.709	719.997	777.267	492.509	131.133
2007	2.645.454	54.977	177.731	270.543	702.922	807.924	491.968	139.389
2008	2.776.265	64.865	207.700	272.559	725.320	860.221	513.365	132.235
2009	2.850.429	52.191	193.263	298.043	713.477	836.667	599.086	157.702
2011	2.835.986	70.795	185.972	301.159	721.588	792.636	584.535	179.301
2012	2.927.594	71.830	185.717	285.272	769.234	784.756	606.642	224.143
2013	2.984.234	69.579	187.207	278.098	790.422	800.260	645.215	213.453
2014	2.913.148	66.917	174.210	272.188	728.974	782.147	657.020	231.692

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2015	3.099.576	61.831	167.935	265.207	769.933	857.688	714.097	262.885

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Tabela 7 – Taxa de crescimento do total de homens empregados como MFPE

	TOTAL	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1993 (1)	4,62%	0,21%	-3,97%	3,41%	12,21%	3,13%	-0,29%	2,19%
1995 (2)	8,74%	7,79%	7,77%	1,83%	5,15%	12,85%	15,65%	23,79%
1996	-0,12%	-16,33%	-0,89%	-4,61%	2,37%	4,63%	-0,83%	-11,80%
1997	-2,20%	-7,35%	7,83%	0,22%	-1,55%	-6,37%	-5,95%	1,64%
1998	0,80%	-22,27%	-5,07%	-8,66%	2,40%	8,00%	9,69%	-15,03%
1999	4,14%	6,32%	1,82%	1,72%	-3,44%	9,76%	8,40%	33,41%
2001 (3)	3,74%	11,78%	-25,55%	-2,28%	5,33%	8,72%	19,96%	-4,70%
2002	-0,04%	-38,92%	9,86%	-3,51%	-1,79%	2,97%	-2,10%	18,59%
2003	5,35%	76,94%	0,52%	9,88%	1,73%	2,04%	10,91%	5,16%
2004	4,23%	5,67%	6,29%	-7,62%	-0,55%	5,51%	18,25%	7,07%
2005	-2,74%	-16,91%	-10,26%	-11,35%	-2,78%	-0,85%	4,54%	-2,31%
2006	10,51%	26,34%	9,94%	16,86%	6,04%	8,53%	14,77%	15,81%
2007	0,44%	-26,30%	-6,76%	9,22%	-2,37%	3,94%	-0,11%	6,30%
2008	4,94%	17,99%	16,86%	0,75%	3,19%	6,47%	4,35%	-5,13%
2009	2,67%	-19,54%	-6,95%	9,35%	-1,63%	-2,74%	16,70%	19,26%
2011 (4)	-0,51%	35,65%	-3,77%	1,05%	1,14%	-5,26%	-2,43%	13,70%
2012	3,23%	1,46%	-0,14%	-5,28%	6,60%	-0,99%	3,78%	25,01%
2013	1,93%	-3,13%	0,80%	-2,51%	2,75%	1,98%	6,36%	-4,77%
2014	-2,38%	-3,83%	-6,94%	-2,13%	-7,77%	-2,26%	1,83%	8,54%
2015	6,40%	-7,60%	-3,60%	-2,56%	5,62%	9,66%	8,69%	13,46%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

(1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1992.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 8 – Empregadas mulheres com carteira assinada por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990	8.122.060	37.014	874.416	1.657.666	1.512.515	2.324.982	1.173.681	472.793	68.990
1992	6.125.875	17.379	570.706	1.270.049	1.191.886	1.771.043	952.122	291.845	60.628
1993	6.122.924	21.500	587.495	1.206.228	1.161.571	1.830.469	944.368	312.992	58.301
1995	6.295.357	12.365	599.204	1.247.906	1.129.581	1.874.531	1.055.164	328.878	46.954
1996	6.431.964	14.833	603.756	1.279.056	1.116.827	1.917.187	1.099.858	346.978	53.048
1997	6.519.528	13.108	593.684	1.285.683	1.183.269	1.915.879	1.125.076	342.555	59.300
1998	6.668.547	5.250	539.933	1.280.705	1.226.706	1.974.923	1.203.896	380.352	55.763
1999	6.708.351	3.699	552.004	1.286.443	1.206.862	1.963.017	1.221.758	400.341	72.978
2001	7.762.305	2.111	619.710	1.599.528	1.387.164	2.263.075	1.374.750	447.770	67.785
2002	8.177.191	3.735	523.495	1.632.266	1.523.976	2.392.286	1.531.629	498.890	69.868

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2003	8.521.050	(1)	469.870	1.707.110	1.594.107	2.512.669	1.609.825	539.130	86.184
2004	9.074.446	2.326	516.085	1.832.445	1.676.976	2.670.916	1.701.788	585.568	86.283
2005	9.671.569	1.775	593.699	1.923.735	1.895.756	2.769.998	1.758.285	639.880	82.667
2006	10.290.317	1.134	598.285	1.959.790	2.030.884	2.912.786	1.946.812	739.646	100.980
2007	10.662.580	(1)	532.549	2.042.638	2.148.325	3.083.997	1.989.771	751.195	114.105
2008	11.453.550	(1)	616.518	2.162.805	2.269.999	3.287.199	2.117.323	868.252	131.454
2009	11.755.594	(1)	623.813	2.124.082	2.367.158	3.440.215	2.157.212	931.925	111.189
2011	13.686.070	662	808.076	2.463.875	2.657.308	4.040.924	2.525.982	1.032.639	156.604
2012	14.280.975	(2)	866.874	2.377.328	2.692.060	4.275.057	2.719.521	1.167.479	182.656
2013	14.924.440	(2)	865.285	2.451.018	2.711.701	4.580.010	2.796.161	1.306.276	213.989
2014	15.268.355	(2)	924.072	2.479.234	2.664.480	4.638.787	2.946.753	1.356.240	258.789
2015	14.538.777	(2)	702.598	2.165.739	2.439.746	4.501.961	2.941.503	1.526.118	261.112

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

(1) Sem informação nesses anos.

(2) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

Tabela 9 – Taxa de crescimento de empregadas mulheres com carteira assinada por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990 (3)	1,08%	-32,54%	-4,75%	0,60%	-5,20%	6,47%	5,12%	8,22%	-15,62%
1992	-24,58%	-53,05%	-34,73%	-23,38%	-21,20%	-23,83%	-18,88%	-38,27%	-12,12%
1993	-0,05%	23,71%	2,94%	-5,03%	-2,54%	3,36%	-0,81%	7,25%	-3,84%
1995 (4)	2,82%	-42,49%	1,99%	3,46%	-2,75%	2,41%	11,73%	5,08%	-19,46%
1996	2,17%	19,96%	0,76%	2,50%	-1,13%	2,28%	4,24%	5,50%	12,98%
1997	1,36%	-11,63%	-1,67%	0,52%	5,95%	-0,07%	2,29%	-1,27%	11,79%
1998	2,29%	-59,95%	-9,05%	-0,39%	3,67%	3,08%	7,01%	11,03%	-5,96%
1999	0,60%	-29,54%	2,24%	0,45%	-1,62%	-0,60%	1,48%	5,26%	30,87%
2001 (5)	15,71%	-42,93%	12,27%	24,34%	14,94%	15,29%	12,52%	11,85%	-7,12%
2002	5,34%	76,93%	-15,53%	2,05%	9,86%	5,71%	11,41%	11,42%	3,07%
2003	4,21%	(1)	-10,24%	4,59%	4,60%	5,03%	5,11%	8,07%	23,35%
2004	6,49%	(1)	9,84%	7,34%	5,20%	6,30%	5,71%	8,61%	0,11%
2005	6,58%	-23,69%	15,04%	4,98%	13,05%	3,71%	3,32%	9,28%	-4,19%
2006	6,40%	-36,11%	0,77%	1,87%	7,13%	5,15%	10,72%	15,59%	22,15%
2007	3,62%	(1)	-10,99%	4,23%	5,78%	5,88%	2,21%	1,56%	13,00%
2008	7,42%	(1)	15,77%	5,88%	5,66%	6,59%	6,41%	15,58%	15,20%
2009	2,64%	(1)	1,18%	-1,79%	4,28%	4,65%	1,88%	7,33%	-15,42%
2011 (6)	16,42%	(1)	29,54%	16,00%	12,26%	17,46%	17,09%	10,81%	40,84%
2012	4,35%	(2)	7,28%	-3,51%	1,31%	5,79%	7,66%	13,06%	16,64%
2013	4,51%	(2)	-0,18%	3,10%	0,73%	7,13%	2,82%	11,89%	17,15%
2014	2,30%	(2)	6,79%	1,15%	-1,74%	1,28%	5,39%	3,82%	20,94%

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2015	-4,78%	(2)	-23,97%	-12,64%	-8,43%	-2,95%	-0,18%	12,53%	0,90%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Taxas não feitas em decorrência da falta de valores entre 2007 e 2009;

(2) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990.

(5) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(6) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(7) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 10 – Empregadas mulheres com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
TOTAL	8.122.060	6.125.875	6.122.924	6.295.357	6.431.964	6.519.528	6.668.547	6.708.351	7.762.305
Agrícola	119.481	119.955	126.921	141.772	130.655	110.624	112.960	138.713	121.075
Indústria de Transformação	1.781.165	1.469.570	1.504.554	1.419.156	1.401.451	1.426.543	1.343.139	1.405.761	1.601.155
Indústria de Construção	69.003	62.529	65.942	53.799	44.077	47.517	49.720	46.475	59.774
Outras atividades industriais	74.565	77.832	82.766	83.302	65.631	63.028	77.831	66.703	73.127
Comércio de mercadorias	1.163.341	970.812	1.034.694	1.134.208	1.191.963	1.199.378	1.309.755	1.242.269	1.621.534
Prestação de Serviços	1.197.245	557.076	547.256	640.564	687.559	697.362	754.432	748.698	928.936
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	373.252	341.885	313.488	380.418	388.976	441.113	438.594	444.847	539.879
Transporte e Comunicação	164.385	143.675	144.130	164.514	167.902	167.483	194.914	190.310	205.208
Social	2.180.113	1.672.786	1.640.719	1.700.025	1.762.582	1.800.620	1.858.470	1.869.103	2.012.591
Administração Pública	535.253	318.352	292.241	244.807	255.961	250.248	218.771	225.952	253.347

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	464.257	391.403	370.213	332.792	335.207	315.612	309.961	329.520	345.679

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001

Tabela 11 – Taxa de crescimento de empregadas com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga)

	1990 (1)	1992 (2)	1993	1995 (3)	1996	1997	1998	1999	2001 (4)
TOTAL	1,08%	-24,58%	-0,05%	2,82%	2,17%	1,36%	2,29%	0,60%	15,71%
Agrícola	-1,40%	0,40%	5,81%	11,70%	-7,84%	-15,33%	2,11%	22,80%	-12,72%
Indústria de Transformação	-4,24%	-17,49%	2,38%	-5,68%	-1,25%	1,79%	-5,85%	4,66%	13,90%
Indústria de Construção	22,92%	-9,38%	5,46%	-18,41%	-18,07%	7,80%	4,64%	-6,53%	28,62%
Outras atividades industriais	-9,39%	4,38%	6,34%	0,65%	-21,21%	-3,97%	23,49%	-14,30%	9,63%
Comércio de mercadorias	6,79%	-16,55%	6,58%	9,62%	5,09%	0,62%	9,20%	-5,15%	30,53%
Prestação de Serviços	7,20%	-53,47%	-1,76%	17,05%	7,34%	1,43%	8,18%	-0,76%	24,07%
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	0,66%	-8,40%	-8,31%	21,35%	2,25%	13,40%	-0,57%	1,43%	21,36%
Transporte e Comunicação	-13,78%	-12,60%	0,32%	14,14%	2,06%	-0,25%	16,38%	-2,36%	7,83%
Social	0,41%	-23,27%	-1,92%	3,61%	3,68%	2,16%	3,21%	0,57%	7,68%
Administração Pública	5,85%	-40,52%	-8,20%	-16,23%	4,56%	-2,23%	-12,58%	3,28%	12,12%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	-1,38%	-15,69%	-5,41%	-10,11%	0,73%	-5,85%	-1,79%	6,31%	4,90%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989; (2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990; (3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993; (4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

Tabela 12 – Empregadas mulheres com carteira assinada por área de atividade (classificação atual)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	8.177.191	8.521.050	9.074.446	9.671.569	10.290.317	10.662.580	11.453.550	11.755.594	13.686.070	14.280.975	12.386.831	15.268.355	14.538.777
Agrícola	144.035	153.969	189.037	174.825	193.242	216.087	213.494	206.525	217.559	222.465	216.050	235.822	196.372
Indústria	1.679.292	1.737.518	1.953.103	2.035.001	2.111.468	2.170.494	2.396.410	2.354.014	2.496.374	2.726.576	2.606.720	2.600.130	2.274.470
>>Indústria de transformação	1.637.003	1.676.966	1.903.089	1.977.575	2.044.993	2.102.600	2.325.668	2.274.861	2.424.135	2.656.157	2.534.473	2.518.678	2.207.498
Construção	70.549	52.307	69.646	79.246	101.376	86.174	111.548	119.695	123.791	170.756	181.445	180.022	158.005
Comércio e reparação	1.800.312	1.920.940	2.091.854	2.290.237	2.448.909	2.590.848	2.772.097	2.970.235	3.539.612	3.534.448	3.806.320	3.935.066	3.799.263
Alojamento e alimentação	467.438	448.415	462.947	537.618	613.773	621.842	696.702	724.391	1.110.274	1.071.587	1.149.693	1.191.465	1.130.992
Transporte, armazenagem e comunicação	263.269	286.479	295.157	369.012	356.756	407.733	436.817	448.087	508.552	516.500	521.633	553.569	502.511
Administração pública	285.955	279.169	294.545	302.017	263.638	277.399	286.867	271.790	334.459	364.836	351.480	314.687	270.105
Educação, saúde e serviços sociais	2.009.337	2.045.555	2.043.266	2.111.770	2.247.556	2.322.480	2.361.164	2.368.175	2.564.197	2.715.027	2.970.369	3.005.420	3.109.163
Outros serviços coletivos, pessoais e sociais	325.203	354.536	386.698	414.814	469.071	410.823	445.808	504.516	485.211	524.448	583.121	557.454	589.876
Outras atividades	1.125.410	1.236.092	1.279.623	1.353.127	1.481.329	1.541.191	1.727.154	1.783.509	2.293.168	2.430.727	(1)	2.688.537	2.503.782
Atividades maldefinidas	6.391	6.070	8.570	3.902	3.199	17.509	5.489	4.657	12.873	3.605	(1)	6.183	4.238

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Sem informação disponível

Tabela 13 – Taxa de crescimento de empregadas com carteira assinada por área de atividade (classificação atual)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011 (2)	2012	2013	2014	2015
TOTAL	4,21%	6,49%	6,58%	6,40%	3,62%	7,42%	2,64%	16,42%	4,35%	-13,26%	23,26%	-4,78%
Agrícola	6,90%	22,78%	-7,52%	10,53%	11,82%	-1,20%	-3,26%	5,34%	2,26%	-2,88%	9,15%	-16,73%
Indústria	3,47%	12,41%	4,19%	3,76%	2,80%	10,41%	-1,77%	6,05%	9,22%	-4,40%	-0,25%	-12,52%
>>Indústria de transformação	2,44%	13,48%	3,91%	3,41%	2,82%	10,61%	-2,18%	6,56%	9,57%	-4,58%	-0,62%	-12,35%
Construção	-25,86%	33,15%	13,78%	27,93%	-15,00%	29,45%	7,30%	3,42%	37,94%	6,26%	-0,78%	-12,23%
Comércio e reparação	6,70%	8,90%	9,48%	6,93%	5,80%	7,00%	7,15%	19,17%	-0,15%	7,69%	3,38%	-3,45%
Alojamento e alimentação	-4,07%	3,24%	16,13%	14,17%	1,31%	12,04%	3,97%	53,27%	-3,48%	7,29%	3,63%	-5,08%
Transporte, armazenagem e comunicação	8,82%	3,03%	25,02%	-3,32%	14,29%	7,13%	2,58%	13,49%	1,56%	0,99%	6,12%	-9,22%
Administração pública	-2,37%	5,51%	2,54%	-12,71%	5,22%	3,41%	-5,26%	23,06%	9,08%	-3,66%	-10,47%	-14,17%
Educação, saúde e serviços sociais	1,80%	-0,11%	3,35%	6,43%	3,33%	1,67%	0,30%	8,28%	5,88%	9,40%	1,18%	3,45%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,02%	9,07%	7,27%	13,08%	-12,42%	8,52%	13,17%	-3,83%	8,09%	11,19%	-4,40%	5,82%
Outras atividades	9,83%	3,52%	5,74%	9,47%	4,04%	12,07%	3,26%	28,58%	6,00%	(1)	(1)	-6,87%
Atividades maldefinidas	-5,02%	41,19%	-54,47%	-18,02%	447,33%	-68,65%	-15,16%	176,42%	-72,00%	(1)	(1)	-31,46%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Sem informação

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009

Tabela 14 – Empregados homens com carteira assinada por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990(3)	15.507.066	79.931	1.452.575	2.603.034	2.568.026	4.494.790	2.622.458	1.256.145	430.107
1992(4)	13.234.128	42.518	1.068.140	2.212.266	2.295.857	3.896.112	2.372.318	1.016.757	329.348
1993	13.172.239	40.774	1.023.311	2.144.969	2.292.783	3.907.020	2.422.783	1.012.900	326.007
1995(5)	13.369.487	47.651	1.126.909	2.180.266	2.186.346	3.930.880	2.535.436	1.038.772	320.983
1996	13.218.431	31.990	1.052.694	2.193.794	2.158.221	3.925.087	2.509.384	1.020.162	326.378
1997	13.358.724	36.281	1.024.751	2.229.801	2.232.539	3.964.236	2.543.060	1.013.308	313.663
1998	13.196.484	26.106	933.616	2.216.376	2.202.975	3.912.677	2.578.682	1.019.193	305.714
1999	12.940.612	12.373	867.289	2.197.758	2.164.691	3.858.088	2.538.109	997.415	303.092
2001(6)	14.614.444	5.914	888.368	2.611.760	2.492.488	4.315.193	2.840.055	1.143.220	315.112
2002	14.995.418	5.701	847.338	2.631.197	2.561.198	4.466.907	2.953.285	1.214.439	312.966
2003	15.468.734	5.677	827.338	2.773.649	2.723.373	4.508.029	2.998.272	1.283.430	345.165
2004	16.618.022	1.002	890.984	2.844.112	2.900.193	4.862.366	3.384.149	1.392.062	341.745
2005	17.406.665	689	901.035	3.079.813	3.145.517	4.988.242	3.453.932	1.487.662	340.877
2006	18.053.613	1.128	887.078	3.039.900	3.342.722	5.148.148	3.618.090	1.670.811	345.736
2007	19.105.114	(1)	921.777	3.170.120	3.426.646	5.448.107	3.893.337	1.836.928	408.199
2008	20.427.598	(1)	949.020	3.322.234	3.759.671	5.726.752	4.160.791	2.033.861	475.269
2009	20.608.856	(1)	867.429	3.342.537	3.763.475	5.848.036	4.207.454	2.114.085	465.840
2011(7)	22.546.489	3.695	1.166.423	3.466.447	3.902.869	6.387.853	4.513.872	2.489.772	615.558
2012	22.915.607	(2)	1.165.103	3.458.729	3.742.678	6.676.821	4.663.505	2.579.175	629.596
2013	23.580.302	(2)	1.193.937	3.438.587	3.736.725	6.868.930	4.830.835	2.782.584	728.704
2014	23.637.786	(2)	1.183.070	3.349.420	3.768.562	6.752.980	4.859.622	2.940.061	784.071
2015	22.281.907	(2)	978.432	2.990.476	3.346.142	6.576.387	4.735.853	2.876.548	778.069

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Sem valores para esses anos.

(2) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012..

Tabela 15 – Taxa de crescimento de empregados homens com carteira assinada por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990(3)	-1,12%	-23,41%	-4,99%	-7,15%	-1,00%	1,30%	2,45%	0,40%	6,88%
1992(4)	-14,66%	-46,81%	-26,47%	-15,01%	-10,60%	-13,32%	-9,54%	-19,06%	-23,43%
1993	-0,47%	-4,10%	-4,20%	-3,04%	-0,13%	0,28%	2,13%	-0,38%	-1,01%
1995(5)	1,50%	16,87%	10,12%	1,65%	-4,64%	0,61%	4,65%	2,55%	-1,54%
1996	-1,13%	-32,87%	-6,59%	0,62%	-1,29%	-0,15%	-1,03%	-1,79%	1,68%
1997	1,06%	13,41%	-2,65%	1,64%	3,44%	1,00%	1,34%	-0,67%	-3,90%
1998	-1,21%	-28,04%	-8,89%	-0,60%	-1,32%	-1,30%	1,40%	0,58%	-2,53%
1999	-1,94%	-52,60%	-7,10%	-0,84%	-1,74%	-1,40%	-1,57%	-2,14%	-0,86%
2001(6)	12,93%	-52,20%	2,43%	18,84%	15,14%	11,85%	11,90%	14,62%	3,97%
2002	2,61%	-3,60%	-4,62%	0,74%	2,76%	3,52%	3,99%	6,23%	-0,68%
2003	3,16%	-0,42%	-2,36%	5,41%	6,33%	0,92%	1,52%	5,68%	10,29%
2004	7,43%	-82,35%	7,69%	2,54%	6,49%	7,86%	12,87%	8,46%	-0,99%
2005	4,75%	-31,24%	1,13%	8,29%	8,46%	2,59%	2,06%	6,87%	-0,25%
2006	3,72%	63,72%	-1,55%	-1,30%	6,27%	3,21%	4,75%	12,31%	1,43%
2007	5,82%	(1)	3,91%	4,28%	2,51%	5,83%	7,61%	9,94%	18,07%

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2008	6,92%	(1)	2,96%	4,80%	9,72%	5,11%	6,87%	10,72%	16,43%
2009	0,89%	(1)	-8,60%	0,61%	0,10%	2,12%	1,12%	3,94%	-1,98%
2011(7)	9,40%	(1)	34,47%	3,71%	3,70%	9,23%	7,28%	17,77%	32,14%
2012	1,64%	(2)	-0,11%	-0,22%	-4,10%	4,52%	3,31%	3,59%	2,28%
2013	2,90%	(2)	2,47%	-0,58%	-0,16%	2,88%	3,59%	7,89%	15,74%
2014	0,24%	(2)	-0,91%	-2,59%	0,85%	-1,69%	0,60%	5,66%	7,60%
2015	-5,74%	(2)	-17,30%	-10,72%	-11,21%	-2,62%	-2,55%	-2,16%	-0,77%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Taxas não feitas em decorrência da falta de valores entre 2007 e 2009.

(2) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990.

(5) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(6) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(7) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 16 – Empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
TOTAL	15.507.066	13.234.128	13.172.239	13.369.487	13.218.431	13.358.724	13.196.484	12.940.612	14.614.444
Agrícola	1.078.252	1.127.851	1.149.999	1.165.908	1.190.973	1.163.499	1.048.654	1.183.501	1.091.212
Indústria de Transformação	4.964.822	4.187.009	4.184.427	4.219.873	4.038.543	3.998.580	3.873.453	3.783.398	4.386.558
Indústria de Construção	1.240.988	1.141.007	1.111.216	1.012.722	993.522	1.026.931	995.352	907.550	979.308
Outras atividades industriais	550.593	477.222	486.907	435.251	376.456	391.303	436.201	399.983	452.058
Comércio de mercadorias	1.944.551	1.728.353	1.767.531	1.842.149	1.930.707	1.952.084	1.983.377	1.962.564	2.328.375
Prestação de Serviços	1.294.017	1.252.641	1.230.052	1.459.560	1.532.703	1.573.826	1.597.932	1.566.520	1.831.801
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	611.780	538.979	504.263	526.938	565.200	590.523	634.974	608.540	781.330
Transporte e Comunicação	1.323.655	1.135.692	1.143.080	1.208.960	1.139.640	1.213.509	1.170.856	1.139.918	1.318.970
Social	779.962	551.568	558.246	584.531	608.002	645.656	694.453	656.809	698.120
Administração Pública	921.560	554.187	529.413	443.194	412.822	403.021	377.504	367.303	365.906

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	796.886	539.619	507.105	470.401	429.863	399.792	383.728	364.526	380.806

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001

Tabela 17 - Taxa de crescimento dos empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação antiga)

	1990(1)	1992(2)	1993	1995(3)	1996	1997	1998	1999	2001(4)
TOTAL	-1,12%	-14,66%	-0,47%	1,50%	-1,13%	1,06%	-1,21%	-1,94%	12,93%
Agrícola	4,10%	4,60%	1,96%	1,38%	2,15%	-2,31%	-9,87%	12,86%	-7,80%
Indústria de Transformação	-3,56%	-15,67%	-0,06%	0,85%	-4,30%	-0,99%	-3,13%	-2,32%	15,94%
Indústria de Construção	-7,04%	-8,06%	-2,61%	-8,86%	-1,90%	3,36%	-3,08%	-8,82%	7,91%
Outras atividades industriais	-1,69%	-13,33%	2,03%	-10,61%	-13,51%	3,94%	11,47%	-8,30%	13,02%
Comércio de mercadorias	0,80%	-11,12%	2,27%	4,22%	4,81%	1,11%	1,60%	-1,05%	18,64%
Prestação de Serviços	-2,30%	-3,20%	-1,80%	18,66%	5,01%	2,68%	1,53%	-1,97%	16,93%
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	0,35%	-11,90%	-6,44%	4,50%	7,26%	4,48%	7,53%	-4,16%	28,39%
Transporte e Comunicação	7,57%	-14,20%	0,65%	5,76%	-5,73%	6,48%	-3,51%	-2,64%	15,71%
Social	3,90%	-29,28%	1,21%	4,71%	4,02%	6,19%	7,56%	-5,42%	6,29%
Administração Pública	-0,21%	-39,86%	-4,47%	-16,29%	-6,85%	-2,37%	-6,33%	-2,70%	-0,38%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	-4,70%	-32,28%	-6,03%	-7,24%	-8,62%	-7,00%	-4,02%	-5,00%	4,47%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

- (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.
- (2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990
- (3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.
- (4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

Tabela 18 – Empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação atual)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	14.995.418	15.468.734	16.618.022	17.406.665	18.053.613	19.105.114	20.427.598	20.608.856	22.546.489	22.915.607	20.557.019	23.637.786	22.281.907
Agrícola	1.174.629	1.219.527	1.361.092	1.399.883	1.397.820	1.445.862	1.610.133	1.474.725	1.443.946	1.429.838	1.430.973	1.478.395	1.401.196
Indústria	4.675.401	4.827.038	5.417.674	5.502.972	5.715.699	6.099.586	6.304.027	6.139.871	6.046.496	6.329.852	6.236.570	6.131.462	5.579.748
>>Indústria de transformação	4.373.230	4.487.712	5.004.879	5.105.323	5.270.982	5.651.406	5.861.503	5.641.167	5.566.689	5.849.225	5.746.964	5.618.977	5.134.190
Construção	1.135.114	1.005.311	1.144.217	1.197.351	1.303.414	1.438.194	1.833.360	1.856.713	2.335.065	2.485.066	2.888.636	2.739.537	2.359.698
Comércio e reparação	2.855.815	3.130.612	3.117.521	3.537.389	3.660.620	3.859.069	3.980.872	4.263.743	4.533.698	4.559.706	4.740.202	4.962.732	4.706.620
Alojamento e alimentação	418.826	424.851	469.782	488.806	527.228	554.526	566.847	603.145	854.153	779.276	753.024	778.425	783.675
Transporte, armazenagem e comunicação	1.440.860	1.461.206	1.579.086	1.587.791	1.635.964	1.752.148	1.958.206	1.903.835	2.391.724	2.499.881	2.634.887	2.604.865	2.568.669
Administração pública	427.496	427.824	394.481	399.505	388.712	425.320	368.775	381.308	493.118	427.854	489.822	384.031	364.646
Educação, saúde e serviços sociais	585.685	621.168	620.368	678.138	686.036	706.652	758.690	810.575	796.558	815.944	887.167	950.606	935.898
Outros serviços coletivos e pessoais	386.723	402.671	451.243	421.827	471.509	462.057	515.260	542.600	486.044	457.077	495.738	514.322	525.473
Outras atividades	1.878.583	1.940.221	2.046.170	2.183.085	2.261.649	2.346.874	2.510.348	2.622.676	3.141.888	3.124.053	(1)	3.084.781	3.046.738
Atividades maldefinidas	16.286	8.305	16.388	9.918	4.616	24.826	21.080	9.665	23.799	7.060	(1)	8.630	9.546

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Sem informação disponível

Tabela 19 – Taxa de crescimento dos empregados homens com carteira assinada por área de atividade (classificação atual)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011 (2)	2012	2013	2014	2015
TOTAL	3,16%	7,43%	4,75%	3,72%	5,82%	6,92%	0,89%	9,40%	1,64%	-10,29%	14,99%	-5,74%
Agricultura	3,82%	11,61%	2,85%	-0,15%	3,44%	11,36%	-8,41%	-2,09%	-0,98%	0,08%	3,31%	-5,22%
Indústria	3,24%	12,24%	1,57%	3,87%	6,54%	3,52%	-2,60%	-1,52%	4,69%	-1,47%	-1,69%	-9,00%
>>Indústria de transformação	2,62%	11,52%	2,01%	3,24%	7,22%	3,72%	-3,76%	-1,32%	5,08%	-1,75%	-2,23%	-8,63%
Construção	-11,44%	13,82%	4,64%	8,86%	10,34%	27,48%	1,27%	25,76%	6,42%	16,24%	-5,16%	-13,87%
Comércio e reparação	9,62%	-0,42%	13,47%	3,48%	5,42%	3,16%	7,11%	6,33%	0,57%	3,96%	4,69%	-5,16%
Alojamento e alimentação	1,44%	10,58%	4,05%	7,86%	5,18%	2,22%	6,40%	41,62%	-8,77%	-3,37%	3,37%	0,67%
Transporte, armazenagem e comunicação	1,41%	8,07%	0,55%	3,03%	7,10%	11,76%	-2,78%	25,63%	4,52%	5,40%	-1,14%	-1,39%
Administração pública	0,08%	-7,79%	1,27%	-2,70%	9,42%	-13,29%	3,40%	29,32%	-13,23%	14,48%	-21,60%	-5,05%
Educação, saúde e serviços sociais	6,06%	-0,13%	9,31%	1,16%	3,01%	7,36%	6,84%	-1,73%	2,43%	8,73%	7,15%	-1,55%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,12%	12,06%	-6,52%	11,78%	-2,00%	11,51%	5,31%	-10,42%	-5,96%	8,46%	3,75%	2,17%
Outras atividades	3,28%	5,46%	6,69%	3,60%	3,77%	6,97%	4,47%	19,80%	-0,57%	(1)	(1)	-1,23%
Atividades maldefinidas	-49,01%	97,33%	-39,48%	-53,46%	437,82%	-15,09%	-54,15%	146,24%	-70,33%	(1)	(1)	10,61%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Sem informação

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009

Tabela 20 - Total de empregadas classificadas na categoria outros por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990	6.612.484	460.038	1.407.423	1.012.155	846.071	1.402.495	916.853	406.116	161.333
1992	2.581.410	113.788	510.787	489.220	362.585	549.447	329.525	155.619	70.439
1993	2.782.529	122.322	515.331	569.489	418.716	617.042	329.051	156.245	54.333
1995	2.796.295	114.235	537.457	529.461	438.224	602.343	357.622	163.118	53.105
1996	3.091.037	85.573	571.157	622.916	439.900	734.128	411.166	170.407	54.824
1997	3.013.436	71.865	547.071	600.434	455.328	675.140	420.429	184.585	58.584
1998	3.301.682	71.106	579.072	667.641	475.928	786.826	462.585	186.933	71.591
1999	3.392.656	73.671	539.073	655.540	506.433	824.768	503.028	230.364	59.518
2001	4.096.865	70.294	651.478	861.866	604.770	963.520	607.694	254.486	81.675
2002	4.344.642	70.352	691.835	942.153	671.342	954.084	655.119	268.973	90.235
2003	4.330.011	44.893	648.521	927.797	656.192	996.180	679.053	294.794	81.553
2004	4.925.698	63.677	768.013	1.048.242	767.233	1.104.634	742.001	326.058	105.840
2005	4.775.240	62.629	688.791	969.543	784.046	1.101.968	721.001	364.703	78.971
2006	5.147.048	57.307	774.102	1.078.340	814.670	1.174.974	735.791	397.961	113.903
2007	5.119.773	53.456	824.081	1.014.023	792.975	1.163.106	780.114	381.822	110.196
2008	5.378.911	66.709	797.843	1.057.681	894.139	1.206.833	792.568	444.603	118.535
2009	5.057.120	55.811	765.622	987.409	770.338	1.128.520	808.672	413.267	127.481
2011	4.745.117	53.399	644.997	899.868	751.729	1.130.159	753.821	392.012	119.132
2012	4.866.938	(1)	711.098	872.563	749.377	1.174.025	784.331	428.918	146.626
2013	4.886.327	(1)	669.483	906.054	709.256	1.219.767	771.206	470.076	140.485
2014	5.106.832	(1)	715.010	863.870	748.084	1.296.709	808.398	507.464	167.297
2015	4.564.601	(1)	557.070	738.414	656.106	1.216.140	782.159	456.214	158.498

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

Tabela 21 - Taxa de crescimento de empregadas classificadas na categoria outros por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990(2)	0,80%	-13,58%	4,05%	0,20%	7,24%	5,30%	-6,57%	-1,99%	10,99%
1992(3)	-60,96%	-75,27%	-63,71%	-51,67%	-57,14%	-60,82%	-64,06%	-61,68%	-56,34%
1993	7,79%	7,50%	0,89%	16,41%	15,48%	12,30%	-0,14%	0,40%	-22,87%
1995(4)	0,49%	-6,61%	4,29%	-7,03%	4,66%	-2,38%	8,68%	4,40%	-2,26%
1996	10,54%	-25,09%	6,27%	17,65%	0,38%	21,88%	14,97%	4,47%	3,24%
1997	-2,51%	-16,02%	-4,22%	-3,61%	3,51%	-8,04%	2,25%	8,32%	6,86%
1998	9,57%	-1,06%	5,85%	11,19%	4,52%	16,54%	10,03%	1,27%	22,20%
1999	2,76%	3,61%	-6,91%	-1,81%	6,41%	4,82%	8,74%	23,23%	-16,86%
2001(5)	20,76%	-4,58%	20,85%	31,47%	19,42%	16,82%	20,81%	10,47%	37,23%
2002	6,05%	0,08%	6,19%	9,32%	11,01%	-0,98%	7,80%	5,69%	10,48%
2003	-0,34%	-36,19%	-6,26%	-1,52%	-2,26%	4,41%	3,65%	9,60%	-9,62%
2004	13,76%	41,84%	18,43%	12,98%	16,92%	10,89%	9,27%	10,61%	29,78%
2005	-3,05%	-1,65%	-10,32%	-7,51%	2,19%	-0,24%	-2,83%	11,85%	-25,39%
2006	7,79%	-8,50%	12,39%	11,22%	3,91%	6,63%	2,05%	9,12%	44,23%
2007	-0,53%	-6,72%	6,46%	-5,96%	-2,66%	-1,01%	6,02%	-4,06%	-3,25%
2008	5,06%	24,79%	-3,18%	4,31%	12,76%	3,76%	1,60%	16,44%	7,57%

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2009	-5,98%	-16,34%	-4,04%	-6,64%	-13,85%	-6,49%	2,03%	-7,05%	7,55%
2011(6)	-6,17%	-4,32%	-15,76%	-8,87%	-2,42%	0,15%	-6,78%	-5,14%	-6,55%
2012	2,57%	(1)	10,25%	-3,03%	-0,31%	3,88%	4,05%	9,41%	23,08%
2013	0,40%	(1)	-5,85%	3,84%	-5,35%	3,90%	-1,67%	9,60%	-4,19%
2014	4,51%	(1)	6,80%	-4,66%	5,47%	6,31%	4,82%	7,95%	19,09%
2015	-10,62%	(1)	-22,09%	-14,52%	-12,30%	-6,21%	-3,25%	-10,10%	-5,26%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(5) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(6) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 22 - Total de empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
TOTAL	6.612.484	2.581.410	2.782.529	2.796.295	3.091.037	3.013.436	3.301.682	3.392.656	4.096.865
Agrícola	556.504	496.996	441.287	378.603	325.985	353.418	336.639	371.613	338.408
Indústria de Transformação	452.308	362.342	453.785	389.881	464.126	427.512	429.619	448.981	510.608
Indústria de Construção	19.708	13.792	57.296	11.879	12.926	12.304	93.515	111.111	35.371
Outras atividades industriais	19.073	31.917	36.300	26.329	25.325	24.393	35.700	28.909	31.235
Comércio de mercadorias	388.573	371.478	422.412	452.267	490.952	473.081	476.057	525.105	654.939
Prestação de Serviços	2.949.801	383.784	351.430	448.724	464.775	476.137	490.324	497.125	637.313
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	114.221	107.312	112.176	150.879	159.717	158.596	190.567	193.261	276.280
Transporte e Comunicação	21.930	22.425	14.514	20.559	37.677	31.314	38.538	37.787	43.570
Social	1.612.299	611.102	680.753	706.080	839.444	777.208	910.131	857.758	1.155.556
Administração Pública	414.572	126.190	154.282	159.074	195.281	202.257	219.636	236.087	311.103

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	63.495	54.072	58.294	52.020	74.829	77.216	80.956	84.919	102.482

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

Tabela 23 - Taxa de crescimento das empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
TOTAL	0,80%	-60,96%	7,79%	0,49%	10,54%	-2,51%	9,57%	2,76%	20,76%
Agrícola	-14,03%	-10,69%	-11,21%	-14,20%	-13,90%	8,42%	-4,75%	10,39%	-8,94%
Indústria de Transformação	3,23%	-19,89%	25,24%	-14,08%	19,04%	-7,89%	0,49%	4,51%	13,73%
Indústria de Construção	39,32%	-30,02%	315,43%	-79,27%	8,81%	-4,81%	660,04%	18,82%	-68,17%
Outras atividades industriais	20,89%	67,34%	13,73%	-27,47%	-3,81%	-3,68%	46,35%	19,02%	8,05%
Comércio de mercadorias	3,49%	-4,40%	13,71%	7,07%	8,55%	-3,64%	0,63%	10,30%	24,73%
Prestação de Serviços	-2,08%	-86,99%	-8,43%	27,69%	3,58%	2,44%	2,98%	1,39%	28,20%
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	18,26%	-6,05%	4,53%	34,50%	5,86%	-0,70%	20,16%	1,41%	42,96%
Transporte e Comunicação Social	84,86%	2,26%	-35,28%	41,65%	83,26%	16,89%	23,07%	-1,95%	15,30%
Administração Pública	4,98%	-62,10%	11,40%	3,72%	18,89%	-7,41%	17,10%	-5,75%	34,72%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	19,27%	-69,56%	22,26%	3,11%	22,76%	3,57%	8,59%	7,49%	31,77%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	-2,01%	-14,84%	7,81%	-10,76%	43,85%	3,19%	4,84%	4,90%	20,68%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

Tabela 24 – Total de empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	4.344.642	4.330.011	4.925.698	4.775.240	5.147.048	5.119.773	5.378.911	5.057.120	4.745.117	4.866.938	4.472.180	5.106.832	4.564.601
Agrícola	339.886	332.593	376.346	338.020	345.360	318.186	335.891	333.802	259.479	225.365	232.510	216.310	194.505
Indústria	639.076	665.759	697.632	668.076	676.634	723.773	679.780	651.553	496.839	516.563	467.173	502.414	378.802
>>Indústria de transformação	626.968	656.332	683.541	655.150	660.924	708.616	664.354	636.222	484.489	505.832	457.335	492.201	368.175
Construção	28.198	26.461	23.032	22.403	28.386	35.557	45.997	24.894	27.162	21.430	35.215	30.740	32.597
Comércio e reparação	761.803	769.721	866.739	860.036	874.740	906.829	977.320	903.523	879.816	884.139	855.314	853.036	743.387
Alojamento e alimentação	310.465	330.857	382.955	392.131	409.398	422.495	466.273	454.267	516.565	531.809	528.993	545.950	552.931
Transporte, armazenagem e comunicação	70.620	62.741	86.765	78.618	91.622	81.562	94.625	66.185	60.263	65.800	85.570	74.296	61.917
Administração pública	325.548	352.685	384.798	406.870	452.114	426.152	383.825	423.873	458.095	469.449	487.973	497.355	454.466
Educação, saúde e serviços sociais	1.009.726	1.022.097	1.079.118	1.199.322	1.212.554	1.224.812	1.236.973	1.240.448	1.169.076	1.186.808	1.326.905	1.414.261	1.329.978
Outros serviços coletivos e pessoais	462.965	379.943	583.301	410.205	583.711	495.380	632.600	526.269	462.982	522.037	452.527	541.682	432.531
Outras atividades	393.651	385.319	441.930	398.034	470.600	480.738	522.048	431.242	410.330	441.729	(1)	430.026	381.961
Atividades maldefinidas	2.704	1.835	3.082	1.525	1.529	4.289	3.579	1.064	4.510	1.809	(1)	762	1.526

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Sem informação disponível

Tabela 25 - Taxa de crescimento das empregadas classificadas na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011 (2)	2012	2013	2014	2015
TOTAL	-0,34%	13,76%	-3,05%	7,79%	-0,53%	5,06%	-5,98%	-6,17%	2,57%	-8,11%	14,19%	-10,62%
Agricultura	-2,15%	13,16%	-10,18%	2,17%	-7,87%	5,56%	-0,62%	-22,27%	-13,15%	3,17%	-6,97%	-10,08%
Indústria	4,18%	4,79%	-4,24%	1,28%	6,97%	-6,08%	-4,15%	-23,75%	3,97%	-9,56%	7,54%	-24,60%
>>Indústria de transformação	4,68%	4,15%	-4,15%	0,88%	7,22%	-6,25%	-4,23%	-23,85%	4,41%	-9,59%	7,62%	-25,20%
Construção	-6,16%	-12,96%	-2,73%	26,71%	25,26%	29,36%	-45,88%	9,11%	-21,10%	64,33%	-12,71%	6,04%
Comércio e reparação	1,04%	12,60%	-0,77%	1,71%	3,67%	7,77%	-7,55%	-2,62%	0,49%	-3,26%	-0,27%	-12,85%
Alojamento e alimentação	6,57%	15,75%	2,40%	4,40%	3,20%	10,36%	-2,57%	13,71%	2,95%	-0,53%	3,21%	1,28%
Transporte, armazenagem e comunicação	-11,16%	38,29%	-9,39%	16,54%	-10,98%	16,02%	-30,06%	-8,95%	9,19%	30,05%	-13,18%	-16,66%
Administração pública	8,34%	9,11%	5,74%	11,12%	-5,74%	-9,93%	10,43%	8,07%	2,48%	3,95%	1,92%	-8,62%
Educação, saúde e serviços sociais	1,23%	5,58%	11,14%	1,10%	1,01%	0,99%	0,28%	-5,75%	1,52%	11,80%	6,58%	-5,96%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-17,93%	53,52%	-29,68%	42,30%	-15,13%	27,70%	-16,81%	-12,03%	12,76%	-13,32%	19,70%	-20,15%
Outras atividades	-2,12%	14,69%	-9,93%	18,23%	2,15%	8,59%	-17,39%	-4,85%	7,65%	(1)	(1)	-11,18%
Atividades maldefinidas	-32,14%	67,96%	-50,52%	0,26%	180,51%	-16,55%	-70,27%	323,87%	-59,89%	(1)	(1)	100,26%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Sem informação

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009

Tabela 26 - Total de empregados classificados na categoria outros por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990	9.933.236	795.136	2.139.356	1.631.144	1.207.203	1.744.436	1.123.011	784.574	508.137
1992	8.287.132	614.181	1.867.058	1.426.756	1.089.304	1.440.359	916.507	540.143	392.824
1993	8.650.182	592.214	1.952.633	1.472.110	1.129.739	1.569.026	945.985	595.423	392.834
1995	8.571.894	513.390	1.900.193	1.455.541	1.107.123	1.621.411	1.008.350	571.189	394.494
1996	8.755.484	430.345	1.907.950	1.542.252	1.097.906	1.689.866	1.073.122	619.182	394.352
1997	8.753.633	382.923	1.817.583	1.532.410	1.146.612	1.752.268	1.106.257	646.136	368.249
1998	8.976.287	344.687	1.859.019	1.632.132	1.124.105	1.763.530	1.165.990	668.973	416.183
1999	9.025.037	336.663	1.719.125	1.684.966	1.206.982	1.837.558	1.160.045	698.913	380.251
2001	9.898.107	289.986	1.802.522	1.864.810	1.386.591	2.064.881	1.340.142	770.471	378.041
2002	10.280.472	259.458	1.858.514	2.004.685	1.435.029	2.083.588	1.397.427	810.783	427.827
2003	9.984.003	214.815	1.776.348	1.982.609	1.393.610	2.040.105	1.348.178	826.230	397.572
2004	10.510.172	240.995	1.863.824	2.011.078	1.529.343	2.108.420	1.463.395	879.060	414.057
2005	10.691.324	250.372	1.847.752	2.118.600	1.538.476	2.104.648	1.495.446	931.921	397.730
2006	10.663.260	239.269	1.846.588	2.036.405	1.495.736	2.147.365	1.500.351	964.481	433.065
2007	10.460.486	229.908	1.879.555	1.869.178	1.439.206	2.158.641	1.489.791	914.937	479.270
2008	10.505.583	203.301	1.911.273	1.879.987	1.463.325	2.094.968	1.514.722	943.887	494.120
2009	10.253.862	228.017	1.766.276	1.757.283	1.422.308	2.152.372	1.499.072	947.268	481.266
2011	9.270.687	179.719	1.382.343	1.470.158	1.314.627	2.059.158	1.446.500	961.207	456.975
2012	9.288.465	(1)	1.534.109	1.463.339	1.283.897	2.015.834	1.490.996	995.065	505.225
2013	9.166.252	(1)	1.453.038	1.392.939	1.211.151	2.096.846	1.502.400	1.011.587	498.291
2014	9.278.671	(1)	1.457.130	1.480.284	1.231.748	2.070.405	1.536.393	973.743	528.968
2015	8.711.887	(1)	1.231.896	1.393.550	1.193.270	1.990.874	1.471.668	952.468	478.161

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

Tabela 27 – Taxa de crescimento de empregados classificados na categoria outros por idade

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
1990(2)	2,26%	-1,76%	-3,09%	3,56%	5,05%	7,41%	0,47%	7,47%	1,63%
1992(3)	-16,57%	-22,76%	-12,73%	-12,53%	-9,77%	-17,43%	-18,39%	-31,15%	-22,69%
1993	4,38%	-3,58%	4,58%	3,18%	3,71%	8,93%	3,22%	10,23%	0,00%
1995(4)	-0,91%	-13,31%	-2,69%	-1,13%	-2,00%	3,34%	6,59%	-4,07%	0,42%
1996	2,14%	-16,18%	0,41%	5,96%	-0,83%	4,22%	6,42%	8,40%	-0,04%
1997	-0,02%	-11,02%	-4,74%	-0,64%	4,44%	3,69%	3,09%	4,35%	-6,62%
1998	2,54%	-9,99%	2,28%	6,51%	-1,96%	0,64%	5,40%	3,53%	13,02%
1999	0,54%	-2,33%	-7,53%	3,24%	7,37%	4,20%	-0,51%	4,48%	-8,63%
2001(5)	9,67%	-13,86%	4,85%	10,67%	14,88%	12,37%	15,53%	10,24%	-0,58%
2002	3,86%	-10,53%	3,11%	7,50%	3,49%	0,91%	4,27%	5,23%	13,17%
2003	-2,88%	-17,21%	-4,42%	-1,10%	-2,89%	-2,09%	-3,52%	1,91%	-7,07%
2004	5,27%	12,19%	4,92%	1,44%	9,74%	3,35%	8,55%	6,39%	4,15%
2005	1,72%	3,89%	-0,86%	5,35%	0,60%	-0,18%	2,19%	6,01%	-3,94%
2006	-0,26%	-4,43%	-0,06%	-3,88%	-2,78%	2,03%	0,33%	3,49%	8,88%
2007	-1,90%	-3,91%	1,79%	-8,21%	-3,78%	0,53%	-0,70%	-5,14%	10,67%
2008	0,43%	-11,57%	1,69%	0,58%	1,68%	-2,95%	1,67%	3,16%	3,10%
2009	-2,40%	12,16%	-7,59%	-6,53%	-2,80%	2,74%	-1,03%	0,36%	-2,60%
2011(6)	-9,59%	-21,18%	-21,74%	-16,34%	-7,57%	-4,33%	-3,51%	1,47%	-5,05%
2012	0,19%	(1)	10,98%	-0,46%	-2,34%	-2,10%	3,08%	3,52%	10,56%
2013	-1,32%	(1)	-5,28%	-4,81%	-5,67%	4,02%	0,76%	1,66%	-1,37%

	TOTAL	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2014	1,23%	(1)	0,28%	6,27%	1,70%	-1,26%	2,26%	-3,74%	6,16%
2015	-6,11%	(1)	-15,46%	-5,86%	-3,12%	-3,84%	-4,21%	-2,18%	-9,60%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Dados não disponíveis a partir da PNAD de 2012.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(5) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(6) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 28 - Total de empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
TOTAL	9.933.236	8.287.132	8.650.182	8.571.894	8.755.484	8.753.633	8.976.287	9.025.037	9.898.107
Agrícola	3.481.599	3.320.139	3.216.336	3.097.364	2.866.922	2.805.691	2.686.162	2.722.026	2.726.606
Indústria de Transformação	996.163	1.010.268	1.069.217	1.062.284	1.109.403	1.155.082	1.072.485	1.098.156	1.180.888
Indústria de Construção	1.092.128	1.001.421	1.199.802	1.089.219	1.181.420	1.221.370	1.469.480	1.350.430	1.465.785
Outras atividades industriais	138.456	117.128	137.679	101.297	99.280	112.804	110.529	110.201	123.819
Comércio de mercadorias	881.767	879.008	972.541	1.004.462	1.113.082	1.003.350	1.032.547	1.131.039	1.247.807
Prestação de Serviços	1.074.468	902.753	962.559	1.014.507	1.001.663	1.037.197	1.056.757	1.036.068	1.186.333
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	192.796	188.160	193.404	222.043	258.871	264.006	343.512	337.512	435.314
Transporte e Comunicação	282.646	275.650	267.449	318.375	346.558	409.098	376.670	406.147	483.716
Social	434.999	246.434	247.813	293.197	341.781	337.811	378.231	382.380	496.535
Administração Pública	1.244.736	240.871	280.987	268.647	316.403	302.454	332.280	337.960	421.028
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	113.478	105.300	102.395	100.499	120.101	104.770	117.634	113.118	130.276

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

Tabela 29 - Taxa de crescimento dos empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia antiga)

	1990(1)	1992(2)	1993	1995(3)	1996	1997	1998	1999	2001(4)
TOTAL	2,26%	-16,57%	4,38%	-0,91%	2,14%	-0,02%	2,54%	0,54%	9,67%
Agrícola	0,79%	-4,64%	-3,13%	-3,70%	-7,44%	-2,14%	-4,26%	1,34%	0,17%
Indústria de Transformação	2,23%	1,42%	5,83%	-0,65%	4,44%	4,12%	-7,15%	2,39%	7,53%
Indústria de Construção	-1,37%	-8,31%	19,81%	-9,22%	8,46%	3,38%	20,31%	-8,10%	8,54%
Outras atividades industriais	-10,44%	-15,40%	17,55%	-26,43%	-1,99%	13,62%	-2,02%	-0,30%	12,36%
Comércio de mercadorias	2,62%	-0,31%	10,64%	3,28%	10,81%	-9,86%	2,91%	9,54%	10,32%
Prestação de Serviços	-2,29%	-15,98%	6,62%	5,40%	-1,27%	3,55%	1,89%	-1,96%	14,50%
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	4,01%	-2,40%	2,79%	14,81%	16,59%	1,98%	30,12%	-1,75%	28,98%
Transporte e Comunicação	8,23%	-2,48%	-2,98%	19,04%	8,85%	18,05%	-7,93%	7,83%	19,10%
Social	13,29%	-43,35%	0,56%	18,31%	16,57%	-1,16%	11,97%	1,10%	29,85%
Administração Pública	14,14%	-80,65%	16,65%	-4,39%	17,78%	-4,41%	9,86%	1,71%	24,58%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	-20,47%	-7,21%	-2,76%	-1,85%	19,50%	-12,77%	12,28%	-3,84%	15,17%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999 e 2001.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1989.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1990

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

Tabela 30 - Empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL	10.280.472	9.984.003	10.510.172	10.691.324	10.663.260	10.460.486	10.505.583	10.253.862	9.270.687	9.288.465	8.681.443	9.278.671	8.711.887
Agrícola	2.805.236	2.870.217	2.965.082	3.000.233	2.835.723	2.752.843	2.562.259	2.768.406	2.256.344	2.232.072	2.150.556	2.010.220	2.076.131
Indústria	1.338.216	1.250.202	1.332.390	1.302.481	1.345.485	1.344.076	1.250.529	1.155.327	918.429	927.542	858.528	848.079	775.934
>>Indústria de transformação	1.261.551	1.170.198	1.256.123	1.236.288	1.256.631	1.268.035	1.187.556	1.090.803	852.844	870.055	802.255	786.800	719.814
Construção	1.491.636	1.362.404	1.442.340	1.454.814	1.512.195	1.419.800	1.655.651	1.568.546	1.695.803	1.665.856	1.683.810	1.800.431	1.623.642
Comércio e reparação	1.874.264	1.888.996	1.959.597	2.080.355	2.021.481	2.020.409	1.981.971	1.913.154	1.581.388	1.630.773	1.610.889	1.698.796	1.583.764
Alojamento e alimentação	321.865	324.297	318.702	345.238	349.981	344.943	356.061	341.073	411.542	359.976	342.433	367.367	376.076
Transporte, armazenagem e comunicação	558.280	577.792	558.686	562.623	568.130	558.937	612.501	526.919	582.467	582.875	592.577	560.248	505.130
Administração pública	492.874	413.923	493.702	505.593	511.078	515.474	510.755	543.079	601.487	633.241	687.160	671.567	614.034
Educação, saúde e serviços sociais	329.105	337.405	360.545	397.639	350.620	403.130	384.581	404.844	361.070	346.068	426.520	467.388	409.333
Outros serviços coletivos, pessoais e outras atividades	489.666	402.152	518.202	461.172	532.334	462.969	502.281	446.206	328.418	336.320	328.970	353.128	308.067
Atividades maldefinidas	566.425	552.157	549.950	579.871	628.809	625.345	671.924	580.051	525.884	569.404	(1)	499.171	434.206
	12.905	4.458	10.976	1.305	6.963	12.560	17.070	6.257	7.855	4.338	(1)	2.276	5.570

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: (1) Sem informação disponível

Tabela 31 - Taxa de crescimento dos empregados classificados na categoria outros por área de atividade (metodologia atual)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011 (2)	2012	2013	2014	2015
TOTAL	-2,88%	5,27%	1,72%	-0,26%	-1,90%	0,43%	-2,40%	-9,59%	0,19%	-6,54%	6,88%	-6,11%
Agricultura	2,32%	3,31%	1,19%	-5,48%	-2,92%	-6,92%	8,05%	-18,50%	-1,08%	-3,65%	-6,53%	3,28%
Indústria	-6,58%	6,57%	-2,24%	3,30%	-0,10%	-6,96%	-7,61%	-20,50%	0,99%	-7,44%	-1,22%	-8,51%
>>Indústria de transformação	-7,24%	7,34%	-1,58%	1,65%	0,91%	-6,35%	-8,15%	-21,82%	2,02%	-7,79%	-1,93%	-8,51%
Construção	-8,66%	5,87%	0,86%	3,94%	-6,11%	16,61%	-5,26%	8,11%	-1,77%	1,08%	6,93%	-9,82%
Comércio e reparação	0,79%	3,74%	6,16%	-2,83%	-0,05%	-1,90%	-3,47%	-17,34%	3,12%	-1,22%	5,46%	-6,77%
Alojamento e alimentação	0,76%	-1,73%	8,33%	1,37%	-1,44%	3,22%	-4,21%	20,66%	-12,53%	-4,87%	7,28%	2,37%
Transporte, armazenagem e comunicação	3,50%	-3,31%	0,70%	0,98%	-1,62%	9,58%	-13,97%	10,54%	0,07%	1,66%	-5,46%	-9,84%
Administração pública	-16,02%	19,27%	2,41%	1,08%	0,86%	-0,92%	6,33%	10,75%	5,28%	8,51%	-2,27%	-8,57%
Educação, saúde e serviços sociais	2,52%	6,86%	10,29%	-11,82%	14,98%	-4,60%	5,27%	-10,81%	-4,15%	23,25%	9,58%	-12,42%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-17,87%	28,86%	-11,01%	15,43%	-13,03%	8,49%	-11,16%	-26,40%	2,41%	-2,19%	7,34%	-12,76%
Outras atividades	-2,52%	-0,40%	5,44%	8,44%	-0,55%	7,45%	-13,67%	-9,34%	8,28%	(1)	(1)	-13,01%
Atividades maldefinidas	-65,46%	146,21%	-88,11%	433,56%	80,38%	35,91%	-63,35%	25,54%	-44,77%	(1)	(1)	144,73%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 2002 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Sem informação

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009

Tabela 32 - Total de mulheres como empregadas domésticas por tipo de contrato

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
1992	4.099.926	670.875	3.424.659
1993	4.315.904	684.729	3.622.976
1995	4.782.016	849.913	3.931.291
1996	4.666.065	974.354	3.690.299
1997	4.865.915	1.048.608	3.816.116
1998	4.679.388	1.096.151	3.576.548
1999	4.960.345	1.176.333	3.782.382
2001	5.568.336	1.389.698	4.175.569
2002	5.676.798	1.402.250	4.273.295
2003	5.751.920	1.503.469	4.248.063
2004	6.040.067	1.498.018	4.540.605
2005	6.213.504	1.566.914	4.645.962
2006	6.321.668	1.657.750	4.662.536
2007	6.251.810	1.642.648	4.609.162
2008	6.201.479	1.598.655	4.602.824
2009	6.719.079	1.769.311	4.949.768
2011	6.160.439	1.807.248	4.353.191
2012	5.863.741	1.656.292	4.207.449
2013	5.950.715	1.909.224	4.041.491
2014	5.924.259	1.806.961	4.117.298
2015	5.757.725	1.758.258	3.999.467

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Tabela 33 - Taxa de crescimento de mulheres como empregadas domésticas por tipo de contrato

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
1993(1)	5,27%	2,07%	5,79%
1995(2)	10,80%	24,12%	8,51%
1996	-2,42%	14,64%	-6,13%
1997	4,28%	7,62%	3,41%
1998	-3,83%	4,53%	-6,28%
1999	6,00%	7,31%	5,76%
2001(3)	12,26%	18,14%	10,40%
2002	1,95%	0,90%	2,34%
2003	1,32%	7,22%	-0,59%
2004	5,01%	-0,36%	6,89%
2005	2,87%	4,60%	2,32%
2006	1,74%	5,80%	0,36%
2007	-1,11%	-0,91%	-1,14%
2008	-0,81%	-2,68%	-0,14%
2009	8,35%	10,67%	7,54%
2011(4)	-8,31%	2,14%	-12,05%

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
2012	-4,82%	-8,35%	-3,35%
2013	1,48%	15,27%	-3,94%
2014	-0,44%	-5,36%	1,88%
2015	-2,81%	-2,70%	-2,86%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1992.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

Tabela 34 - Total de homens como empregados domésticos por tipo de contrato

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
1992	256.074	89.658	165.914
1993	293.092	106.703	185.024
1995	350.885	130.823	220.062
1996	335.198	135.279	198.353
1997	376.931	141.557	235.374
1998	349.081	132.379	216.702
1999	374.188	158.967	214.175
2001	374.556	158.970	215.017
2002	433.262	173.017	259.661
2003	402.701	162.007	240.694
2004	432.417	173.726	258.691
2005	452.991	182.053	270.938
2006	459.697	183.156	276.541
2007	416.051	165.303	250.748
2008	424.522	175.820	248.702
2009	504.327	225.874	278.453
2011	492.499	231.396	261.103
2012	491.593	243.280	248.313
2013	472.542	212.931	259.611
2014	514.884	250.831	264.053
2015	519.308	257.891	261.417

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Tabela 35 - Taxa de crescimento de homens como empregados domésticos por tipo de contrato

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
1993(1)	14,46%	19,01%	11,52%
1995(2)	19,72%	22,60%	18,94%
1996	-4,47%	3,41%	-9,86%

	Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada
1997	12,45%	4,64%	18,66%
1998	-7,39%	-6,48%	-7,93%
1999	7,19%	20,08%	-1,17%
2001(3)	0,10%	0,00%	0,39%
2002	15,67%	8,84%	20,76%
2003	-7,05%	-6,36%	-7,30%
2004	7,38%	7,23%	7,48%
2005	4,76%	4,79%	4,73%
2006	1,48%	0,61%	2,07%
2007	-9,49%	-9,75%	-9,33%
2008	2,04%	6,36%	-0,82%
2009	18,80%	28,47%	11,96%
2011(4)	-2,35%	2,44%	-6,23%
2012	-0,18%	5,14%	-4,90%
2013	-3,88%	-12,47%	4,55%
2014	8,96%	17,80%	1,71%
2015	0,86%	2,81%	-1,00%

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1992.

(2) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1993.

(3) Taxa de crescimento em relação ao ano de 1999.

(4) Taxa de crescimento em relação ao ano de 2009.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Com os dados esclarecidos, cabe então examiná-los. Como mencionado, será investigada as movimentações do emprego formal feminino tanto através dos anos quanto em comparação com as do masculino, outras formas de contrato e com o conjunto global de pessoas ocupadas.

4.3.1 Visão geral do emprego formal feminino

No período analisado é possível perceber o aumento das mulheres empregadas em regime de CLT. Ao se comparar com a população feminina com ocupações, nota-se nas tabelas 3 e 9 que, de 2001 até 2013, o crescimento percentual em relação ao período anterior foi igual ou superior para as celetistas. Porém, o crescimento entre 1992 e 2015 foi mais intenso para o total de ocupadas, que

apresentaram uma variação positiva de 159,71% contra os 127% do emprego formal⁶ feminino.

Se considerarmos apenas as pessoas acima de 14 anos, entre 1990 e 2015 o crescimento total das trabalhadoras com carteira assinada foi de 82,19%, com o valor mais alto apresentado, de 249,32%, entre 50 e 59 anos, seguido de 219,37% para 60 anos ou mais. As outras faixas etárias apresentaram os seguintes números: 163,45% para 40 a 49 anos; 106,16% para 30 a 39 anos; 52,92% para 25 a 29 anos; 31,44% para 20 a 24 anos e -23,46% para 15 a 19 anos. Como visto no capítulo anterior, podemos supor que estes valores estão relacionados tanto a um aumento da formalização dos empregos nos últimos anos, a permanência das mulheres na força de trabalho ao longo de sua vida, que afeta desta maneira as idades mais avançadas, e a falta de abertura para pessoas com pouca ou nenhuma experiência e escolaridade, impactando negativamente o primeiro grupo etário.

Estes números são ainda mais impressionantes quando comparados aos padrões masculinos: neste mesmo período, a variação total dos celetistas foi de 43,03%, com 93,34% para 60 anos ou mais; 129,91% para 50 até 59 anos; 85,01% para 40 a 49 anos; 48,21% para 30 a 39 anos; 28,99% para 25 a 29 anos; 6,67% para 20 a 24 anos; e -36% para até 19 anos. Mesmo assim, como visto nas tabelas 8 e 14, em todos os anos o homem apresentam um número absoluto superior de empregados com carteira assinada do que as mulheres.

Para o caso dos militares e funcionários públicos estatutários, a variação total feminina entre 1992 e 2015 foi de 98,75%, com crescimento de 458,78% para 60 anos ou mais; 388,63% para 50 até 59 anos; 121,95% para 40 até 49 anos; 49,91% para 30 até 39 anos; -3,79% para 25 até 29 anos; -52,90% para 20 até 24 anos e -28,92% para até 19 anos. É importante ressaltar que, para elas, a relevância destes números ocorre no âmbito de funcionários públicos estatutários, dado que a outra alternativa não represente uma opção significativa, com os militares possuindo em seu corpo apenas 7.804 mulheres em 2001 e 27.787 mulheres em 2014 (BERGAMIM, 2014), respectivamente 0,29% e 0,56% das enquadradas em MFPE nestes anos. Desta forma, os números expressivos nas idades mais avançadas podem ser decorrentes da expansão nos anos 90 para mulheres de áreas que necessitam concurso público,

⁶ Somando carteira assinada e MFPE. Usou-se 1992 como base devido a disponibilidade dos dados desta segunda área.

como magistratura, bem como a mencionada continuidade em seus postos de trabalho ao longo da vida (BRUSCHINI, 2007; HOFFMANN; LEONE, 2004).

Os homens apresentaram a mesma tendência de diminuição em idades menores, embora elas sejam menos acentuadas. Com um crescimento total entre 1992 e 2015 de 68,04%; o grupo de 60 anos ou mais teve um aumento de 271,02%; 50 a 59 anos, 242,61%; 40 a 49 anos, 93,41% e 30 a 39 anos, 35,68%. Já as outras faixas etárias diminuíram: -0,71% para 25 até 29 anos; -18,81% para 20 até 24 anos e -23,13% para até 19 anos. Para eles, a importância dos militares é diferente: tanto em 2001 quanto em 2014, orbitavam em torno de 12% dos MFPE (BERGAMIM, 2014).

Assim, para ambos os gêneros, aparenta haver um envelhecimento da população em empregos formais. Em 1990, as mulheres com carteira assinada eram mais numerosas nas idades de 30 até 39 anos, seguidas por 20 a 24 anos. Em 2015, o hiato de 30 até 39 anos continua concentrando a maioria destes números, porém o segundo lugar é ocupado pela faixa de 40 a 49 anos. Como MFPE, enquanto em 1992 o número máximo de trabalhadoras estava no intervalo de 30 até 39 anos; em 2015, estavam em 40 a 49 anos. Os homens apresentam esta mesma transformação nas duas classificações correspondentes.

Ao analisar as áreas de atividades, é interessante notar que nos anos da metodologia antiga, o emprego deles na área de serviço, diferentemente do caso das mulheres, aumentou (41,56% com carteira assinada e 27,43% no total). Com exceção deste setor, todas as categorias que o emprego feminino com carteira assinada caiu, o masculino apresentou quedas percentuais maiores, mesmo ao considerar o período da nova metodologia.

A outra atividade formal em que os homens apresentam um crescimento superior ao delas é educação, saúde e serviços sociais, com uma variação de 59,80%. Todavia, como podemos ver nas tabelas 11 e 13 quando comparadas às tabelas 17 e 19, as únicas áreas com carteira assinada que os homens não apresentam um número absoluto superior ao das mulheres são: social (metodologia antiga); alojamento e alimentação; educação, saúde e serviços sociais; e, nos anos de 2012 até 2015, outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Em 1990, o número de homens com carteira assinada era quase duas vezes o das mulheres, enquanto em 2015 este hiato caiu para 1,5 vezes.

Apesar de já elucidar muitas questões, estes dados não dizem como o emprego formal feminino se comportou de fato *ao longo* dos ciclos econômicos. Desta forma, a próxima seção tem como objetivo um maior detalhamento dos números.

4.3.2 Emprego formal feminino e ciclos econômicos

Aqui serão primeiro investigados os números sobre emprego com carteira assinada, MPFE e outros, seguido dos dados específicos das áreas de atuação (tanto pela metodologia antiga quanto pela nova), para então, como mencionado anteriormente, salientar em um item separado as informações sobre o emprego doméstico.

4.3.2.1 Emprego com carteira assinada, MFPE e outros

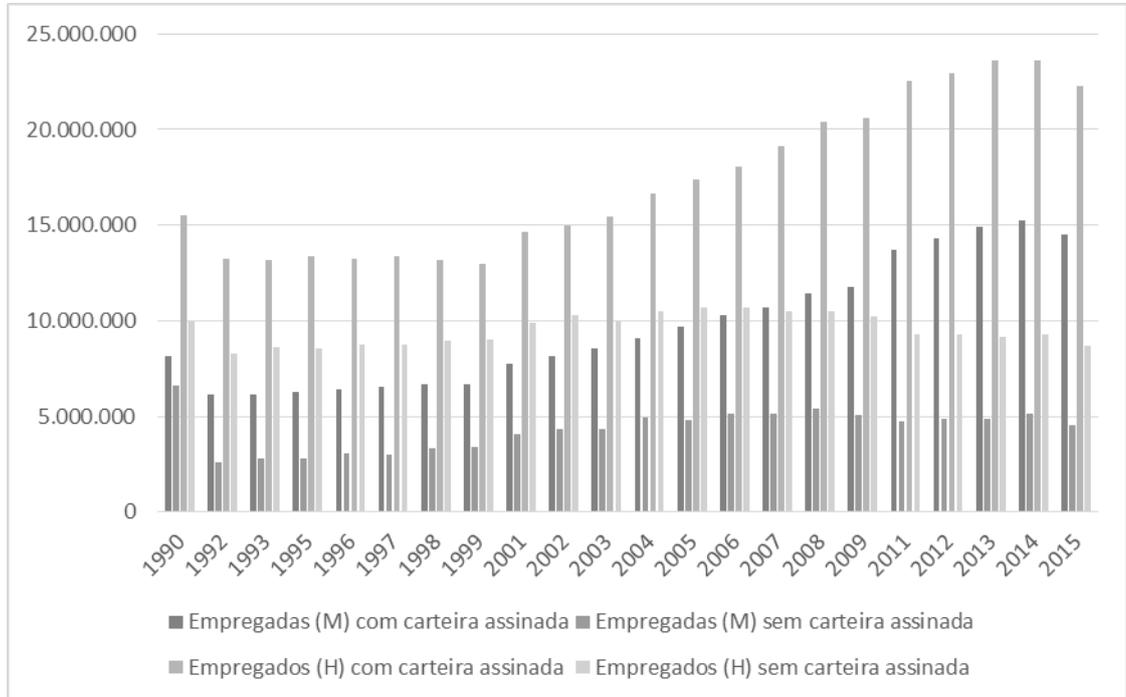
As conclusões desta parte têm como base as tabelas 4 até 9, 14, 15, 20, 21, 26 e 27. Pode-se ver nas de número 9 e 15 que, nos anos 90, o emprego com carteira assinada das mulheres apresentou variação positiva em mais anos que os homens (que tiveram aumento percentual apenas em 1995 e 1997) e o resultado negativo delas em 1993 foi inferior ao masculino (-0,05% e -0,47%, respectivamente). A exceção foi em 1992, que enquanto eles caíram 14,66% em relação a 1990, elas apresentaram uma flutuação de -24,58 – neste ano todas as faixas etárias de ambos os gêneros apresentaram porcentagens menores que zero, e apenas para 60 anos ou as taxas femininas não tenham exibido maiores amplitudes que os deles.

Cabe ressaltar dois pontos: parte disto pode ser devido à base de 1992 ser 1990, e não 1991. Desta forma, estes resultados excepcionalmente ruins não são necessariamente apenas fruto do ocorrido naquele ano, e sim também de movimentações originadas anteriormente. O segundo aspecto é que, apesar das porcentagens, em números totais a queda do emprego masculino com CLT foi superior ao feminino desta classe em 1992.

Em 1999, ano que conteve trimestres recessivos, enquanto os homens apresentaram resultados negativos para todas as faixas etárias, para elas apenas 10 a 14 anos, 25 a 29 anos e 30 a 39 anos variaram abaixo de zero, e em porcentagens mais favoráveis que as apresentadas pelos homens. Contudo, eles mantiveram um

número bruto total superior em todos os anos, chegando a ser mais que o dobro das empregadas com carteira assinada em 1992, 1993, 1995, 1996 e 1997.

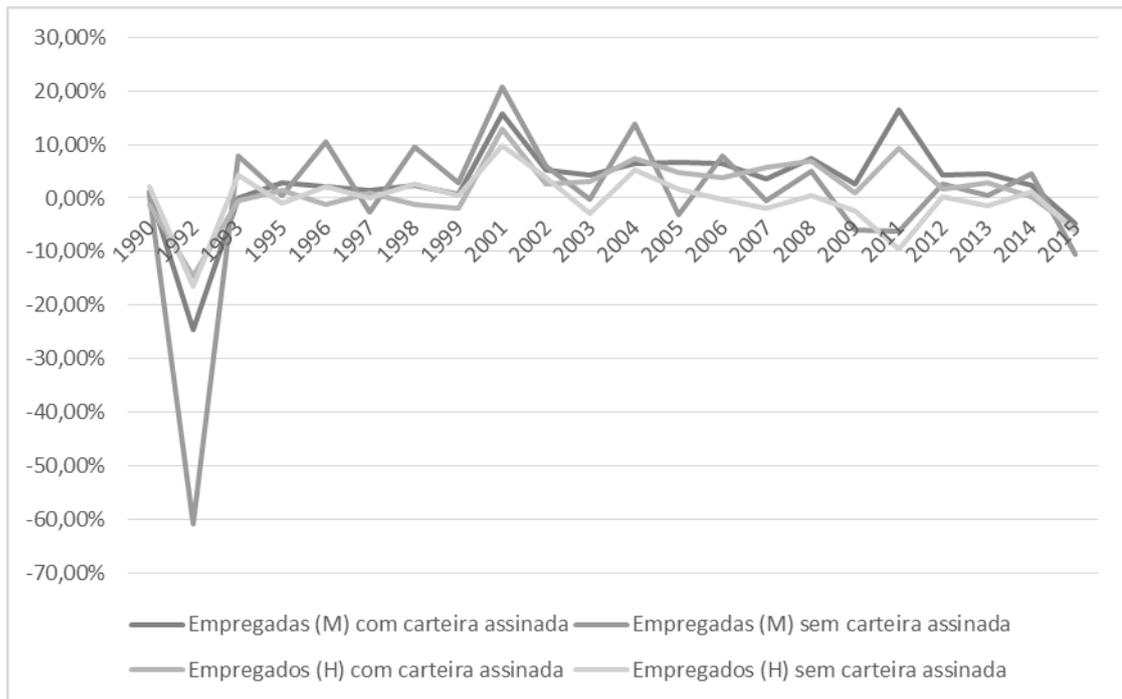
Figura 1 – Total de empregadas(os), por gênero e carteira de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Estes dados estão expostos nas tabelas 8, 14, 20 e 27 deste trabalho.

Figura 2 - Variação entre períodos de empregadas(os), por gênero e carteira de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos nas tabelas 9, 15, 21 e 28 deste trabalho.

No início da década de 90, as mulheres com outras formas de contratos tiveram no agregado resultados piores do que as celetistas: em 1990 o seu crescimento foi percentualmente menor, e em 1992 a sua diminuição foi mais intensa. Em 1992, homens e mulheres de todas as idades com e sem carteira de trabalho assinada apresentaram quedas, porém a menor volatilidade presente no setor formal permitiu que a variação negativa das mulheres deste âmbito, embora ainda maior que às dos homens neste mesmo regime, fosse menos intensa que a do setor informal (os já ditos -24,58% para as com CLT e -60,96% para as com outros tipos de contratação). A população ocupada feminina apresentou um aumento percentual neste ano, o que pode ser devido à expansão neste período do que se considera como trabalho. Já para os homens, embora os resultados gerais de 1992 tenham sido piores para aqueles na categoria outros (-16,57% para outros e -14,66% para CLT), os empregados com carteira assinada tiveram taxas decrescentes mais intensas nas idades de 10 até 14 anos, 15 até 19 anos, 20 até 24 anos, 15 até 29 anos, 50 até 59 anos e 60 anos ou mais. O aumento percentual da população ocupada masculina

(+0,03%), ainda que positivo, foi menor que o das mulheres – é possível que a nova abrangência do termo trabalho tenha tido impactos diferentes entre os gêneros⁷.

De 1993 até 1998 foi um período de crescimento do PIB. A revisão realizada no capítulo anterior indica que mais oportunidades informais foram criadas, com conseqüente maior poder de absorção da força laboral feminina nesta esfera. Portanto, o resultado negativo das mulheres com carteira assinada em 1993, porém positivo das outras empregadas, pode resultar desta facilidade de absorção da mão de obra do âmbito informal. Em 1997, o motivo de o setor celetista feminino apresentar taxas maiores que zero, enquanto às classificadas em outros tiveram uma diminuição de 2,51%, pode estar atrelado a já mencionada estabilidade do setor formal, que não responde imediatamente aos movimentos de crise dos ciclos econômicos.

Ao comparar os efeitos de 1999 com 1990, as maiores quedas percentuais foram na esfera do trabalho das mulheres. A categoria informal feminina caiu 48,69%, seguida das com CLT (-17,41%). Os homens com carteira de trabalho assinada variaram -16,55%, e, os com outros tipos de contratos exibiram -9,14%. As únicas idades que apresentaram crescimento ao final deste período foram 20 a 24 anos, 30 a 39 anos e 40 a 49 anos para os homens classificados em outros e 40 a 49 anos e 60 anos ou mais para as mulheres celetistas. Com exceção de 10 a 14 anos, a queda sempre foi mais intensa para mulheres em outras formas de contratos.

Com estes seguimentos, é possível supor que o setor informal desta década não teve o mesmo papel para os gêneros. Existe desta forma a hipótese que a precariedade generalizada desta esfera pode ter tornado mais fácil romper os laços empregatícios das mulheres, abrindo mão delas em momentos recessivos, ao mesmo tempo em que serviu como um amortecedor aos homens. A validade deste ponto será discutida mais adiante, ao se investigar os empregos por áreas de atividade. Adianta-se que não é necessariamente este o caso.

Apenas em 96 e 97 que as taxas de crescimento de militares e funcionários públicos estatutários não superaram as de carteira assinada. Analisando ambos a partir de 1992, data inicial para os dados do MFPE, a variação até 1999 seria de +21,32% para este setor, enquanto a esfera da CLT caiu 8,68%. Figura-se então uma

⁷ Em 1992, as empregadas nas categorias não remuneradas, produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso eram 23,56% da PEA feminina, enquanto os homens nessas classificações correspondiam a 10,59% da PEA masculina.

clara diferença entre os dois âmbitos, com o primeiro se mostrando mais estável às variações do período.

Comparando os números totais de MFPE de 1999 com 1992, nota-se que no geral os homens apresentaram quedas até os 29 anos, porém nas outras idades tiveram crescimentos muito superiores do que os das mulheres: 35,68% para 30 até 39 anos; 93,41% para 40 até 49 anos; 242,61% para 50 a 59 anos; e 272,02% para 60 anos ou mais; enquanto elas apresentaram, respectivamente, 17,62%; 38,52%; 53,01% e 4,31%. A variação delas para 15 a 19 anos foi superior (65,74%, enquanto eles diminuíram 23,13%) e elas diminuíram menos entre 20 e 24 anos (-2,33% contra -18,81), entretanto a queda feminina foi mais intensa para 25 a 29 anos (-16,34% para elas e -0,71% para eles). Desta forma, podemos observar que o maior aumento percentual das mulheres foi na faixa etária mais jovem. Um possível motivo é que o âmbito público se pôs para elas como uma alternativa ao mercado de trabalho habitual. Como visto anteriormente, na década de 90 houve uma maior dificuldade de inserção no setor privado de pessoas com menos experiência, enquanto para MFPE a forma de seleção é através de concurso público ou de se unir ao exército, sem necessidade de apresentar experiência prévia. Todavia, no total a variação geral foi superior para os homens (+68,04%, enquanto elas exibiram os já mencionados +21,32%).

Na primeira década dos anos 2000, o único ano com PIB recessivo foi 2009. O responsável pelo segundo pior valor foi 2003, com um crescimento anual de 1,1%, seguido de 2001, com 1,4%; ambos apresentaram dois trimestres consecutivos com resultados recessivos. Nestes anos, tanto para homens como mulheres com carteira assinada, não houve nenhum decréscimo percentual em relação ao período anterior para as idades de 25 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos, e também para os resultados agregados. As faixas etárias que apresentaram mais períodos com variação negativa foram 15 até 19 anos (ambos em 2002 e 2003, apenas eles em 2006 e 2009 e apenas elas em 2007) e 60 anos ou mais (ambos em 2005 e 2009, apenas elas em 2001, e apenas eles em 2002 e 2004).

Sobre as idades de 15 até 19 anos, em 2002 e 2003 os resultados para as celetistas foram mais intensos, com -15,53% no primeiro ano e -10,24% no segundo, enquanto eles apresentaram -4,62% e -2,36. Já em 2007, mesmo com um crescimento anual de 6,1% do PIB, as mulheres com carteira assinada de 15 a 19 anos sofreram queda de 10,99%, enquanto os homens nesta mesma circunstância

cresceram 3,91%. Os resultados de 2002 e 2003 podem ainda ser efeitos do baixo crescimento do PIB em 2001 afetando aqueles com menos experiência, porém estas movimentações não esclarecem os efeitos de 2007. Durante 2009, ano de crise, as jovens com CLT desta faixa etária apresentaram +1,18% e os meninos caíram -8,60%.

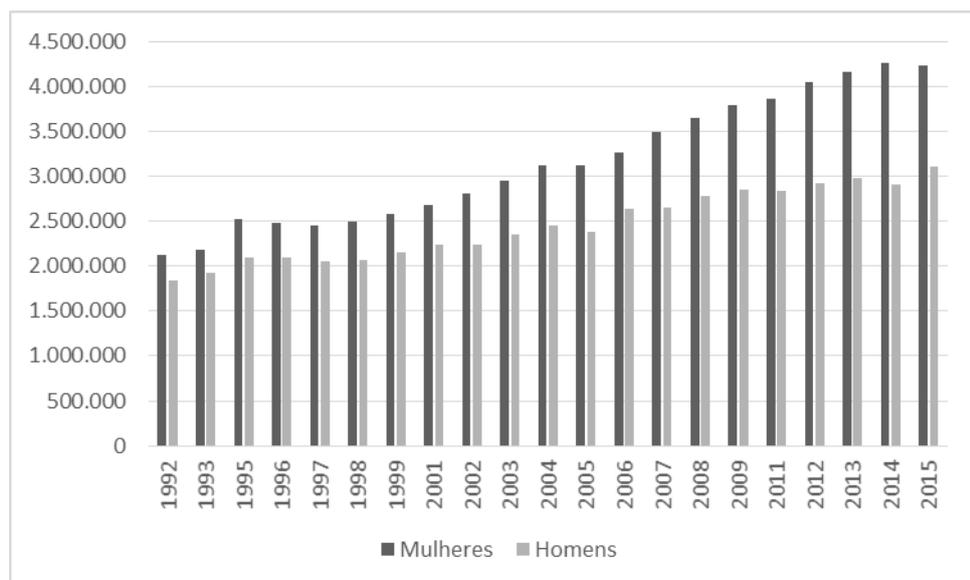
Nesta década o setor formal cresceu mais que o informal, em especial no que tange as mulheres: comparando 2009 a 2001, as celetistas aumentaram 51,44%; homens com carteira assinada, 41,02%; mulheres na categoria outros, 23,44% e homens nesta mesma classificação, 3,59%. Ainda assim, ao longo desta época, no total os homens no regime de CLT chegaram a ser entre 1,88 vezes e 1,75 vezes mais numerosos que as mulheres: desta forma, estes intervalos estreitaram em relação aos da década passada. É interessante notar que o menor hiato se faz presente duas vezes: em 2006 e em 2009. Pode-se inferir que neste último ano a crise ajudou a diminuir o lapso entre o emprego formal dos gêneros, tendo em vista que a diminuição entre 2008 e 2009 (1,78 vezes para 1,75 vezes) foi superior à ocorrida entre 2007 e 2008 (1,79 vezes para 1,78 vezes). Contudo, a maior redução aconteceu na fase de crescimento, entre 2005 e 2006 (1,80 vezes para 1,75 vezes), embora tenha volta a se aprofundar no ano seguinte. 2009 foi o único ano desta década que as mulheres celetistas apresentaram uma variação em números brutos superior à dos homens nesta classificação. Assim, apesar das repercussões percentuais, eles se beneficiaram mais em valores totais dos períodos de crescimento destes anos.

Sobre militares e funcionários públicos estatutários desta década, elas apresentaram um resultado total negativo apenas em 2005 (-0,21%), enquanto os homens tiveram taxas decrescente em 2002 (-0,04%) e 2005 (-2,74%). Nota-se nas tabelas 5 e 7 que as idades de 15 a 19 anos sofreram variações bruscas para ambos os gêneros. Em específico para as mulheres, houve crescimento nos anos 2002, 2004 e 2007, e queda nos outros. Entre 2009 e 2001, esta faixa etária diminuiu em 40,54% para elas e 16,12% para eles. Dos resultados positivos, apenas entre 20 a 24 anos a amplitude delas foi inferior (+12,35% contra +17,41% deles). No geral, porém, nos anos 2000 elas aumentaram a sua participação em 41,28%, enquanto eles variaram +27,68%. O maior aumento feminino aconteceu nas idades de 60 anos ou mais (150,04%, contra 81,68% deles), seguido de 50 a 59 anos (98,88%, contra 87,37% deles), significando um envelhecimento do perfil da mulher que é aceita em concursos públicos.

Sobre a crise global iniciada em 2008, em acordo com o capítulo anterior, percebemos que os resultados tiveram maior impacto no Brasil no ano seguinte. Em 2009, as mulheres do setor informal foram as que tiveram maiores quedas, mesmo quando comparadas aos homens também deste âmbito, o que pode indicar uma maior precariedade nas relações empregatícias femininas. Assim, os piores efeitos ficaram a cargo de contratos trabalhistas mais frágeis, que respondem com mais facilidade às crises. Porém, foram as mulheres celetistas com 60 anos ou mais apresentaram a maior variação neste ano: -15,42%, contra -1,98% nesta mesma categoria para homens. No ramo formal, entre 20 e 24 anos com carteira assinada foi a única outra faixa etária que elas apresentaram resultados positivos inferiores aos dos homens. O maior crescimento do setor formal pode ser por, como dito, ele não ter reações imediatas às crises econômicas.

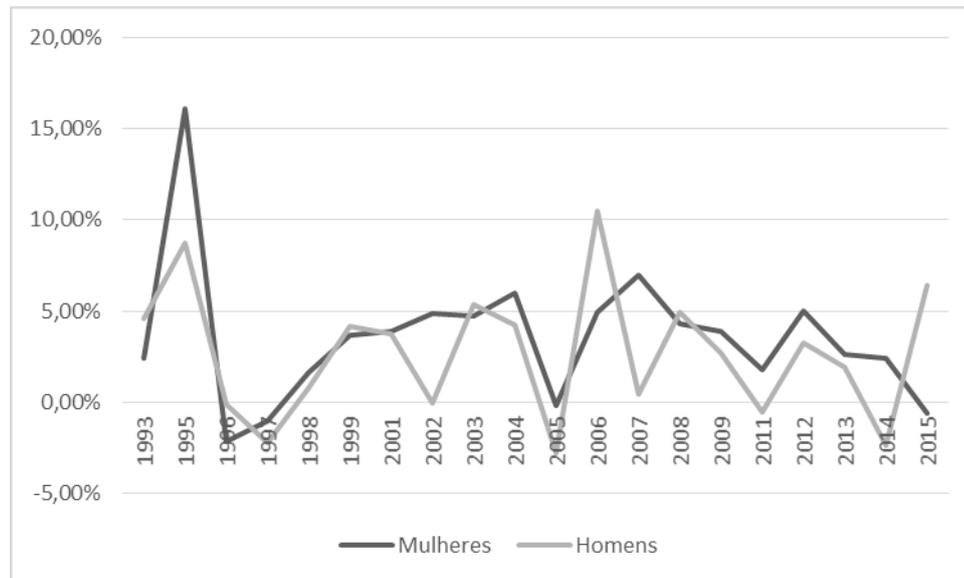
Ainda sobre esta recessão, para MFPE, as mulheres apresentaram uma taxa de crescimento superior aos homens. Como aqui não há a possibilidade de o contratante diferenciar por gênero, dada a natureza do concurso público, este aumento pode ser apenas o resultado de movimentos anteriores, iniciados na década de 90, de elas buscarem emprego no setor público, em áreas como a já citada magistratura (BRUSCHINI, 2007).

Figura 3 - Total de mulheres e homens empregados como MFPE



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos nas tabelas 4 e 6 deste trabalho.

Figura 4 - Variação entre períodos de mulheres e homens empregados como MFPE

Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos nas tabelas 5 e 7 deste trabalho.

Ao se comparar 2015 com 2011, MFPE de ambos os gêneros (elas com +9,70% e eles com +9,29%) e mulheres com carteira assinada (+6,23%) apresentaram crescimento positivo. Pela primeira vez a maior queda ficou por conta dos homens em outras categorias de emprego (-6,03%), seguido das mulheres nesta situação (-3,8%) e dos homens com CLT (-1,17%). Para 30 anos em diante, apenas homens fora do setor formal apresentaram variação negativa. Nas taxas de crescimento entre 2011 e 2015, as mulheres celetistas tiveram melhores resultados percentuais do que os homens desta mesma categoria: até 2014 o crescimento delas foi maior, e em 2015 a queda foi menos intensa. Mesmo assim, neste último ano elas tiveram uma variação negativa maior para as idades mais jovens, com -23,97% para 15 até 19 anos e -12,64% para 20 até 24 anos (a flutuação deles para estas idades foi, respectivamente, -17,10% e -10,72%). Na esfera da CLT, a queda do quociente de empregados sobre empregadas acontece ininterruptamente desde 2007.

Enquanto todas as faixas etárias das mulheres com carteira assinada apresentaram crescimento em 2011, àquelas com outros tipos de laços empregatícios tiveram quedas em todas as suas idades à exceção de 30 a 39 anos. Isto pode indicar uma migração para setores formais da economia, uma vez que, como visto nas tabelas 8 e 20, o aumento de 2011 em relação a 2009 das celetistas foi superior em

números totais à queda daquelas na categoria “outros”. O mesmo aconteceu com os homens apenas a partir de 30 anos.

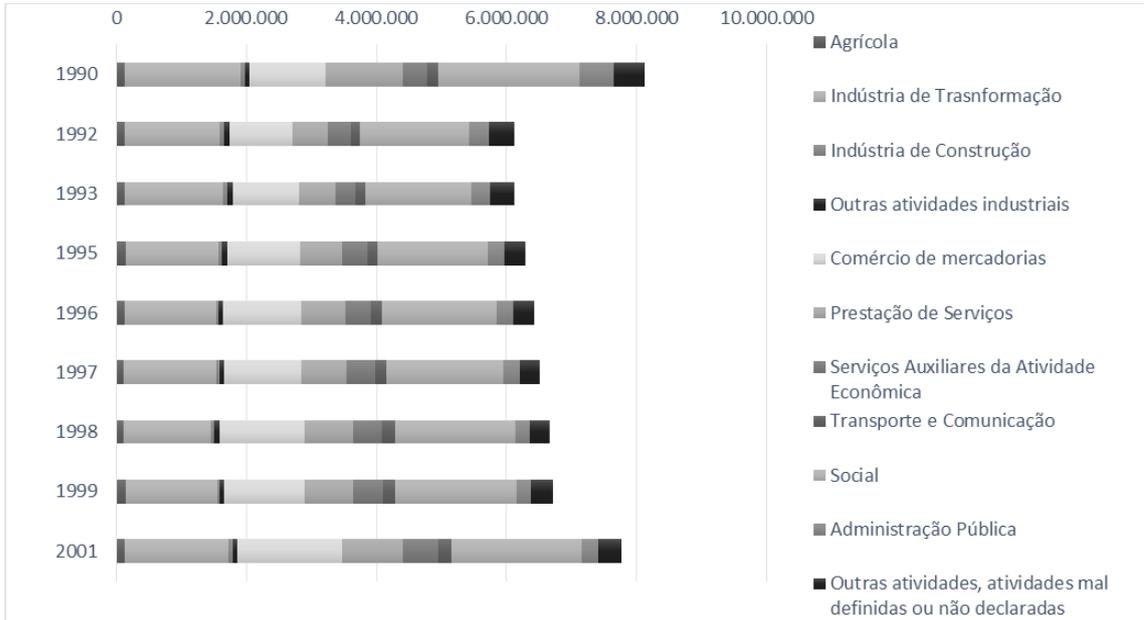
Pode-se concluir que os efeitos das movimentações econômicas da década de 90, anos 2000 e de 2011 até 2015 não foram necessariamente os mesmos. Este ponto será melhor tratado na parte 4.4. Antes disto, será investigado como o emprego formal feminino se movimentou de acordo com suas áreas de atividade.

4.3.2.2 Empregos por áreas de atividade

Nesta seção não será considerado o setor de militares e funcionários públicos estatutários, dado que eles já foram estudados no item 4.3.2.1. Assim, ao mencionar emprego formal, se referirá apenas àqueles com carteira de trabalho assinada. Os resultados aqui apresentados são extraídos das tabelas 10 até 13, 16 até 19, 22 até 25 e 28 até 31.

Através da metodologia antiga podemos ver que, em 2001, o emprego celetista não havia voltado em todas as áreas aos níveis apresentados em 1990. Entre estes anos a evolução total do setor formal feminino foi de -4,43%: a administração pública caiu 52,63% e a prestação de serviços apresentava uma baixa de 22,41%. Por outro lado, o comércio de mercadorias cresceu 39,39% neste período, enquanto a categoria serviços auxiliares da atividade econômica subiu 44,64%. Ainda, o âmbito agrícola variou +1,33%; indústria de transformação, -10,11%; indústria de construção, -13,37%; outras atividades industriais, -1,93%; transporte e comunicação, 24,83%; e social, -7,68%. É interessante explicitar as diferenças ao comparar com o emprego feminino na categoria “outros” do período: no total ele diminuiu 38,04%; seus melhores resultados foram para serviços auxiliares da atividade econômica (+141,88%), transporte e comunicação (+98,68%), indústria de construção (+79,48%); e a sua maior queda foi em prestação de serviços (-78,39%). Diferente dos resultados do emprego com carteira assinada, a área agrícola caiu 39,19% e a indústria de transformação cresceu 12,89%. Além disto, o comércio de mercadorias apresentou +68,55%; outras atividades industriais, 63,77%; social, -28,33% e administração pública, -24,96%.

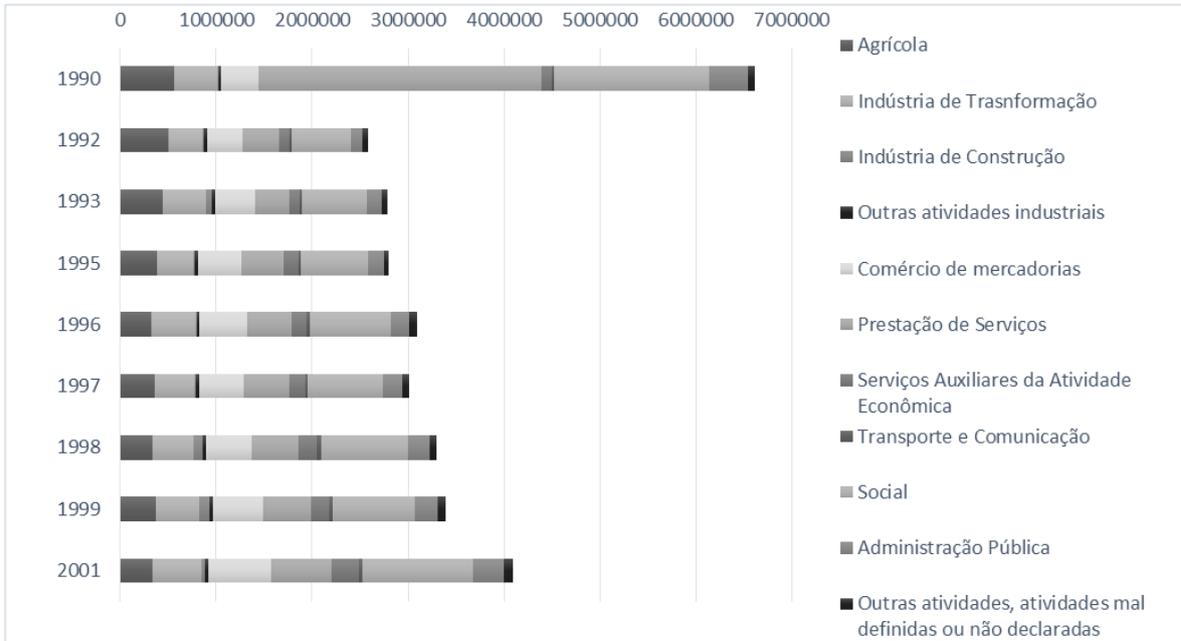
Figura 5 - Composição do número total de mulheres empregadas com carteira assinada por área na metodologia antiga



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos na tabela 10 deste trabalho.

Figura 6 - Composição do número total de mulheres empregadas sem carteira assinada por área na metodologia antiga



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos na tabela 22 deste trabalho.

Figura 7 - Composição do número total de homens empregados com carteira assinada por área na metodologia antiga



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos na tabela 16 deste trabalho.

Figura 8 - Composição do número total de homens empregados sem carteira assinada por área na metodologia antiga



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Estes dados estão expostos na tabela 28 deste trabalho.

Ainda neste panorama, as perdas percentuais masculinas foram menos intensas: entre 1990 e 2001, os com CLT diminuíram no total -5,76% e os outros, -0,35%. O primeiro grupo teve seu maior crescimento na área de serviços, com +41,56%, e a pior queda na administração pública, com -60,29%, enquanto o melhor resultado do segundo grupo foi em serviços auxiliares das atividades econômicas (+125,79%) e o efeito negativo mais acentuado também em administração pública (-66,18%).

Com estes dados em mente, há dois principais pontos. Em primeiro lugar, vê-se o mencionado no capítulo 3 que na década de 90 os homens passaram a adentrar redutos tipicamente femininos, como o setor de serviços. Enquanto elas perderam espaço neste âmbito tanto no setor formal quanto informal, a participação deles saltou. A maior redução delas nessas atividades, porém, foi na recessão em 1992: com -53,47% no setor formal e -86,99% no informal em relação a 1990, o crescimento dos outros anos – a exceção de 1993 e 1999 – não foi o suficiente para repor os postos de trabalho por elas perdidos.

O segundo aspecto é a possibilidade mencionada na seção anterior de que, na década de 90, a categoria informal teve papéis muito diferentes para os gêneros. O resultado mais distorcido, de -38,04% para elas enquanto eles caíram apenas 0,35%, se deve muito ao peso do setor de serviços: ao se retirar esta área dos números, tem-se que eles cairiam -1,66% e elas, -5,55%. Ainda que o setor informal feminino mostre efeitos piores, a distorção não é generalizada e ocorre por conta da categoria de serviços e suas movimentações mencionadas no parágrafo anterior. Apesar de piores valores percentuais femininos, de 1990 para 1992 apenas em prestação de serviços e no setor social elas tiveram quedas brutas entre as celetistas superiores aos números totais masculinos deste mesmo âmbito. No setor informal, porém, os valores absolutos demonstraram resultados mais desvantajosos para as mulheres não só em sua totalidade, mas especificamente nas áreas de indústria de transformação, comércio de mercadorias, serviços auxiliares da atividade econômica, prestação de serviços, social e outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas.

Com a retomada da expansão econômica em 1993, o setor formal não aproveitou de forma plena esta prosperidade: serviços auxiliares da atividade econômica; social; administração pública; e outras atividades e atividades mal definidas ou não declaradas não manifestaram variação positiva imediato à volta da

prosperidade do PIB em 1993, embora os resultados informais das quatro primeiras atividades tenham exibido melhoria neste ano.

Nos anos de 1993 e 1998 em relação ao período anterior, a indústria de construção apresentou grandes saltos de crescimentos para às mulheres com outras formas contratuais (315,34% e 660,04%, respectivamente), o que não acontecem com a mesma intensidade às celetistas nem aos homens. Este progresso não foi sustentável, posto que em 1995, quando comparado à 1993, caiu 79,27%; enquanto de 1998 para 1999 o aumento continuou para despencar 68,71% em 2001, o que indica uma maior precariedade destes empregos na medida em que se mostram altamente instáveis.

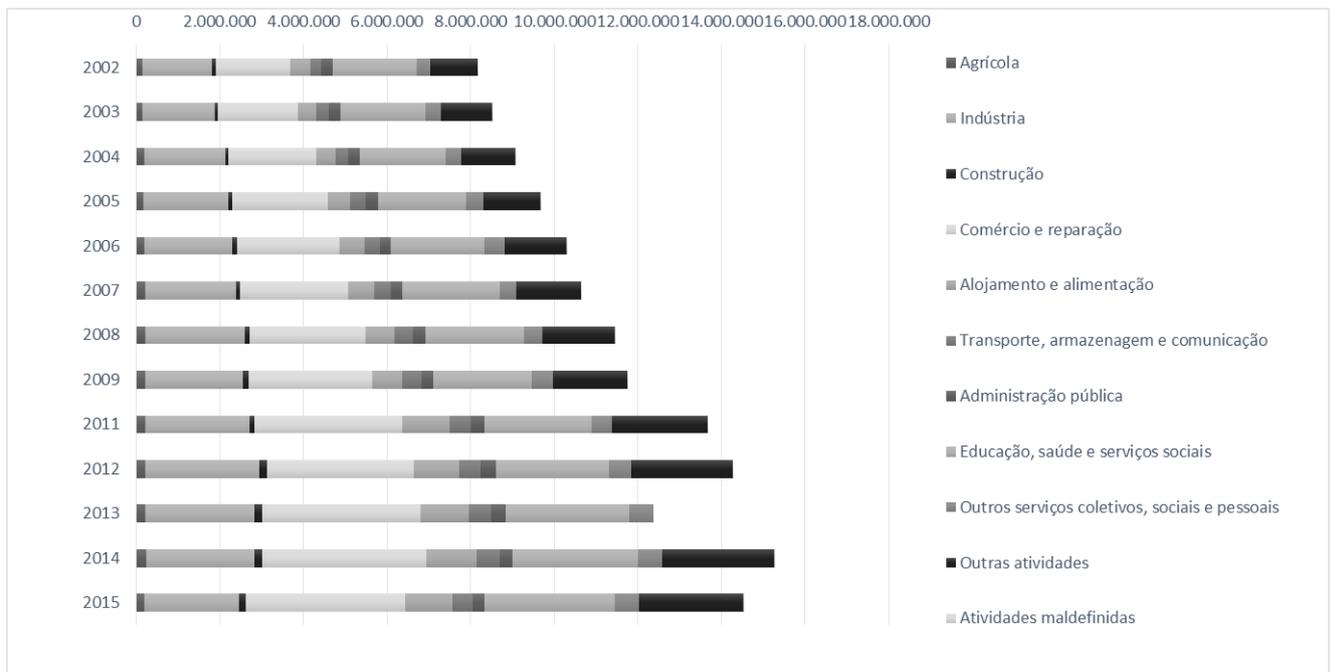
O setor agrícola se evidenciou como mais constante no âmbito formal do que no informal. Apesar de uma pequena evolução para ambos os gêneros quando se compara 2001 ao ano de 1990 (1,33% para elas e 1,20% para eles), a diferença com os outros contratos foi muita, visto que nestes as trabalhadoras caíram 39,19% e os homens, 21,69%. Embora com um resultado ínfimo, as empregadas com carteira assinada desta área tiveram um aumento de 0,4% em 1992 sobre 1990, que junto com os 4,38% de outras atividades industriais foram os únicos resultados positivos do período. Com estes números, vemos que as saídas do setor informal não foram recompostas no setor formal. Um dos fatores que pode ter influenciado isto é a modernização agrícola nos anos 90. Uma maior mecanização de suas atividades pode ter resultado no chamado desemprego tecnológico, explicado no capítulo 2. Além deste aspecto, culturas que usam poucos trabalhadores, como milho e soja, se expandiram nesta época, enquanto as de mão-de-obra intensiva, como café e cacau, apresentaram diminuição em sua área de colheita (GRAZIANO DAS SILVA, 1997).

Das áreas industriais, a de transformação foi a mais afetada durante a recessão do início dos anos 1990. Observando as tabelas 10 e 22, é possível notar ao longo do período analisado pela metodologia antiga que, ao considerar indústria de construção, outras atividades industriais e de transformação, apenas esta última área não teve sua queda em números totais de trabalhadoras formais compensada pelo crescimento das outras formas de contrato. A expansão de 1993 até 1997 não significou necessariamente em um aumento dos postos para as trabalhadoras destas categorias: o emprego formal caiu em 1995 e 1996 para construção e transformação, e em 1996 e 1997 para outras atividades industriais, enquanto a diminuição no setor

informal aconteceu para todas em 1995 e 1997, além de mais 1996 para outras atividades industriais.

Entre 2002 até 2015, o cenário geral é diferente: no total, as mulheres com carteira assinada cresceram 77,80%, frente aos 5% das outras formas de contrato feminino. O resultado do emprego celetista delas é também superior ao dos homens desta categoria, que apresentaram +48,59%, e ao do setor informal masculino, que teve uma queda de 15,26%. Ao final deste período, apenas em educação, saúde e serviços sociais que, no setor formal, os homens tiveram evoluções percentuais maiores que as femininas.

Figura 9 - Composição do número total de mulheres empregadas com carteira assinada por área na metodologia atual



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Os números da indústria de transformação estão incluídos em *Indústria*. A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. Estes dados estão expostos na tabela 12 deste trabalho.

Figura 10 - Composição do número total de mulheres empregadas sem carteira assinada por área na metodologia atual



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Os números da indústria de transformação estão inclusos em *Indústria*. A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. Estes dados estão expostos na tabela 24 deste trabalho.

Figura 11 - Composição do número total de homens empregados com carteira assinada por área na metodologia atual



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Os números da indústria de transformação estão inclusos em *Indústria*. A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. Estes dados estão expostos na tabela 18 deste trabalho.

Figura 12 - Composição do número total de homens empregados sem carteira assinada por área na metodologia atual



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1989, 1990, 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Os números da indústria de transformação estão inclusos em *Indústria*. A ordem das áreas na legenda é a mesma em que elas aparecem no gráfico. Estes dados estão expostos na tabela 30 deste trabalho.

Os anos de 2004 até 2008 exibiram avanços anuais acima de 3,2%, com o pico de 6,1% em 2007. As variações negativas apresentadas nesta época no setor informal não necessariamente indicam movimentos recessivos, mas talvez de formalização da mão de obra já existente. Por exemplo, em 2005 as empregadas sem carteira assinada apresentaram queda em oito áreas, e destas apenas o setor agrícola e outros serviços coletivos, sociais e pessoais não tiveram, em números totais, uma expansão das com carteira assinada superior às diminuições de outras formas de contratos. Esta suposição estaria de acordo com a revisão do capítulo 3.

Na crise em 2009, apenas os empregos femininos agrícolas e na administração pública mostraram piores taxas no âmbito formal do que informal. Para os outros contratos, somente administração pública e educação, saúde e serviços sociais cresceram (10,43% e 0,28%, respectivamente), enquanto as celetistas tiveram aumentos em sete categorias, como pode ser visto na tabela 13. Quando comparado ao setor formal masculino, administração pública foi a única área em que elas tiveram quedas brutas e percentuais superiores aos homens neste ano.

Já na recessão de 2015, na esfera da CLT, as taxas delas foram mais afetadas que as deles nas áreas de alojamento e alimentação; transporte armazenagem e comunicação; administração pública; outras atividades e atividades mal definidas. Embora seus resultados totais ainda apresentem um cenário melhor que o masculino, neste ano elas foram mais impactadas do que na última crise. Comparando as diferenças de valores brutos de 2014 para 2015 com os de 2008 para 2009, este último período apresentou números melhores em todos os âmbitos.

Com os dados discutidos nesta seção, pode-se ver a diferença atuante do setor formal em relação ao informal. A metodologia antiga no geral mostra uma maior informalização do emprego e diminuição da atividade econômica na década de 90. O setor agrícola, porém, mesmo nesta época já demonstra início de uma maior formalização de seus laços empregatícios, que vem a se intensificar a partir do próximo período. No caso dos anos englobados na metodologia atual, exibe-se um aumento dos níveis de formalização para ambos os gêneros. A exceção foi a administração pública: na metodologia antiga, esta área tem uma queda no setor informal ao se comparar 2001 com 1990 (-24,96% para as mulheres e -66,18% para os homens), porém ela externa uma variação crescente em outras formas de contratos no ano de 2015 em comparação a 2002 (39,60% para elas e 24,58% para eles), enquanto os empregados com carteira assinada têm resultados negativos ao final dos dois períodos.

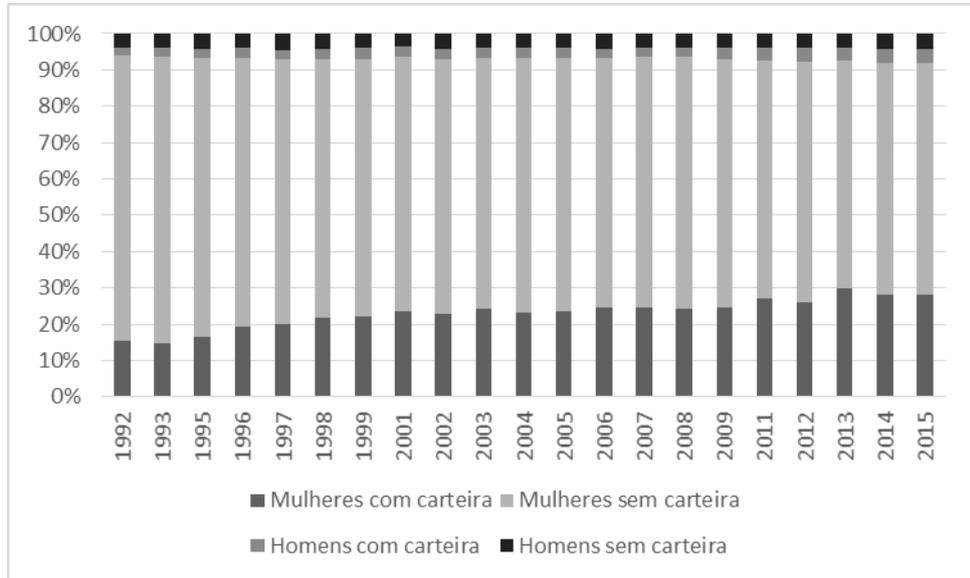
No geral os dados se comportam de acordo com a revisão realizada no capítulo 3. Resta apenas saber se este cenário se repete para o trabalho doméstico, que, como visto, é um reduto de altos níveis de precariedade.

4.3.2.3 Trabalho doméstico

Aqui serão utilizadas as tabelas 32 até 35. Nelas podemos ver que, na década de 90, as quedas nos valores masculinos sempre foram mais intensas que as femininas nos mesmos anos. Apesar do crescimento econômico do período, em 1996 as trabalhadoras domésticas apresentaram diminuição na categoria informal (-6,13%). Mesmo com a expansão de 14,64% das celetistas deste ano, este aumento em números totais não é o suficiente para absorver a redução apresentada pelas empregadas sem carteira assinada, o que significa que não houve necessariamente uma saída do setor informal para o formal, mas sim uma mudança de profissão ou

abandono do mercado de trabalho. Este mesmo cenário se repete para elas em 1998, enquanto os homens manifestam reduções em todas as categorias.

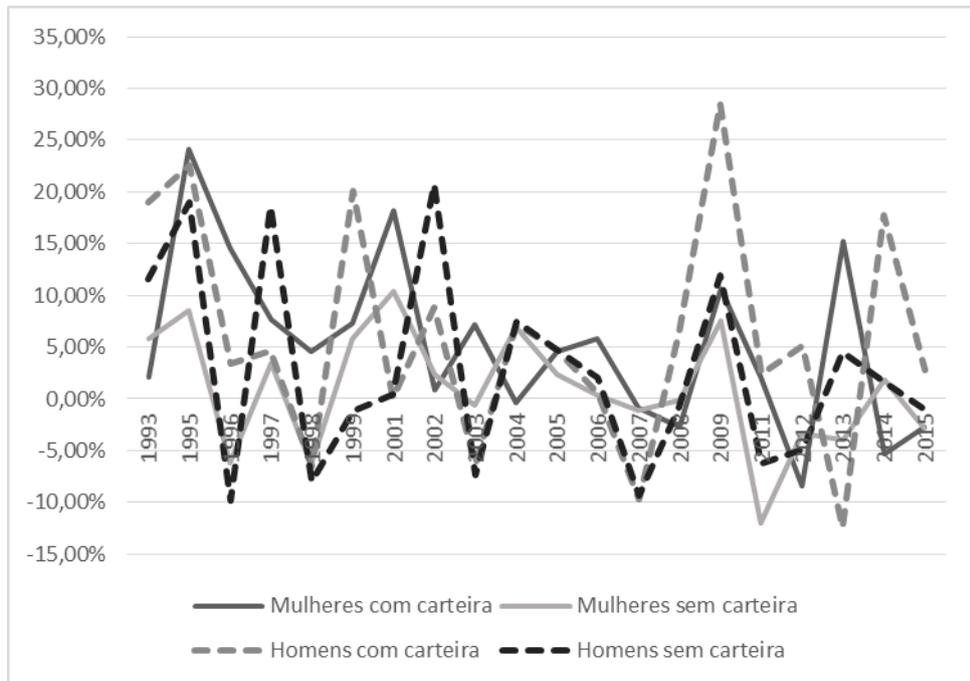
Figura 13 - Distribuição percentual das(os) empregadas(os) domésticas(os), por gênero e carteira de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: Os valores brutos estão expostos nas tabelas 32 e 34 deste trabalho.

Figura 14 - Variação percentual das(os) empregadas(os) domésticas(os), por gênero e carteira de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados das PNADs de 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015.

Nota: As variações percentuais são em relação ao período anterior com informações. Os dados estão expostos nas tabelas 33 e 35 deste trabalho.

Ao contrastar os resultados de 1999 com 1992, tem-se que nessa década o aumento percentual de homens com e sem carteira de trabalho (77,30% e 29,09%, respectivamente) foi superior ao das mulheres (75,34% e 10,45%), embora o grupo com CLT tenham tido porcentagens próximas. Ainda assim, em 1999, elas eram no total 13,26 vezes mais numerosas, possuindo um quadro de celetistas 7,4 vezes maior que o deles.

Na primeira década dos anos 2000, os achados são similares. Desta vez, porém, a diminuição do setor informal em 2003 (-25.232 trabalhadoras) poderia significar uma incorporação pelo aumento do setor formal (+101.219 trabalhadoras). Em 2007, os dois gêneros apresentaram quedas em ambas categorias de emprego, porém isto se repetiu apenas para as mulheres em 2008. Inesperadamente, em 2009 as taxas cresceram para todos, porém percentualmente mais para os homens. A comparação de 2009 com 2001 expõe que eles novamente cresceram percentualmente mais do que elas. A diferença é que, desta vez, a taxa de expansão dos trabalhadores com CLT foi muito superior: enquanto o aumento dos homens desta categoria foi de 41,09%, o delas foi de 27,32%. Para ambos, o crescimento do setor formal foi superior ao do informal, embora em números absolutos esta última esfera ainda seja superior.

Entre 2011 e 2015, os resultados foram piores para as trabalhadoras domésticas. Apenas em 2013 as com carteira assinada tiveram um aumento em porcentagem superior ao dos homens desta classificação. Na crise em 2015, enquanto elas tiveram taxas negativas em todos os setores, eles apresentaram crescimento dos empregados celetistas. Entre 2015 e 2011, o setor formal feminino caiu 2,71% e o masculino aumentou 11,45%. Todavia, em 2015, no total elas são 11,08 vezes mais numerosas.

Diferentemente da maioria das outras áreas, ambos os gêneros apresentaram o início de seu processo de formalização na década de 90, continuando nos anos 2000 e exibindo resultados divergentes de 2011 em diante. É possível concluir que, como exposto no capítulo anterior, o emprego doméstico masculino apresenta uma menor precarização que o feminino, na medida em que, ao comparar 2015 com 1992, o aumento percentual dos trabalhadores com carteira assinada foi superior aos números exibidos por elas (187,64% contra 162,08%), embora as mulheres componham a maior parte da força de trabalho deste setor. O crescimento desta atividade em 1992 e 2009 pode ser indício que esta carreira serve como um

amortecedor em tempos de crise, embora esta situação continue em 2015 apenas para os homens.

4.4 DISCUSSÃO FINAL

Com a análise realizada, pode-se concluir que a crise do início dos anos 90, a de 2008 (com efeitos mais intensos no Brasil em 2009) e a de 2015 não tiveram necessariamente os mesmos efeitos no emprego formal feminino. Mesmo com uma estrutura de participação similar ao dos países industrializados no que tange a importância do setor de serviços para o trabalho das mulheres, elas ainda tiveram números piores que os homens em 1992. Como explicitado nas tabelas 10, 11, 16 e 17, nessa área as celetistas diminuíram 640.169 postos de 1990 para 1992, o equivalente a uma queda de -53,47%, enquanto os homens com carteira assinada perderam 41.376 postos, resultando em menos 3,2%).

O capítulo 2 traz três suposições sobre como a estrutura laboral delas se movimenta durante os ciclos, que serão examinados a seguir. São eles: pressuposto do amortecedor, de segmentação, e de substituição.

Sobre a hipótese do amortecedor, não há resultados conclusivos para a década de 90. Mesmo que no geral as taxas femininas tenham sido piores que as masculinas em 1992, eles apresentaram quedas totais superiores em números brutos. Nos anos seguintes de expansão do PIB, elas exibiram crescimentos percentuais maiores, porém, em números brutos, sua variação positiva foi superior apenas nos anos em que eles mostraram quedas (1996, 1998 e 1999).

Já na primeira década dos anos 2000, com exceção de 2002, eles apresentaram um progresso bruto superior ao feminino, o que indica que houve a criação total de mais postos de emprego formal aos homens e, por consequência, eles teriam tido um proveito profissional maior. Porém, esta teoria coloca também que elas, por terem laços trabalhistas mais frágeis, seriam demitidas primeiro, o que não se concretiza: em 2009, a evolução total das mulheres com carteira assinada foi superior ao dos homens (+302.044 empregadas contra +181.258 empregados), em contradição ao proposto por esta tese. Entre 2011 e 2015 também não é possível confirmar tal conceito, na medida em que as quedas brutas masculinas foram maiores que as delas em 2013 e 2015 e elas tiveram um aumento total superior em 2012.

Mesmo ao olhar as áreas de atividades, não é possível ver em nenhuma categoria específica este tipo de movimentação.

Sobre a hipótese de segmentação, a maior mudança nas taxas de participação dos gêneros ocorreu na prestação de serviços entre 1990 e 1992. Elas caíram de 48,06% do total de celetistas deste setor para 30,78%, significando a já vista inserção masculina em trabalhos comumente femininos. Comparando com os resultados totais de empregados com carteira de trabalho assinada, a participação percentual das mulheres em relação ao período anterior caiu no ano de 1992, o que não ocorreu em 2009 e 2015. Ao final do período da metodologia antiga, elas cresceram de 36,74% em 1990 para 40,91% em 2001 em administração pública; 37,43% para 41,05% em comércio de mercadorias; e 36,81% para 47,58% em outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas. Somente em prestação de serviços ocorreu uma redução, dos já mencionados 48,06% para 33,65% em 2001.

Ao contrastar 2002 com 2009 na metodologia nova, o único setor em que caiu a porcentagem total de mulheres foi educação, saúde e serviços sociais, de 77,43% para 74,50%. Em 2015, com 76,86%, esta área mostrou uma recuperação, embora ainda não atingisse o nível de 2002. Na primeira década dos anos 2000, os melhores resultados para as mulheres no âmbito da segregação, com crescimentos superiores a dois pontos percentuais, aconteceram em comércio e reparação (38,67% em 2002 para 41,06% em 2009), transporte, armazenagem e comunicação (15,45% para 19,05%), outros serviços coletivos, sociais e pessoais (45,68% para 48,18%), outras atividades (37,46% para 40,48%) e atividades mal definidas (28,18% para 32,53%).

Entre 2011 e 2015, porém, as mulheres perderam espaço em 5 áreas, embora apenas transporte, armazenagem e comunicação e atividades mal definidas demonstrem reduções percentuais superiores a 1% (o primeiro, de 17,53% em 2011 para 16,36% em 2015; e o segundo, de 35,10% para 30,75%). Ao comparar 2015 com 2002, somente o item educação, saúde e serviços sociais expressou uma queda percentual para elas, ainda que inferior a 1% (-0,57%). No total, a participação feminina nos empregos com carteira assinada, que era de 34,37% em 1990, subiu para 39,49% em 2015. Pode-se concluir que não houve nenhuma resignificação radical dos papéis de gênero nos postos de trabalho, entretanto, gradativamente, elas no geral passam a ter uma presença crescente em todos os empregos celetistas.

Sobre a hipótese de substituição, existem algumas flutuações que indicam a sua ocorrência, embora nem sempre com a mesma intensidade. Como a teoria diz

que as mulheres são contratadas em detrimento dos homens por causa de sua mão de obra mais barata, não serão, em um primeiro momento, explicitados os casos em que eles possuem um aumento bruto e elas não.

Ao analisar o período da metodologia antiga, em 2001, quando contraposto à 1990, ocorreu a criação de 40.823 postos de trabalhos formais femininos, ao mesmo tempo em que houve a redução de 4.685 postos masculinos. Na metodologia nova, observa-se ao comparar 2009 com 2002 que elas expandiram seus postos celetistas na administração pública (50.205), enquanto eles diminuíram (46.188). Entre 2011 e 2015, a criação de trabalhos com carteira assinada favoreceu mais as mulheres: elas aumentaram um total de 852.707 empregos, enquanto eles apresentaram 264.582 postos perdidos. Na esfera formal, alojamento e alimentação e outras atividades indicam uma possível movimentação de substituição: no primeiro, criaram-se 20.718 empregos para as mulheres, porém eles caíram mais que proporcionalmente (- 70.478 empregados), enquanto a segunda área resultou em uma adição de 210.614 postos para elas, excedendo em proporção a queda de 95.150 trabalhadores. No serviço doméstico com carteira assinada, em 1998, 2003 e 2013 a expansão de postos femininos foi superior em módulo à redução masculina.

Observando as alterações dos homens celetistas, eles apresentaram mais vezes um quadro de “substituição”, embora isto não se enquadre na teoria explicitada na medida em que, como mencionado, ela faz uma ligação com os salários menores das mulheres. Entre 2001 e 1990, ocorreu a criação de 537.784 novos postos de trabalhos com CLT para os homens no setor de prestação de serviços, enquanto as mulheres desta classificação registraram nesta área um corte de 268.309 empregos. Entre 2002 e 2009, foi mais intenso este “câmbio”: no total eles expandiram os seus postos de trabalho com carteira assinada em 5.613.438, enquanto elas diminuíram em 26.610. Eles aumentaram seus empregos nas atividades agrícola (300.096), industrial (1.464.470), em transporte, armazenagem e comunicação (462.975), e em outros serviços coletivos, sociais e pessoas (155.877) e elas reduziram (respectivamente, -36.830, -182.889, -31.361, e -43.460) – desta forma, nestas três áreas o aumento de postos de trabalhos masculinos foi superior em módulo a exclusão dos femininos. Sobre 2011 e 2015, apenas em atividades de transporte, armazenagem e comunicação eles cresceram (176.945 contratados) e elas diminuíram (6.041 contratadas).

Embora a substituição de homens por mulheres esteja presente em alguns setores dependendo do período, não é possível nesta análise atrelar estas movimentações no setor formal à menores salários das mulheres, dado que não se estuda aqui tal variável. Mesmo ao desconsiderar o rendimento, a substituição não se apresenta como um fenômeno exclusivo delas, podendo ser notado por parte dos homens também.

No capítulo 2, educação e saúde são postas como esferas resistentes a recessão (BANSAK; GRAHAM; ZEBEDEE, 2012). Apesar de seu pequeno crescimento em 2009, no ano de 2015 educação, saúde e serviços sociais foi uma das duas únicas áreas de mulheres com carteira assinada com taxas positivas (apresentando +3,45%). O valor deste setor fica mais em evidência ao se constar que, em 2015, ele foi o segundo maior ramo de concentração de empregos formais femininos, com 21,39% das empregadas com CLT⁸ e a primeira em outras formas de contratos (29,14%). Embora no período da nova metodologia o número total desta esfera tenha subido, a sua importância relativa caiu: em 2002, educação, saúde e serviços sociais abrangia 24,57% do emprego formal feminino.

Entretanto, ao considerar que o setor social da metodologia antiga abrange ensino e serviços médicos, estas atividades não tem os mesmos resultados na crise do início da década de 90. Apesar de uma taxa positiva em 1990, esta categoria tem o terceiro pior resultado percentual em 1992 para mulheres com e sem carteira de trabalho assinada, atrás apenas de prestação de serviços e administração pública. A área social era a maior responsável pelos empregos formais femininos de 1992, englobando 27,31% das mulheres em regime de CLT.

Ainda, o capítulo 2 traz a proposta de um ajuste assimétrico, em que, apenas para as mulheres, as reduções durante a crise são superiores aos seus ganhos na fase de expansão. Seguindo esta linha, cabe notar que níveis de emprego de 2001 ainda eram no geral inferiores ao de 1990, porém este não foi um fenômeno exclusivo feminino. Como visto anteriormente, neste período os homens tiveram maiores perdas de postos de trabalhos celetistas.

A outra ideia tratada, de que elas perdem proporcionalmente mais empregos em indústrias menos resistentes a crise, embora possa ser presenciada apenas em termos de indústria de transformação, de construção e outras atividades industriais na

⁸ Atrás de comércio e reparação, com 26,13% das empregadas com carteira assinada em 2015.

metodologia, mostra que, em 1992 isto de fato ocorreu nestas duas primeiras categorias. No ano de 2009, porém, a variação negativa porcentual deles nestas três áreas é mais intensa do que as delas. Em 2015, o que ocorre está de acordo com esta teoria, e elas perdem percentualmente mais empregos nestas atividades.

Como mencionado, os ciclos econômicos durante o período contemplado não têm necessariamente o mesmo efeito ao longo do tempo no emprego formal feminino. Porém, embora não apresente completa homogeneidade, pode-se concluir que as movimentações desta variável aqui estudadas estão mais em sintonia com àquelas apresentadas pelos denominados “grupo 1” no capítulo 2, que abrange países como Estados Unidos e Inglaterra. Apesar das particularidades brasileiras, em especial no que tange a precariedade das relações empregatícias femininas, a crise do início de 1990 e em 2009 tiveram efeitos brutos menos nefastos para as mulheres. A crise em 2015 indica também seguir este caminho, porém os dados não são suficientes para uma resposta conclusiva na medida em que se trata de um período muito recente e que abrange anos posteriores não pertencentes ao intervalo aqui visto.

É importante ressaltar que, no período analisado, a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho não é resultado somente de respostas às movimentações dos ciclos, como pode ocorrer em alguns países com um âmbito laboral mais estruturado. Apenas a esfera econômica não explica a totalidade destes movimentos, nem sua tendência de longo prazo. Assim, como visto no capítulo 3, muito se deve à mudança radical do papel social feminino (WAJNMAN, 2006; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998). Porém, mesmo com estas conquistas, ainda há muito espaço para a diminuição das desigualdades de gênero dentro e fora da esfera do mercado de trabalho formal.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi visto como Marx, Keynes e Schumpeter caracterizam os ciclos econômicos e de que forma, sob a ótica do viés de gênero, o trabalho feminino se configura durante crescimentos e retrações da economia. Pode-se concluir que os ciclos não são uniformes em suas causas e consequências. De forma geral, é viável enquadrar os países em dois grandes grupos: o grupo 1, com integrantes como Estados Unidos e Inglaterra, no qual as mulheres estão em áreas mais resistentes às flutuações cíclicas negativas; e o grupo 2, com participantes similares a Filipinas e Tailândia, em que a grande presença feminina em setores como os de exportação resulta em elas serem as primeiras a sentirem os efeitos recessivos.

Isto evidenciou a necessidade de entender as particularidades do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que a maneira que homens e mulheres participam desta esfera define o contexto em que acontecem as crises e expansões econômicas. Foi observada a forma que a informalidade permeia as relações trabalhistas nacionais e como no Brasil a força laboral feminina é marcada por vínculos precários, embora isto não atinja mulheres de diferentes classes e raças na mesma intensidade. Apesar de a estrutura empregatícia delas sendo similar a presente nos países do grupo 1, não era possível chegar a uma resposta concreta devido a fragilidade do emprego feminino em decorrência da abrangência da precariedade neste âmbito.

Por fim, foram examinados os dados da PNAD para o período de 1990 até 2015, que permitiram confirmar que os diversos ciclos econômicos não têm necessariamente os mesmos efeitos no emprego formal. Mesmo assim, esta variável exhibe melhores resultados brutos para as mulheres quando comparada à masculina e à de pessoas em outras formas de contratos. Neste sentido, embora não apresente uma movimentação completamente homogênea ao de países como Inglaterra e Estados Unidos, o caso brasileiro mais se assemelha ao do grupo 1.

Como visto no capítulo 2, a literatura que trata das desigualdades entre homens e mulheres durante os ciclos econômicos é mais escassa do que as investigações sobre diferenças salariais e de participação laboral. Desta maneira, o mérito deste trabalho recai ao adentrar este tema. Porém, esta pesquisa se beneficiaria de métodos estatísticos mais refinados, como a utilização de ferramentas econométricas, e de buscar dados que permitissem analisar as diferenças destas movimentações para os distintos grupos raciais femininos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho. **Aparte: Inclusão Social em Debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_112_a_reducao_do_hiato_de_genero_nas_taxas_de_atividade_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 11 out de 2017.
- BANSAK, C.; GRAHAM, M. E.; ZEBEDEE, A. A. Business Cycles and Gender Diversification : An Analysis of Establishment-Level Gender Dissimilarity. **American Economic Review: Papers & Proceedings**, Nashville, v. 102, n. 3, p. 561–565, mês 2012.
- BARBOSA, A. De F. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2016. v. 30, n. 87, p. 7–28. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00007.pdf>>. Acesso em 24 out. 2017.
- BARBOSA, R. J. Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005). **Centro do Estudos da Metrópole**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/830-wp.17.2014.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2017
- BENTO, M. A. S. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 295–308.
- BERG, J. et al. Crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres: respostas e desafios no Brasil. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. Edição Especial, p. 101–116. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/revista-do-observatorio-edicao-especial-tema-trabalho-e-genero-dezembro-2010/at_download/file>. Acesso em: 11 out. 2017
- BERGAMIM, G. Número de mulheres militares no país triplica em 14 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 out. 2014. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1527176-triplica-o-numero-de-mulheres-militares.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- BERIK, G.; RODGERS, Y. Van Der M. **Engendering Development Strategies and Macroeconomic Policies: What's Sound and Sensible?** Salt Lake City: University of Utah, 2007. (Working Paper, 2008-02)
- BETTIO, F. et al. **The impact of the economic crisis on the situation of women and men and on gender equality policies**. Luxemburgo: Office of the European Union, 2013. Disponível em: < http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/130410_crisis_report_en.pdf>. Acesso em: 26 set 2017.

BOIANOVSKY, M.; TRAUTWEIN, H.-M. Schumpeter on Employment. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807181726240-.pdf>>. Acesso em 12 set 2017.

BRAUNSTEIN, E. Engendering Foreign Direct Investment: Family Structure, Labor Markets and International Capital Mobility. **World Development**, New York, 2000. v. 28, n. 7, p. 1157–1172.

_____. The Feminist Political Economy of the Rent- Seeking Society: An Investigation of Gender Inequality and Economic Growth. **Journal of Economic Issues**, Sacramento, 2008. v. 42, n. 4, p. 959–979.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: 1994. v. 2, n. Especial, p. 179–199. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>> Acesso em: 11 out 2017.

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 13–58.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2007. v. 37, n. 132, p. 537–572. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: 12 out 2017.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2000. n. 110, p. 67–104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 out 2017.

CARDOSO, J. C. Determinantes da recuperação do emprego formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipóteses para uma agenda de pesquisa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2009. v. 29, n. 4, p. 357–376. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n4/03.pdf>>. Acesso em: 11 out 2017.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Editorial, 1999, p. 11–55.

_____. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal Ediciones Sa, 2006, p. 29–62. Disponível em: <<http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf>> Acesso em: 22 set 2017.

COSTA, M. Da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, 2010. v. 23, n. 58, p. 171–190. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf>>. Acesso em: 11 out 2017.

DARBY, J.; HART, R. A.; VECCHI, M. Labour force participation and the business cycle: a comparative analysis of France, Japan, Sweden and the United States. **Japan and the World Economy**, Amsterdam, 2001. v. 13, n. 2, p. 113–133.

DEDECCA, C. S. Reorganização Econômica, Absorção da Mão-de-Obra e Qualificação. **Revista de Economia Política**, 2002. v. 22, n. 2, p. 59–78. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/86-4.pdf>. Acesso em: 12 out 2017.

_____. Tempo, trabalho e gênero. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2004, p. 21–52. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>>. Acesso em: 18 out 2017

_____. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 2005. v. 25, n. 3, p. 94–111. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>. Acesso em: 10 out 2017.

_____. **População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios**. Campinas: IE/UNICAMP, 2010. (Texto para Discussão, n. 185) Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1815&tp=a>. Acesso em: 12 out 2017.

DEDECCA, C. S.; LOPREATO, F. L. C. **Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho**. Campinas: IE/UNICAMP, 2013. (Texto para Discussão, n. 225). Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3319&tp=a>. Acesso em: 12 out 2017.

EWING, B. T.; LEVERNIER, W.; MALIKT, F. The Differential Effects of Output Shocks on Unemployment Rates by Race and Gender. **Southern Economic Journal**, Chapel Hill, 2002. v. 68, n. 3, p. 584–599.

_____. Modeling unemployment rates by race and gender: a nonlinear time series approach. **Eastern Economic Journal**, Bloomsburg, 2005. v. 31, n. 3, p. 333–347. Disponível em: <http://college.holycross.edu/eej/Volume31/V31N3P333_347.pdf> Acesso em: 29 set 2017.

FESTRÉ, A. Innovation and business cycles. **The Contribution of Joseph Schumpeter**. Londres: Routledge, 2002, p. 127–145.

FLASCHEL, P. **The Macrodynamics of Capitalism: elements for a synthesis of Marx, Keynes and Schumpeter**. 2ª ed. Berlim: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2009.

FLOOR, M.; DYMSKI, G. Financial Crisis, Gender, and Power : An Analytical Framework. **World Development**, New York, 2000. v. 28, n. 7, p. 1269–1283.

GONÇALVES, M. A. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Revista Pegada**, São Paulo, 2002. v. 3, n. Edição Especial, p. 51–66. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/790/813>>. Acesso em: 11 out 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 1997. v. 7, n. 1, p. 1–28. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 12 nov 2017.

HEIDENREICH, M. Women as the relative winners of the eurozone crisis? Female employment opportunities between austerity, inclusion and dualization. **Exploring Inequality in Europe: Diverging Income and Employment Opportunities in the Crisis**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016, p. 107–138.

HIRATA, H. S. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, 2010. v. 2, p. 1–7. Disponível em:

<<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>>. Acesso em: 19 out 2017.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 2004. v. 14, n. 2, p. 35–58. Disponível em:

<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430/428>>. Acesso em: 19 out 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1061.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2017

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2017

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1989_v13_t1_br.pdf>. Acesso em: 03 nov 2017

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1990_v14_n1_br.pdf>. Acesso em: 03 nov 2017

_____. **Tabelas da Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Anos 1992, 1993, 1995 até 1999, 2001 até 2009 e 2011 até 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas>>

novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?&t=downloads>. Acesso em: 02 ago 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Mulher e trabalho: avanços e continuidades**. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados do IPEA, n. 40). Disponível em: < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/100308_comu40mulheres.pdf> Acesso em: 17 out 2017.

IPEA; ONU Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. **Retratos das desigualdades de raça e gênero**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 19 out 2017.

_____. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 19 out 2017

IZAKI, R. S.; SOARES, S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 923). Disponível em: < http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0923.pdf> Acesso em: 19 out 2017.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996.

KLASEN, S.; LAMANNA, F. The impact of gender inequality in education and employment on economic growth: new evidence for a panel of countries. **Feminist Economics**, London, 2009. v. 15, n. 3, p. 91–132. Disponível em: < <http://chicagopolicyreview.org/wp-content/uploads/2014/09/Gender-and-Economic-Growth.pdf>>. Acesso em: 28 set 2017.

KNOOP, T. A. **Recessions and depressions: understanding business cycles**. 2nd ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, 2010.

KUIPER, E.; SAP, J. **Out of the Margin**. Londres: Routledge, 1995.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 139–160.

LAVINAS, L.; AMARAL, M. R. Do; BARROS, F. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 756). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2297/1/TD_756.pdf>. Acesso em: 19 out 2017.

LIMA, I. C. **Ciclos econômicos e previsão cíclica**: um estudo de indicadores antecedentes para a economia brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MCCR-6W8LZW/izabel_cristina_de_lima.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 set 2017

MACEDO, R. O PIB que subiu 5,7% no segundo trimestre. **Estadão**, São Paulo, 16 set. 2010. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-pib-que-subiu-5-7-no-segundo-trimestre-imp-,610652>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; WAJNMAN, S. Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Série Estudos de Trabalho**, São Paulo, 2005. (Coletânea Gelre, n. 3)

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, 2005. v. 5, p. 51–63. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035>>. Acesso em: 17 out 2017.

MENEZES-FILHO, N.; SCORZAFAVE, L. G. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Economia Aplicada**, São Paulo, 2006. v. 10, n. 1, p. 41–55. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100003>. Acesso em: 27 jul 2017.

MILLARD, S.; SCOTT, A.; SENSIER, M. The labour market over the business cycle: can theory fit the facts? **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, 1997. v. 13, n. 3, p. 70–92.

MILLER, J. A. Women's Unemployment Patterns in Postwar Business Cycles: Class Difference, The Gender Segregation of Work and Deindustrialization. **Review of Radical Political Economics**, New York, 1990. v. 22, n. 4, p. 87–110.

MONTAGNER, P. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (Org.) **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2004, p. 71–80. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>>. Acesso em: 18 out 2017

NEVES, M. De A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 171–186.

NIGRI, J. A. et al. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 840.) Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0840.pdf>.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. **Impacto da crise sobre as mulheres**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_Impacto_da_crise_sobre_mulheres_port.pdf>. Acesso em: 19 out 2017.

PEIRÓ, A.; BELAIRE-FRANCH, J.; GONZALO, M. T. Unemployment, cycle and gender. **Journal of Macroeconomics**, Detroit, 2012. v. 34, p. 1167–1175.

PETERSON, V. S. How (the Meaning of) Gender Matters in Political Economy. **New Political Economy**, Abingdon, 2005. v. 10, n. 4, p. 499–521.

QUIRINO, R. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, 2012. v. 2, p. 90–102. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2596/1693>>. Acesso em: 19 out 2017.

RAZZU, G.; SINGLETON, C. Gender and the business cycle: An analysis of labour markets in the US and UK. **Journal of Macroeconomics**, Detroit, 2016. v. 47, p. 131–146.

RIOS-NETO, E. L. G.; WAJNMAN, S. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 59–84.

ROUBINI, N.; MIHM, S. **Crisis economics: a crash course in the future of finance**. 1ª ed. New York: The Penguin Press, 2010.

RUBERY, J.; RAFFERTY, A. Women and recession revisited. **Work, Employment and Society**, [S.n.] 2013. v. 27, n. 3, p. 414–432. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0950017012460314>> Acesso em: 10 set 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997, p. 201–237.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Nova Iorque: Random House, 1999.

SHERMAN, H. J. Marx and the Business Cycle. **Science & Society**, New York, 1967. v. 31, n. 4, p. 486–504.

SILVA, P. L. Do N.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F. Análise estatística de dados da PNAD : incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciências e Saúde Coletiva**, [S.n.] 2002. v. 7, n. 4, p. 659–670. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n4/14597.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2017.

SMITH, M. **Analysis Note: Gender Equality and Recession**. Grenoble: EGGE, 2009. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=2839&langId=en>>. Acesso em: 29 set 2017.

SOUZA, P. H. G. F. Uma metodologia para explicar diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na PNAD. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, 2013. v. 30, n. 1, p. 299–315. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a14.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2017.

SWEDBERG, R. Schumpeter, Joseph A. (1883–1950). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2nd ed. Amsterdã: Elsevier, 2015. v. 21, p. 141–145.

THE WORLD BANK. **Engendering Development**. Washington, 2001. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/PGLP/Resources/Engendering_Development.pdf>. Acesso em: 24 jun 2017.

_____. GDP Growth. **DataBank**, 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 24 out. 2017.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, L. (Org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 91–126. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf> Acesso em: 09 out 2017.

UN WOMEN. **The Global Economic Crisis and Gender Equality**. New York, 2014. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2014/theglobaleconomiccrisisandgenderequality-en%20pdf.pdf?la=en>>. Acesso em: 29 set 2017.

VERCELLI, A. Fluctuations and growth: Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism. **Nonlinear Models of Fluctuating Growth**. Berlim: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1984, p. 209–231.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. **Olhares femininos, mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro: X-Brasil, 2006, p. 77–108.

WAJNMAN, S.; PERPÉTUO, I. H. O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 1997. v. 7, n. 1, p. 123–147. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2256/1196>> Acesso em: 18 out 2017.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B. L.; LIBERATO, V. C. **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil**. Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 2429–2454. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/936/901>>. Acesso em: 19 out 2017.

ANEXOS